

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE
FACULDADE DE EDUCAÇÃO

Revista Querubim

Letras – Ciências Humanas – Ciências Sociais

Edição 51

Ano 19

Volume 3 – Ciências Sociais

Aroldo Magno de Oliveira
(Ed./Org.)

2023

2023

2023

2023

Niterói – RJ

Revista Querubim 2023 – Ano 19 nº51 – vol. 3 – Ciências Sociais – 89p. (outubro – 2023)
Rio de Janeiro: Querubim, 2023 – 1. Linguagem 2. Ciências Humanas 3. Ciências Sociais Periódicos.
I - Título: Revista Querubim Digital

Conselho Científico

Alessio Surian (Universidade de Padova - Itália)
Darcília Simoes (UERJ – Brasil)
Evarina Deulofeu (Universidade de Havana – Cuba)
Madalena Mendes (Universidade de Lisboa - Portugal)
Vicente Manzano (Universidade de Sevilla – Espanha)
Virginia Fontes (UFF – Brasil)

Conselho Editorial

Presidente e Editor
Aroldo Magno de Oliveira

Consultores

Alice Akemi Yamasaki
Bruno Gomes Pereira
Carla Mota Regis de Carvalho
Elanir França Carvalho
Enéias Farias Tavares
Francilane Eulália de Souza
Gladiston Alves da Silva
Guilherme Wyllie
Hugo de Carvalho Sobrinho
Hugo Norberto Krug
Janete Silva dos Santos
Joana Angélica da Silva de Souza
João Carlos de Carvalho
José Carlos de Freitas
Jussara Bittencourt de Sá
Luciana Marino Nascimento
Luiza Helena Oliveira da Silva
Mayara Ferreira de Farias
Pedro Alberice da Rocha
Regina Célia Padovan
Ruth Luz dos Santos Silva
Shirley Gomes de Souza Carreira
Vânia do Carmo Nóbile
Venício da Cunha Fernandes

SUMÁRIO

01	Alessandro Nascimento do Nascimento – Gestão municipal e democratização em meio às diferentes influências capitalistas	04
02	André Luiz Pereira Spineli e Ana Paula Rodrigues Nalin – Racionalização do direito, instituições e justiça: a função dos especialistas na construção do mundo jurídico	12
03	Bruno Tadeu de Oliveira Santos e Álvaro de Souza Maiotti – A irracionalidade da prisão: aproximações entre o <i>fragmento de uma teoria do criminoso</i> e a prisão pós-disciplinar	20
04	Caroline Abegg – Desafios da atuação dos profissionais técnicos do Serviço de Proteção Especial do Município de Ijuí-RS	30
05	Giovana Smolski Driemeier – A constituição psíquica vinculada aos aspectos subjetivos do desenvolvimento	38
06	Giovana Smolski Driemeier et al – Amartya Sen: a teoria do desenvolvimento como liberdade e o índice de desenvolvimento humano	44
07	Giovana Smolski Driemeier – O significante nome do pai	51
08	Jeana Rückert Ribeiro Willms – Gestão territorial na região do Corede Missões no Rio Grande do Sul, na perspectiva da governança participativa	56
09	Louise de Lira Roedel Botelho et al – Relato de experiência na promoção da inovação e do empreendedorismo: o caso do projeto <i>Entrepreneur online</i>	64
10	Louise de Lira Roedel Botelho et al – Necropolítica brasileira e as relações com o feminicídio: até quando o descarte ocorrerá?	71
11	Paola Vogt e Louise de Lira Roedel Botelho – A construção de <i>Smart Cities</i> e o papel dos ecossistemas de inovação	78
12	Tauana Aparecida de Oliveira et al – Pertencimento étnico-racial no esporte	85

GESTÃO MUNICIPAL E DEMOCRATIZAÇÃO EM MEIO ÀS DIFERENTES INFLUÊNCIAS CAPITALISTAS

Alessandro Nascimento do Nascimento¹

Resumo

O estudo ressalta a necessidade de melhorar a gestão municipal para promover a democratização das decisões e o compartilhamento de interesses entre autoridades e cidadãos. Aborda o papel da autoridade pública na democratização do planejamento urbano e explora diversas perspectivas da administração municipal. Destaca os conselhos gestores como meio de envolver a população na formulação de projetos e fiscalização das políticas públicas. No entanto, os avanços democráticos nas políticas urbanas ainda são limitados. Uma pesquisa de campo nas administrações municipais evidencia a participação dos conselhos gestores na elaboração de políticas públicas, destacando sua importância na gestão urbana.

Palavras-chave: Conselho Gestor. Gestão Pública. Democratização.

Abstract

The study highlights the need to improve municipal management to promote the democratization of decisions and the sharing of interests between authorities and citizens. It addresses the role of public authority in the democratization of urban planning and explores different perspectives on municipal administration. It highlights management councils as a means of involving the population in formulating projects and monitoring public policies. However, democratic advances in urban policies are still limited. Field research in municipal administrations highlights the participation of management councils in the development of public policies, highlighting their importance in urban management.

Keywords: Governance Council. Public Administration. Democratization.

Introdução

A sociedade atual enfrenta uma complexa relação de interesses entre os indivíduos. O aumento populacional, juntamente com a globalização, nos trouxe novos desafios, sobretudo, a necessidade de novos modelos econômicos que possam se manifestar através de gestões públicas eficientes para atender a uma maior demanda de necessidades das pessoas. Neste sentido, olhamos para os municípios, que, através do planejamento administrativo, necessitam dar conta de um emaranhado de soluções em meio às diversas influências que se apresentam. Influências estas que denotam de questões ambientalistas, capitalistas, partidárias, socioculturais, democráticas, assistencialistas, econômicas, entre outras.

Se pensarmos na limitação com a qual se apresentam os recursos públicos em nossa atualidade, a implantação das políticas institucionais não consegue atender as demandas sociais em sua totalidade. Aparece então o papel do gestor público, que tem a necessidade de fazer escolhas e direcionar os maiores recursos para os projetos que mais necessitam de desenvolvimento.

¹ Licenciado em Educação Física pela Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul – cursando a disciplina Cidades Educadoras, Novas Sociabilidades e Ecoformação (Modalidade Isolada) do Curso de Mestrado em Desenvolvimento e Políticas Públicas da Universidade Federal da Fronteira Sul - Campus Cerro Largo/RS

E este direcionamento está cada vez mais complexo, pois, além da alta complexidade estrutural pela qual passamos, vivenciamos a era da informação, que ampliou a agenda de interesses por parte dos governos, apresentando-lhes questões macro globais, que estimulam recursos em outras áreas, que nem sempre se transformam em ações concretas para as comunidades locais.

Com a redemocratização do Brasil na década de 80 as políticas públicas e os recursos financeiros sofreram uma oportuna descentralização. A nossa mais recente constituição abriu espaço para o protagonismo dos municípios na gestão de recursos financeiros, na organização política e nos processos administrativos (CONSTITUIÇÃO FEDERAL, 2016). Adiante, com a criação do Estatuto da Cidade, no ano de 2001, os municípios foram abastecidos por um instrumento legal que direciona para um modelo de projeto urbano sustentável, em que as comunidades possam usufruir dos recursos através um planejamento democrático que evidencia a valorização das pessoas, no intuito de enfrentar o crescimento social e estrutural desordenado (SANTIN, MARANGON, 2008).

Nesse contexto, o presente estudo procura evidenciar a importância do aprimoramento das gestões municipais, no propósito de favorecer a uma democratização das tomadas de decisão, para se estabelecer um efetivo compartilhamento de interesses entre a autoridade pública e o cidadão. Refletindo nesse sentido, o texto irá evidenciar o fundamental papel que deve ser exercido pelos conselhos municipais, pois é através da gestão democrática que surgem novos modelos, capazes de obstruir formas centralizadoras e burocráticas que já não respondem mais às necessidades aumentadas da sociedade (MARTINS, et al., 2008).

Cabe refletir também sobre o papel da autoridade pública na democratização de seus planejamentos, buscando uma maior compreensão sobre o protagonismo dos municípios a partir da criação da mais recente Constituição Federal e as formas de se estabelecer uma relação direta com a cultura local para o desenvolvimento dos projetos de governo. Entender as “culturas” que estão inseridas em determinada comunidade faz transparecer “novas categorias explicitadoras da realidade, que não surgem idealisticamente, mas no próprio processo de sua leitura” (Gadotti, 2001). Desta forma, esclarecer uma maior autenticidade dos desafios que necessitam ser superados favorece melhores direcionamos por parte do poder público.

A constituição e transformação das nossas cidades: problematizações

A chegada de nossa mais recente Constituição proporcionou grandes mecanismos legais na busca por direitos sociais. Os artigos 182 e 183 instituem a criação a política de desenvolvimento urbano, que deverá ser capaz de “ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e garantir o bem-estar de seus habitantes” (CONSTITUIÇÃO FEDERAL, 2016, p. 112). O Estatuto da Cidade, criado em 2001, reforça ainda mais a legalidade na busca por direitos ao mencionar a criação de instrumentos que garantam a participação popular através de colegiados (conselhos gestores) que estimulam debates, audiências, consultas públicas aos programas e projetos que devem ser instituídos. Ao longo desta jornada, de mais de três décadas, estes instrumentos legais garantem o acesso aos direitos previstos? Precisamos entender ainda mais os mecanismos que cercam a execução das políticas de nossas cidades para encontrarmos respostas mais próximas da realidade atual.

Culturalmente, as cidades são organizadas a partir da lógica econômica. O modelo que carregamos de cidade se constitui sob a ótica eurocentrista, que as tornou um mecanismo a serviço do capitalismo (LEFEBVRE apud TRINDADE, 2012). Com isso, nossos espaços urbanos potencializaram as desigualdades sociais, trazendo a separação de classes e a degradação de um modelo de urbanização sob o viés ambiental (FERNANDES apud TRINDADE, 2012).

Ao mencionar a obra de Goldberg, Coelho e Cunha (2020) enfatizam a influência racial na formação das cidades. Segundo o autor citado, a dinâmica de ocupação dos espaços urbanos sob a ótica racial passou a ser considerada como uma questão de moralidade da ocupação dos espaços público, em que perpetuava a lógica do poder.

Para contrapor todo este processo histórico, necessitamos aperfeiçoar nossos mecanismos de participação popular. Os grupos que representam a sociedade junto ao governo devem estar abastecidos de conceitos teóricos capazes de enfrentar a ordem imposta pelo capital, a fim de que possam ser discutidas práticas para contribuir para o desenvolvimento integral, abrangendo a todos os cidadãos. A mera menção de direitos em nossas legislações não basta para mudar as direções que apontam para a direção do poder econômico. A cidadania moderna requer dos cidadãos o transpasso por obstáculos políticos e sociais que estão enraizados em nossa organização coletiva.

Para irmos além no desenvolvimento de nossas cidades é primordial pensar a gestão pública de uma forma transversal. Devemos direcionar o olhar para a reflexão que precisa ser praticada pelas diferentes classes sociais, em que todos participamos de uma engrenagem única, que deve estar em equilíbrio e adequado funcionamento. Se privilegiarmos o paradigma econômico-capitalista, podemos nos deixar levar por tendências clássicas, que foram capazes de desequilibrar a relação do homem com o meio ambiente (GADOTTI, 2001). Para superarmos, transcendermos do atual cenário global, que nos proporciona um desarranjo social, novas práticas devem levar consigo o conceito da solidariedade como dever coletivo, e não apenas como uma faculdade, para que nossa relação com o planeta e com as pessoas atinja status de sustentabilidade (GADOTTI, 2001).

O nosso cenário atual, que apresenta cidades que trazem consigo todas as arestas sociais, que se concretizam através de um “crescimento urbano baseado no discurso econômico gera disparidades socioespaciais, degradação do ambiente e ineficiência” (ANDRADE, FRANCESCHINI, pág. 3851, 2017), não nos permite pensar que um planejamento urbano seja capaz de atender de forma integral as lacunas pendentes. Pensando na realidade atual de cidades de médio e grande porte, o papel central das gestões públicas talvez seja capacitar suas diversas frentes em um equilíbrio de finanças, para pode agregar valor em áreas que contribuam, concretamente, para a garantia dos direitos humanos. Carrano (2008) menciona que as demasiadas obrigações incumbidas ao estado devem ser levadas em consideração, e o desafogo de funções, com o compartilhamento de demandas junto à sociedade se torna uma alternativa viável no presente contexto.

A sustentabilidade é uma prática que vai além da preservação do meio ambiente num modelo econômico que se desenvolve. Em nossas cidades, ela necessita de gestores que compreendam a integralidade social, desde a correta análise a aplicabilidade de recursos, participação democrática de diferentes frentes, chegando até mesmo ao combate a corrupção. Desta forma, percebemos que nosso modelo político, com raras exceções, não se capacita para adotar a uma abordagem, verdadeiramente, sustentável (LIMONAD, 2013). Oliveira, Lopes e Souza (2018), destacam que, a partir da universalização democrática das gestões públicas, imposta através das nossas leis mais recentes, as práticas urbanas passaram a denotar uma maior transformação social, ao ponto em que se estendeu a participação popular, mas que isso, por si só, não atende aos presentes anseios sociais.

Os caminhos que levam para o desenvolvimento devem conter agentes institucionais com a capacidade de criar e operar novos métodos de trabalho, dando ênfase para uma economia política de espaço (sociedade, espaço e meios de produção), com fim em dirimir os conflitos estabelecidos e protagonizar marcações sociais pertinentes para o equilíbrio de todo um conjunto de interesses (LIMONAD, 2013).

Repensando o papel da autoridade pública na sociedade de hoje

O papel da autoridade pública em nossa sociedade tem ganhado cada vez mais notoriedade, uma vez que, vivendo em um mundo complexo e em constante mudança, é o poder público quem nos garante alguns direitos e serviços essenciais, como o cumprimento da lei, saúde, transporte, segurança, assistência, e até mesmo a certeza de que estamos diante de uma democracia.

Mas, mesmo sendo conhecido que o poder público é essencial para a organização em sociedade, sabemos que a conscientização cidadã é fator preponderante para um desenvolvimento coletivo saudável.

A atuação governamental passou a atingir diferentes esferas da sociedade. Ao mesmo tempo em que evoluímos nossas relações ao longo das últimas décadas, os governos se viram na necessidade de ampliar suas atuações enquanto autoridade pública (GOHN, 2002). Se pensarmos que há um bom tempo as governanças se concentravam em viabilizar as ações de mercados locais, hoje, as demandas compreendem temáticas que vão além das questões econômicas, passando contribuir para a aquisição de novos direitos, em que o estado se viu na necessidade de adotar em suas políticas através da alteração de legislações, pensamento sustentável, entre outros novos métodos de governo (GOHN, 2002).

Ao revertemos o atual contexto sociocultural para a forma como nossos poderes têm atuado em nossa sociedade, sobretudo, em nossas cidades, podemos expressar que existe uma grande demanda sobre serviços básicos que contribuem para a melhoria da igualdade de direitos. Os governos locais, com a criação do Estatuto da Cidade, passaram a incorporar o direito social em consonância com a lógica capitalista, para dirimir as desigualdades presentes nos espaços urbanos (RODRIGUES apud TRINDADE, 2012). Mas a simples implantação de leis que garantem a obrigatoriedade de direitos por parte dos cidadãos não nos permite acreditar que o desenvolvimento de nossas cidades acontece, ou acontecerá sem o efetivo envolvimento dos indivíduos, mas com a participação popular na direção de reduzir o sistema capitalista excludente (TRINDADE, 2012).

Um cenário atual que é pertencente ao nosso sistema político diz respeito a alternância de governo. A atualização de nossa legislação veio para garantir a destinação mínima de recursos em determinadas áreas. Outra situação diz respeito à Lei de Responsabilidade Fiscal, que imputa ao gestor a obrigatoriedade de honrar com o planejamento orçamentário. Desta forma, FERNANDES et al. (2018) destacam que existem inúmeros obstáculos que dificultam o aprimoramento do planejamento urbano nas cidades do Brasil. A abrangência do planejamento financeiro, a curta duração dos mandatos municipais e os desafios de obter recursos para o desenvolvimento urbano indicam a prevalência de abordagens imediatistas na gestão urbana (FERNANDES, et al., 2018).

Pensando na realidade descrita anteriormente, enfatiza-se a importância da autoridade pública de estabelecer uma relação imediata com o meio em que se insere. A criação de uma gestão identitária e que envolva a participação de todos, com a capacidade de evidenciar as qualidades e apontar as necessidades fazem com que a gestão seja pertence a comunidade. Nesse sentido, a autoridade pública será um estimulador da participação popular, com propostas mais inclusivas e transparentes. Esse modelo de gestão pode se tornar uma identidade local, em que a participação das pessoas torne o processo mais transparente e menos político-partidário.

Estimular a participação popular como modelo de gestão, ou, praticar deliberação pública, oferece dados mais concretos para que seja realizada uma governança local centrada nas necessidades de seus agentes (SOUZA SANTOS apud GOHN, 2002).

A democracia representativa, nos modelos atuais, somente se concretiza de maneira efetiva, com a luta de cidadãos ativos para estabelecer reivindicações (GOHN, 2002). Um modelo proativo de democracia deliberativa requer do governo algumas redefinições (GOHN, 2002), e os caminhos para esta concretização ocorrem sob o embasamento de cinco princípios institucionais:

[...] eles orientam a solução de problemas, há uma centralidade da deliberação direta para descobrir soluções e programas para implementá-los, reduzem a distância entre o público (marcado pela lógica burocrática organizacional) e o privado (marcado pela lógica do mercado, do lucro), engajam grupos diversificados no diálogo e transformam os aparatos estatais em instituições de participação deliberativas, permanentemente mobilizadas (FUNGERIK E WRIGHT apud GOHN, p. 19, 2002).

Contudo, o papel da autoridade pública se tornou mais dinâmico e complexo, uma vez que, com a o avanço da tecnologia, o engajamento coletivo por diferentes causas é mais comum. As plataformas digitais possibilitaram às pessoas a expressarem suas opiniões, e ainda, impulsionarem notoriedade para estas opiniões. Esse movimento acaba por influenciar em tomadas de decisão nas mais variadas situações, e o poder público se viu na necessidade de compreender os diferentes movimentos e dar seguimentos em diferentes pautas. Esta é uma corrida que está recém em seu início, e é necessário avançar ainda mais na democratização das gestões administrativas, com o compromisso de aproveitar ao máximo os recursos públicos, assim, reduzindo os déficits sociais e superando práticas tecnocráticas que não conduzem para um diálogo entre os diferentes interesses sociais que alimentam a prosperidade (FERNANDES, et al., 2018).

Conselhos e gestão democrática dos municípios

Atualmente, os conselhos gestores instituídos nos diferentes ramos da organização político-administrativa das cidades é uma forma de distintas expressões, com a participação de diversos segmentos da sociedade. A lei exige do estado a garantia da manutenção destes canais com o poder público, com o propósito de envolvê-los também na fiscalização da atuação pública. Podemos considerar que a institucionalização da gestão participativa trouxe ao nosso país a possibilidade de alavancarmos a cidadania, quando ampliamos o direito dos indivíduos de participarem das decisões do estado (MARTINS et. al.; 2008).

Estando consciente que, de fato, a instituição dos conselhos gestores trouxe a possibilidade de um avanço democrático na formatação das políticas públicas, cabe agora apresentar alguns conceitos legais que permeiam o papel desta participação na atuação dos diferentes governos. Tanto a Constituição Federal (1988), quanto o Estatuto da Cidade (2001) destacam a garantia da participação popular através de associações ou conselhos, mencionando esta formalização de uma maneira genérica, não designando como se estabelece a composição e a alternância de seus membros, ou mesmo, menciona as formas de atuação. O art. 2 do da Lei 10.257/2001 (Estatuto da Cidade) diz que a política urbana deve garantir uma “gestão democrática por meio da participação da população e de associações representativas dos vários segmentos da comunidade na formulação, execução e acompanhamento de planos, programas e projetos de desenvolvimento urbano”.

Ao refletirmos em relação a esfera jurídica da participação dos conselhos nas gestões municipais, percebemos que as leis, por si só, não dão conta da complexidade que envolve a relação dos diferentes interesses sociais com a poder público e a governança das cidades. Alves e Souza (2018) apresentam uma visão crítica de como se organiza o processo participativo dos conselhos gestores frente às administrações municipais.

Na visão deles, as ações propositivas dos conselhos não se estabelecem, por vezes, como resultado de uma ideia que represente os interesses democráticos e sociais, pois, os membros que representam os conselhos vêm da relação que as autoridades públicas estabelecem com determinadas esferas da sociedade, “tomando-se uma legitimidade meramente instrumental (ALVES apud ALVES, SOUZA; 2018).

Mesmo sabendo que, historicamente, os conselhos são fruto de uma forte pressão popular pela redemocratização do país (GOHN, 2006). Hoje, estes órgãos, em sua maioria, exercem uma representatividade homogênea, constituídos por pessoas com escolaridade e nível político-partidário acima da média do país, e que deliberam ações em consenso, sem que haja uma dialética de ideias, extraída do resultado de diferentes anseios e vivências sociais (ALVES, SOUZA; 2018). Ao perceber que os requisitos legais são insuficientes para entendermos a capacidade que a participação popular tem na proposição administrativa das cidades através dos conselhos gestores, entendemos que há uma grande e oportuna necessidade de olharmos para a prática corrente destes órgãos em conjunto com as administrações públicas.

Em conjunção com as afirmações descritas anteriormente, necessitamos ampliar a compreensão sobre o processo de participação popular em nossas cidades. A gestão pública, através de seus membros, necessita promover uma salutar integração entre a sociedade e o estado, de maneira que torne o processo atrativo por parte dos cidadãos e, ao mesmo tempo, íntegro, com o propósito de fortalecer diferentes ideias, que não sejam oriundas de uma sistematização com interesses econômico-partidários ou político-partidários. Criar mecanismos que estimulam a manifestação popular potencializa uma cidadania deliberativa, que legitima as decisões políticas “em processos de discussão de ideias, orientados pelos princípios da inclusão, do pluralismo, da igualdade participativa e do bem comum” (TENÓRIO, 2005, pág. 105).

Os mecanismos capazes de fortalecer a participação das pessoas no desenvolvimento social são recheados por diversos fatores preponderantes, que ultrapassam a teoria e chegam à práxis, ou resultam-se da união entre as questões teóricas e práticas. Dessa forma, não se torna uma tarefa simples mensurar os elementos que contribuam para os avanços de uma determinada comunidade (COSTA, 2013). A partir de uma análise crítica emancipatória, que busca encontrar problemas, teorizá-los e sintetizá-los em ações reformistas, é que podemos capacitar-se a contribuir com soluções práticas. Mas, para isso, necessitamos implantar uma abordagem multidisciplinar, que busca analisar os processos históricos, econômicos, culturais, políticos, entre outros, a fim de privilegiar uma diversidade de informações para a construção de novos processos sociais (Costa, 2013).

Sabendo da importância e necessidade que os órgãos estatais têm de poder contar com indivíduos de diferentes origens e vivências para compor a formação de suas políticas públicas, partimos para o entendimento sobre a necessidade de se qualificar a atuação destes coletivos. Uma aproximação com os diferentes poderes, com delineações bem definidas, que possa se abastecer de um instrumento jurídico que garanta a autonomia e que assegure o poder de suas deliberações são passos fundamentais para concretizar a efetiva aparição dos conselhos gestores em conjunto com a administração pública (GOHN, 2002). Agrega-se ainda a necessidade de se qualificar de forma permanente seus membros com as informações técnicas que cada segmento comporta, e que o processo de seleção seja alternado, a fim de se evitar consensos políticos.

Finalizamos este recorte do trabalho com algumas considerações importantes sobre o fundamental papel dos conselhos gestores na formação das políticas públicas municipais. Dentre as inquietudes mais expressivas, podemos mencionar que, apesar dos conselhos serem fruto da participação popular de entidades civis (GOHN, 2006), estes órgãos têm se apresentado com membros que formam grupos homogêneos, ineficazes na intenção da democratização da gestão pública sob a ótica de expressar a ideia de indivíduos de diferentes realidades sociais e culturais.

Contudo, houve um avanço na intenção de se promover o compartilhamento da gestão pública nos municípios, com a garantia legal da instituição de conselhos de diferentes segmentos, com capacidade de fiscalizar, formatar e deliberar políticas de governo, chegando até ao processo de orçamento participativo, que delibera a população capacidade de uma participação mais concreta.

Conclusão

A gestão municipal desempenha um importante papel no desenvolvimento social de uma comunidade, e os conselhos gestores são fundamentais para promover a participação cidadã nas tomadas de decisão. A necessidade de inovação nas gestões públicas passa pela participação de diferentes pessoas, com diferentes vivências e ideias, para sim, oferecer soluções eficientes capazes de enfrentar os problemas sociais. Dessa forma, o papel da autoridade pública é fundamental nesse processo, para coordenar e estimular ações para o desenvolvimento local de forma sustentável e que inclua todas as camadas sociais.

A participação dos conselhos gestores tem como objetivo envolver as pessoas na formulação de diferentes projetos, e na avaliação e fiscalização das políticas públicas. Contudo, os avanços institucionais acontecidos no período democrático em relação às políticas urbanas se apresentam insuficientes, pois os canais de participação popular ainda requerem muitos avanços, para se tornarem aptos a contribuir para alianças políticas mais eficientes, e em outros setores da sociedade, que transpasse apenas os interesses empresariais e comerciais (OLIVEIRA, LOPES, SOUZA, 2018). Os direitos sociais devem ser assegurados, independentemente da ordem de mercado, não podendo ser regulados por tendências do capital (CARRANO, 2003).

Concluindo, as análises apresentadas neste trabalho, que congregam uma série de obras textuais voltadas para a gestão das cidades, se limitam a apresentar uma base teórica a cerca das administrações municipais e a participação dos conselhos gestores na implantação das políticas das cidades. A realização de uma pesquisa de campo junto às administrações municipais possibilita a análise da efetiva participação dos conselhos gestores na elaboração das políticas de estado, revelando a importância desses órgãos para a gestão das cidades. Contudo, podem ser levantadas as diversas influências que, por ventura, possam competir com a participação da sociedade civil nas políticas do poder público, promovendo uma análise mais concreta desta relação nas decisões governamentais.

Referências

- ALVES, Fernando de Brito; SOUSA, Matheus Silveira Silveira. Democracia participativa: os conselhos gestores de políticas públicas como mecanismo de participação popular. **Argumenta Journal Law**. Jacarezinho/PR, n. 28. p. 107-124; 2018.
- ANDRADE, Elisabete Agrela; FRANCESCHINI, Maria Cristina Trousdell. O direito à cidade e as agendas urbanas internacionais: uma análise documental. **Revista Ciência e Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, n. 22 (12), p. 3849-3858, 2017.
- BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília/DF: Presidente da República, 2016.
- CARRANO, Paulo Cesar Rodrigues. *Juventudes e Cidades Educadoras*. Editora Vozes, Petrópolis/RJ, 2003.
- COELHO, Luana Pinto Xavier; CUNHA, Isabella Madruga. Direito à cidade contra o desenvolvimento. **Revista Direito e Praxis**, Rio de Janeiro, n. 01, p.535-561, 2020.
- COSTA, Geraldo Magela. Aproximação entre teoria e prática urbana: reflexões a partir do pensamento de Henri Lefebvre. **Revista UFMG**, Belo Horizonte, n.1, p.168-189. 2013.
- Estatuto da Cidade: Lei 10.257, de 10.07.2001, comentários. 2. ed. São Paulo: **Revista dos Tribunais**, 2004.
- FERNANDES, Danaê; GONÇALVES, Ana Letícia; ANTONELLO, Ideni Terezinha; KANASHIRO, Milena. Planos diretores municipais: avaliação de instrumentos segundo princípios do Estatuto da Cidade. **Geo UERJ**, Rio de Janeiro, n. 32, ed. 33716, 2018.

GADOTTI, Moacir. Pedagogia da terra: Ecopedagogia e educação sustentável. TORRES, C. A. **Paulo Freire y la agenda de la educación latino americana em el siglo XXI**. Clacso. Buenos Aires, 2001.

GOHN, Maria da Glória. Conselhos gestores e gestão pública. **Ciências Sociais Unisinos**. Porto Alegre, n.42 (1), p. 5-11, 2006.

GOHN, Maria da Glória. Conselhos gestores na política social urbana e participação popular. **Cadernos Metrópole**, São Paulo. n. 7, p. 9-31, 2002.

LIMONAD, Ester. A insustentável natureza da sustentabilidade. Da ambientalização do planejamento às cidades sustentáveis. **Cadernos Metrópole**, São Paulo, v. 15, n. 29, p. 123-142, 2013.

MARTINS, Marcelo Feijó; MARTINS, Simone; OLIVEIRA, Adriel Rodrigues; SOARES, Jeferson Boechat. Conselhos Municipais de Políticas Públicas: uma análise exploratória. **Revista do Serviço Público**. Brasília/DF, n. 59 (2): p. 151-185; 2008.

OLIVEIRA, Celso Maran; LOPES, Dulce; SOUZA, Isabel Cristina Nunes. Direito à participação nas políticas urbanísticas: avanços após 15 anos de estatuto da cidade. **Revista Brasileira de Gestão Urbana (Brazilian Journal of Urban Management)**, n. 10(2), p. 322-334, 2018.

SANTIN, Janaina Rigo; MARANGON, Elisete Gonçalves. O Estatuto da Cidade e os instrumentos de política urbana para proteção do patrimônio histórico: outorga onerosa e transferência do direito de construir. **HISTÓRIA**, São Paulo, n. 27 (2): 2008.

TENÓRIO, Fernando Guilherme. (Re)Visitando o Conceito de Gestão Social. **Editora Unijuí**, Ijuí/RS. n. 5, p. 101-124, 2005.

TRINDADE, Tiago Aparecido. Direitos e cidadania: reflexões sobre o direito à cidade. **Lua Nova**, São Paulo, n. 87, p.139-165, 2012.

Enviado em 31/082023

Avaliado em 15/10/2023

RACIONALIZAÇÃO DO DIREITO, INSTITUIÇÕES E JUSTIÇA: A FUNÇÃO DOS ESPECIALISTAS NA CONSTRUÇÃO DO MUNDO JURÍDICO

André Luiz Pereira Spinieli²
Ana Paula Rodrigues Nalin³

Resumo

Firmadas na burocracia weberiana, as práticas institucionais desenvolvidas no âmbito jurídico encontram correspondência em um modelo de poder legítimo, associado à dominação legal. Enquanto instrumento voltado à tentativa de organizar o poder e aperfeiçoar a precisão técnica dos especialistas, a racionalização do saber profissional no direito foi responsável pela construção de uma crise no sistema de justiça – que leva em consideração as possibilidades do direito influenciar a política, assumir uma identidade profissional adequada e responder satisfatoriamente às demandas sociais. Objetivamos analisar os processos de racionalização das instituições jurídicas e de seus profissionais, a fim de identificar a existência de uma crise no sistema de justiça e localizar alternativas à sua superação. Metodologicamente, recorreremos à abordagem bibliográfica, com suporte teórico nas contribuições da sociologia jurídica weberiana e das críticas apresentadas por Maria da Glória Bonelli e José Eduardo Faria sobre a ideologia profissional dos juristas brasileiros. O fenômeno da racionalização, ao mesmo tempo em que fundamenta as profissões jurídicas, também vulnera as instituições a ponto de ser preciso reformular suas identidades profissionais.

Palavras-chave: Racionalização. Profissionalismo. Poder Judiciário.

Abstract

Established in the Weberian bureaucracy, the institutional practices developed in the legal sphere find correspondence in a model of legitimate power, associated with legal domination. As an instrument aimed at the attempt to organize power and improve the technical precision of specialists, the rationalization of professional knowledge in law was responsible for the construction of a crisis in the justice system - which takes into account the possibilities of law to influence politics, assume an adequate professional identity and respond satisfactorily to social demands. We aim to analyze the processes of rationalization of legal institutions and their professionals, in order to identify the existence of a crisis in the justice system and find alternatives to overcoming it. Methodologically, we resort to a bibliographic approach, with theoretical support in the contributions of Weberian legal sociology and the criticisms presented by Maria da Glória Bonelli and José Eduardo Faria on the professional ideology of Brazilian jurists. The phenomenon of rationalization, while supporting the legal professions, also undermines institutions to the point that it is necessary to reformulate their professional identities.

Keywords: Rationalization. Professionalism. Judiciary System.

Introdução

As investigações contemporâneas em Ciências Sociais têm demonstrado o funcionamento das instituições e os perfis dos profissionais da área jurídica no Brasil, indicando como interagem com o profissionalismo, o livre-mercado e a burocracia weberiana, aproximando-se ou distanciando-se de uma "ideologia profissional" (BONELLI, 2002, p. 82-93).

² Doutorando e Mestre em Direito pela Universidade Estadual Paulista (UNESP/Franca).

³ Graduanda em Direito pela Universidade Estadual Paulista (UNESP/Franca).

Historicamente, a formação de bacharéis juristas no Brasil representou uma estratégia de legitimação das elites políticas, não havendo dissociação entre carreiras jurídicas e atividade política. No "mundo do direito", a ideologia profissional é uma forma de influenciar a política sem fazer contendedores (BONELLI, 2002, p. 93). As prerrogativas funcionais reconhecidas pela Constituição Federal de 1988 permitiram que juizes e promotores alcançassem evidência, fazendo com que Judiciário e MP estejam presentes na vida econômica e possam influenciar a política (FARIA, 2004, p. 103-125). A crise do sistema de justiça se traduz na ineficiência com que as funções são exercidas – seja na resolução de conflitos, no exercício do controle social ou na expansão das expectativas sociais no direito.

A racionalização das instituições jurídicas produziu a despersonalização das relações sociais, o refinamento das técnicas de cálculo, o conhecimento especializado e o controle racional de processos naturais e sociais (KRONMAN, 2009, p. 25-27). O direito é um "tipo ideal". As práticas institucionais revelam que o agir humano encontra base no poder legítimo, firmado na dominação legal. O saber profissional no direito representa o caráter racional da burocracia, indispensável à dominação. A racionalização do direito fomenta o capitalismo. Seus agentes são atores racionais que objetivam maximizar recursos escassos, neutralizar riscos e obedecer à dinâmica do mercado. As instituições jurídicas foram afetadas: são estruturas que atuam dentro de limites precisos, sob leis incompatíveis com a multiplicidade de horizontes decisórios, sem reciclar o conhecimento dos membros e concebidas para aplicar o direito positivo. O monopólio do sistema de justiça é desafiado pela expansão das ordens normativas e práticas jurídicas que modificaram a "jurisdição", impondo a redefinição de seus espaços de atuação e identidades profissionais adequadas à realidade brasileira.

A partir desse ponto de vista, a proposta deste ensaio é analisar os processos de racionalização das instituições jurídicas e de seus profissionais, tendo como pressuposto central as contribuições e críticas apresentadas pela sociologia weberiana a respeito do direito. Além disso, buscamos avançar sobre as alternativas de reformulação do papel dos atores pertencentes ao "sistema de justiça", a fim de estruturar um novo modelo brasileiro de jurisdição. Em termos metodológicos, empregamos a abordagem bibliográfica, de modo que recorreremos fundamentalmente à sociologia jurídica weberiana, consubstanciada neste trabalho a partir das reflexões de Anthony Kronman (2009) sobre o pensamento sociológico de Max Weber. Ainda, utilizamos as contribuições de José Eduardo Faria (2004) como base para a análise crítica das instituições jurídicas nacionais e, principalmente, de seus especialistas, buscando uma nova metodologia para (re) construir o Poder Judiciário no país. No primeiro tópico, discutimos os sentidos do profissionalismo e das carreiras jurídicas, tendo como fundamento a leitura das Ciências Sociais sobre o tema. No segundo, abordamos as bases da sociologia jurídica weberiana, assim como os princípios e efeitos da racionalização do direito. No terceiro, apresentamos a crítica de José Eduardo Faria, a fim de identificar alternativas à situação contemporânea do "sistema de justiça" brasileiro.

Profissionalismo e carreiras jurídicas: atores, sistema de justiça e instituições

Pesquisas recentes na área de Ciências Sociais têm buscado demonstrar o funcionamento das instituições e os perfis dos profissionais da área jurídica no Brasil. A proposta central dessas investigações é indicar com as carreiras de advogados, desembargadores, procuradores de justiça e delegados de polícia interação com os modelos do profissionalismo, do livre-mercado e da burocracia weberiana, aproximando-se ou distanciando-se de uma "ideologia profissional". Ao contrário dos modelos de livre-mercado, firmado nas relações entre classes, e da burocracia, baseado na hierarquia e obediência, a ética profissional acentuou o compromisso do jurista com a exclusividade no exercício de determinada atividade e a condição de autonomia para exercê-la (BONELLI, 2002, p. 82-84).

Historicamente, a formação de bacharéis na área jurídica representava uma estratégia para a legitimação das elites políticas, não havendo dissociação entre as carreiras jurídicas e a atividade política. Os graus de vulnerabilidade das instituições às pressões políticas são suficientes para formatar o nível de profissionalismo, que funciona como uma defesa às ameaças provenientes das incertezas do mercado e das vicissitudes políticas⁴ (BONELLI, 2002, p. 85-89).

Nesse sentido, as reflexões apresentadas pela autora se concentram na dinâmica institucional brasileira, tendo como enfoque as carreiras e profissionais que atuam diretamente na formação do "sistema de justiça". Na "advocacia", a ideologia profissional foi importante para enfrentar a lógica de mercado e a polícia convencional. Enquanto o Instituto dos Advogados do Brasil (IAB) foi uma associação formada por uma elite portadora da excelência profissional, a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) assumiu a reunião de uma grande massa de profissionais, mantendo-se como instrumento para a opinião pública durante o processo brasileiro de redemocratização. Na "magistratura", o profissionalismo suplantou a burocracia e desenvolveu um modelo de profissional que privilegia o conhecimento técnico e o domínio da jurisprudência sem abrir mão da influência à política (BONELLI, 2002, p. 92-93). A habilidade profissional da magistratura foi distinguir-se dos interesses particulares que caracterizavam a política cotidiana, construindo um ideário voltado ao conhecimento especializado e aos valores reconhecidos como universais no "mundo do direito" (BONELLI, 2002, p. 93).

No "Ministério Público", houve instantes de transformações na composição social e no ideário dos membros da instituição em relação à conquista de valores profissionais aproximados dos magistrados – com o predomínio de uma ideologia profissional que se distancia da política e questiona a imagem da profissão como antipolítica. Hoje, a instituição valoriza os efeitos políticos de suas funções e, em razão disso, apresenta seus membros como "agentes intocáveis" no combate à corrupção e na defesa dos interesses das minorias sociais (BONELLI, 2002, p. 94-96). Quanto aos "delegados de polícia", houve um processo de deslegitimação frente às demais carreiras jurídicas. Além disso, a própria população associou a imagem do profissional à corrupção e incompetência policial. Diferente de outras carreiras jurídicas, os membros da Polícia Civil procuraram se resguardar dos efeitos nocivos da ideologia profissional por meio da construção de uma política própria, de modo que a perda de prestígio social, a politização do cargo, o controle governamental sobre a instituição e a baixa identificação com o conhecimento atuaram como impedimentos à profissionalização e favoreceram a política convencional – por ser uma carreira de menor *status* social e com menor poder aquisitivo.

Racionalização jurídica e capitalismo: a sociologia do direito em Max Weber

A sociologia weberiana tem como ponto de partida a análise sobre os modelos de racionalidade e os processos de racionalização na esfera da vida econômica, jurídica, administrativa e ético-religiosa⁵. A racionalização crescente não representou o progresso do bem-estar da humanidade, mas, ao contrário, produziu a despersonalização das relações sociais, o refinamento das técnicas de cálculo, o aumento da importância social do conhecimento especializado e a extensão do controle tecnicamente racional de processos naturais e sociais.

4 Para Maria da Glória Bonelli (2002, p. 93), conforme afirmamos anteriormente, a ideologia profissional que vigorou foi aquela que descobriu a eficácia do profissionalismo como uma forma diferente de influenciar a política sem se tornar um contendor específico.

5 Na sociologia de Max Weber, a racionalização da sociedade leva ao processo de modernização social, cujos resultados são percebidos na formação da empresa capitalista vinculada à constituição do Estado moderno como um aparelho legal-burocrático. A empresa capitalista e o aparelho de Estado são núcleos organizadores da racionalização em diferentes domínios sociais. A primeira racionaliza a utilização da técnica da ciência, o trabalho, a contabilidade, o investimento; e a segunda racionaliza a organização burocrática da administração, do Poder Judiciário, da força militar e do sistema fiscal. Na sociologia weberiana, o direito moderno é importante para a organização entre esses subsistemas.

A crítica weberiana rompe com a promessa otimista do humanismo, afirmando que a racionalização obstaculiza os homens à condução de uma existência autônoma e dotada de significado. A teoria política weberiana está diretamente relacionada à sua concepção de direito, embora sua sociologia tenha sido classificada como "positivista", por afirmar a impossibilidade de estabelecer objetivamente quais são os valores últimos escolhidos pelos indivíduos⁶ (KRONMAN, 2009, p. 25).

O crescimento da burocracia ameaça à liberdade individual, embora a racionalização também propicie um conhecimento científico sobre o homem na mesma medida que a natureza permite a emergência de uma nova estrutura de consciência, distinta da religiosa. Em um mundo órfão de categorias absolutas, a ética da responsabilidade e o direito se tornam os únicos modelos, nos âmbitos moral e jurídico, com condições de fornecer ao homem modelos de comportamento adequados às condições impostas pela realidade. A abordagem jurídica weberiana se inicia pela obra "Economia e Sociedade", na qual busca elaborar uma organização dos fenômenos jurídicos à luz da sociologia (KRONMAN, 2009, p. 25-27). Na sociologia jurídica, Weber contrasta o estudo do direito sob o ponto de vista sociológico com dois outros modos de refletir sobre as regras: o moralista (avalia a qualidade moral das normas jurídicas) e o dogmático (utiliza normas como parâmetro de avaliação de determinada conduta).

Os estudos weberianos sobre as instituições jurídicas buscavam identificar características peculiares aos sistemas jurídicos ocidentais que favoreceram o avanço do capitalismo. A racionalização do direito e da administração burocrática são condições para o desenvolvimento do capitalismo. O sociólogo se interessa pela maneira como os integrantes de uma sociedade enxergam as normas jurídicas e moldam suas condutas de acordo com elas – produzindo uma ciência empírica preocupada com fatos, e não valores. Para Weber, a obediência a alguém decorre não de direito próprio, mas de uma regra estabelecida, que institui simultaneamente a quem e em que medida se deve obedecer. Ao emitir uma ordem, quem ordena também obedece à regra, uma norma formalmente abstrata. A sociologia de Weber concebe o direito como "tipo ideal", de modo que as finalidades centrais de sua abordagem são desvendar os diferentes elementos que compõem as práticas institucionais e indicar que o agir humano encontra correspondência no tipo de poder legítimo firmado na dominação legal, em razão de um estatuto – distinto, portanto, dos tipos de poder tradicional ou carismático (Kronman, 2009, p. 27-28).

A administração burocrática exercida por meio do direito é o modo mais puro de dominação legal⁷. O objetivo central da burocracia é a gestão do poder, que pode ser mais racional quando mediada por um tipo de administração burocrática pura, que ressalta os aspectos da precisão, da

6 A classe burguesa preferia uma prática jurídica racional, através da qual se possa conseguir um direito formal, sistematizado e inequívoco, criado de forma racional com a referência a fins, que exclua tanto a vinculação à tradição quanto a arbitrariedade e, como consequência, que aceite o direito subjetivo unicamente como derivação ou manifestação de normas objetivas. Max Weber, em sua sociologia jurídica, considera que o fator econômico influencia diretamente as questões jurídicas. As instituições de direito têm que ser previamente inventadas para poder colocar-se a serviço da economia. Em relação às interlocuções entre racionalidade político-econômica e burocracia, enquanto a racionalidade permite a calculabilidade e a segurança de prosseguimento histórico de uma dada formação social, a burocracia desenvolve um papel importante, pelas qualidades de impessoalidade que impõe na administração pública e privada. O burocrata é o especialista, o técnico que é recrutado para a execução de determinada tarefa em razão de seu saber. A burocracia, na visão weberiana, atravessa todas as atividades sociais do mundo moderno, alcançando o direito, que, na dominação legal, passa a ser altamente burocratizado. A administração do Poder Judiciário está entregue aos burocratas, o que impõe um alto grau de especialização profissional e tecnificação cada vez maiores.

7 Na sociologia de Max Weber, a dominação legal é um tipo ideal mantido pela crença na validade de um estatuto legal e na competência objetiva fundada em regras racionalmente criadas. Para a compreensão do Estado moderno, esta última dominação, tem relevância primordial na medida em que postula a legitimidade da norma a partir da sua conformidade com um estatuto formalmente correto. É peculiar ao Estado moderno o fato de fundar a legitimidade na legalidade dos ordenamentos estatuídos e no direito de comando daqueles que exercem o poder legal. Este poder, por sua vez, pressupõe um direito racional organizado sob a forma de regras abstratas, uma jurisdição que possibilite a aplicação destas regras ao caso particular e uma administração regida pelo ordenamento estatuído. Logo, o tipo de poder próprio ao Estado moderno é fundado numa forma particular de legitimidade, definida por ele como "legalidade".

disciplina, da continuidade, da calculabilidade, do aperfeiçoamento técnico e da eficácia. Para Weber, a instrumentalidade do agir racional diz respeito à função da força política do Estado moderno desenvolvido no Ocidente. Enquanto produto histórico do desenvolvimento da racionalidade estatal, a burocracia é inevitável. A indispensabilidade da administração burocrática na modernidade se funda em sua racionalidade, cuja eficiência quase mecânica permite um alto grau de previsibilidade. O "saber profissional especializado" representa o caráter racional da burocracia, indispensável para o exercício da dominação. As sociedades modernas dependem dos mesmos resultados técnicos que apenas a organização burocrática pode proporcionar com eficiência (KRONMAN, 2009, p. 62).

Assim, a sociologia jurídica weberiana formula uma questão fundamental para a compreensão das interlocuções entre burocracia e racionalização: quem domina o aparato burocrático existente? Enquanto instrumento técnico eficaz, a burocracia tende a manter suas características determinantes mesmo após revoluções. Embora o aparato administrativo-burocrático decorra da calculabilidade, da eficiência, da previsibilidade, da objetividade e da desumanidade, esse tipo de organização é a que melhor satisfaz as exigências do capitalismo moderno. Ele permite maior previsibilidade e igualdade formal diante das normas abstratas de direito. Para Weber, burocracia e racionalidade-formal coincidem na esfera política, de modo que a organização burocrática é útil à conservação estatal do monopólio da força legítima e sua tentativa de eliminar qualquer poder autônomo em relação a ele⁸. Nesse sentido, o Estado, fundado no direito racional e na burocracia profissional, permite que o capitalismo moderno se desenvolva plenamente⁹.

Direito, racionalização e profissionalismo: notas para uma crítica à crise do sistema de justiça brasileiro

A história contemporânea do Brasil demonstra que juízes e promotores alcançaram enorme evidência em razão das prerrogativas concedidas pela Constituição Federal de 1988, fazendo com que ambas as instituições se façam presente na vida econômica e influenciem as agendas políticas domésticas (FARIA, 2004, p. 103-125). No entanto, é válido questionar se a independência funcional conquistada pelo Ministério Público pertence à instituição ou a cada membro separadamente. No mesmo sentido, deve-se perguntar como o Poder Judiciário é capaz de tutelar o direito à última palavra sendo uma instituição que controla, quase totalmente, o acesso dos integrantes aos seus quadros. Realizar essas inquirições representaria perguntar acerca da legitimidade de ambas as instituições sobre o exercício da eficiência administrativa, da transparência decisória e do equilíbrio das finanças públicas (FARIA, 2004, p. 103-125). Essas questões ganharam relevância na medida em que o Ministério Público deu início a atividades ilegais com o objetivo de formular denúncias criminais contra sujeitos do alto escalão da política e o Poder Judiciário se opôs às reformas estruturais – especialmente a previdenciária e a revogação dos direitos advindos do funcionalismo público.

⁸Para Max Weber, um direito formal, racional, objetivo e técnico – e, por conseguinte, previsível e calculável – interessou, em princípio, não apenas a todos os economicamente poderosos, mas também a todas as tendências ideológicas que pretendiam acabar com a imposição autoritária do poder supremo que, ancorado em institutos irracionais, aplicam o direito de forma absolutamente personalística. Entretanto, para a classe burguesa em ascensão, o direito formal manifestava-se imprescindível, já que esta classe desejava o desenvolvimento de empresas permanentes de tipo racional, tanto econômicas quanto políticas: a economia racional capitalista e o Estado racional moderno, por exemplo.

⁹ Na sociologia jurídica e política de Max Weber, o Estado, entretanto, só pode ser definido a partir de um meio específico que lhe é próprio: a coação física. Hoje, diferentemente do passado, quando as associações mais diversas podiam empregar a coação física como um meio normal, o Estado reclama para si, dentro de um território determinado, o monopólio dessa violência legítima. No entanto, o Estado não se diferencia de quaisquer associações políticas que o antecederam, pois ambos são estruturados em relações de domínio de homens sobre homens, baseadas em um meio de coação legítima, que decorre da norma jurídica abstrata. Para a concepção weberiana de direito, a burocratização excessiva obstaculiza a formação de lideranças políticas e a expansão da democracia, compreendida enquanto técnica política capaz de elevar as instituições estatais à condição de potência ou mesmo como extensão do sufrágio universal.

Frente à opinião pública, a imagem de ambas as instituições é vista com receio. Enquanto o Poder Judiciário é classificado como moroso e inepto prestador de serviços públicos, o Executivo encara o orçamento geral como um aparato insensível ao equilíbrio das finanças públicas e suas crescentes despesas de custeio que comprometeram as políticas de ajuste fiscal. Por outro lado, a opinião pública considera o Ministério Público e o Poder Judiciário como instâncias acusadas de exorbitar em suas prerrogativas e interferir, até mesmo, no processo legislativo – denotando um sentido de judicialização da vida administrativa e econômica (FARIA, 2004, p. 103-125). Assim, a crise do sistema de justiça brasileiro é traduzida pela ineficiência com que os poderes desempenham suas funções básicas, que são estruturadas em três vertentes: a instrumental, pela qual o Ministério Público e o Poder Judiciário são enxergados como *locus* para a resolução de conflitos; a política, uma vez que ambas as instituições exercem um papel decisivo como mecanismos de controle social, fazendo cumprir direitos e obrigações, além de reforçar as estruturas vigentes de poder e a integração da sociedade; e a simbólica, que decorre da disseminação da equidade e justiça na vida social, socializando as expectativas dos atores individuais e coletivos na interpretação do direito e na conquista da legitimidade na vida política (FARIA, 2004, p. 103-125).

A ineficiência material do sistema de justiça em relação às suas funções é advinda também da incompatibilidade estrutural entre a arquitetura do Ministério Público e do Poder Judiciário e a realidade socioeconômica sobre a qual têm que atuar. Sob o viés "histórico", a instituição judiciária foi organizada como um sistema burocrático de procedimentos escritos e cuja intervenção dependia da violação de um direito substantivo (FARIA, 2004, p. 103-125). Por outro lado, a partir do olhar "funcional", o Poder Judiciário foi concebido para exercer as funções instrumentais, políticas e simbólicas em uma sociedade concebida como estável e marcada por níveis equitativos de distribuição de renda. O modelo ideal de sistema de justiça é incompatível com a realidade brasileira, pois nega a existência de situações de miserabilidade que rejeitam a igualdade formal, além de impedir o acesso de parcelas significativas da população à justiça e comprometer a efetividade dos direitos fundamentais – visível por meio do aumento do desemprego, da violência, da criminalidade urbana e dos desafios à democracia.

Os movimentos sociais que emergiram nas últimas décadas tiveram como propósito ampliar o acesso dos segmentos marginalizados da população às instâncias do Ministério Público e do Poder Judiciário, graças ao reconhecimento constitucional de novos direitos, como a moradia. Como resultados, há tanto a transformação do sistema de justiça em uma empresa marcada pela necessidade de resultados cada vez mais bem calculados e eficientes quanto à impossibilidade de conduzir processos a uma solução definitiva e coerente em relação a outras ações idênticas, em prazos razoáveis, sem que isso signifique a transformação dos atores do sistema de justiça em "Sísifos", cujo trabalho é inútil, interminável e repetitivo (FARIA, 2004, p. 103-125). Esse cenário contribui para que o Ministério Público e o Poder Judiciário sejam indigentes na produção de respostas aos problemas apresentados à população, tornando-se instituições inócuas e fragilizadas.

A crise do sistema de justiça é evidenciada pela crescente dificuldade para expedir sentenças coerentes, previsíveis e oportunas, assegurando obediência às leis e dando aos atores sociais o ambiente, as condições e os estímulos exatos para a tomada de decisões racionais.

O Poder Judiciário não pode deixar sem resposta os casos que lhe são submetidos, independente de sua complexidade técnica e de suas implicações econômicas, políticas e sociais¹⁰. Com isso, parcela da corporação judicial passou a pressionar os diferentes setores da Administração Pública com o objetivo de criar condições necessárias para a implementação de direitos socioeconômicos previstos na Constituição Federal de 1988. O resultado foi que, diante da desídia de membros do Poder Judiciário e do Ministério Público em face das consequências macroeconômicas de suas decisões e do desconhecimento legal dos economistas, passaram a ganhar espaço as propostas de criação do controle externo sobre o Poder Judiciário e a ampliação do número de instrumentos processuais para a proteção antecipada do Executivo contra ações que o cidadão possam ajuizar contra suas decisões¹¹.

A dificuldade de distinção entre os sistemas político, econômico e judicial fundamenta uma questão fundamental no conflito de interesses entre o Executivo, o Legislativo e o sistema de justiça brasileiro. A expansão da esfera de atuação dos tribunais, a ponto de levá-los a assumir funções políticas, bloqueando iniciativas do Executivo ou contrapondo-se ao Legislativo, apenas foi possível em razão da consagração de um extenso elenco de direitos e garantias para o Poder Judiciário e o Ministério Público. O problema é que essa dinâmica pode contribuir para uma superposição das esferas e lógicas decisórias, além da erosão dos valores inerentes a cada poder estatal e da sobrecarga no "policy-making" do país (FARIA, 2004, p. 103-125). Na medida em que não há diferenciação entre os sistemas judicial, administrativo, político e econômico, seus efeitos podem atingir a vitalidade do regime democrático e o próprio desenvolvimento econômico brasileiro. São dois motivos: em primeiro, ser um dos papéis da democracia a manutenção das possibilidades de escolha e alternativas de decisão; em segundo, ordens jurídicas imprecisas e contraditórias geram custos adicionais transferidos por meio das taxas de risco.

Considerações finais

Este ensaio objetivou investigar os processos de racionalização das instituições jurídicas e de seus profissionais, observando como a sociologia weberiana, ao desenvolver os conceitos de "burocracia" e "dominação" nas Ciências Sociais, introduz o mundo jurídico no núcleo de uma crítica que leva em consideração a existência de uma crise do sistema de justiça e dos sentidos da jurisdição nacional. Identificamos que, assim como em outras profissões, os especialistas do direito se orientam de acordo com uma ideologia profissional, que se afirmou como um instrumento capaz de influenciar

10 Em casos difíceis, nos quais a interpretação a ser dada a uma norma, lei ou código não está clara ou é controvertida, os juízes não têm outra opção a não ser inovar, usando o próprio julgamento político. O problema é que, em muitos desses casos, nos quais julgar não significa apenas estabelecer o certo ou o errado com base na lei, mas também assegurar a concretização dos objetivos substantivos por ela previstos, o Poder Judiciário e o Ministério Público não dispõem dos meios próprios para implementar suas sentenças e pareceres, especialmente as que pressupõem decisões, recursos materiais e investimentos do setor público. O sistema de justiça encontra-se numa encruzilhada. Por um lado, quando insiste em enquadrar o Executivo, para obrigá-lo a oferecer esses serviços num contexto de "responsabilidade" fiscal, cortes de orçamento e ausência de fontes permanentes de recursos para o financiamento de políticas públicas, bem como promover o controle da constitucionalidade das leis e as autoridades econômicas a circunscrever suas decisões aos estritos limites da ordem legal, o Poder Judiciário e o Ministério Público são sempre acusados de abandonar o princípio da neutralidade e de fazer política, exorbitando suas funções e invadindo áreas que não são de sua alçada. Por outro lado, para neutralizar o risco de retaliações, o sistema de justiça tem a alternativa de agir pragmaticamente, deixando de confrontar o Executivo e tolerando sua tendência em invocar os imperativos da responsabilidade fiscal e da estabilidade monetária como justificativa para legislar para situações pretéritas, revogar atos juridicamente perfeitos e interferir em direitos adquiridos. O Poder Judiciário e o Ministério Público também podem recorrer a critérios de "justiça comutativa" ao apreciar e julgar as ações judiciais resultantes do despertar de determinados setores sociais para o reconhecimento de seus direitos de cidadania.

11 Sempre descrito de modo simplista pela mídia, a "judicialização" da política e da economia é um fenômeno complexo, que envolve diferentes fatores. Um deles é a incapacidade do Estado de controlar e regular, com os instrumentos normativos de um ordenamento jurídico resultante de um sistema romano, rígido e sem vínculos com a realidade contemporânea, mercados cada vez mais integrados em escala planetária. Pressionado por fatores conjunturais, enfrentando contingências que desafiam sua autoridade, condicionado por correlações circunstanciais de forças, obrigado a exercer funções muitas vezes incongruentes entre si e levado a tomar decisões em contradição com os interesses sociais vertidos em normas constitucionais, o Estado tende a legislar desenfreadamente com o objetivo de coordenar, limitar e induzir o comportamento dos agentes produtivos.

os caminhos da política nacional sem que os membros das carreiras jurídicas estivessem efetivamente integrados nesse sistema (BONELLI, 2002, p. 93).

Se, por um lado, a racionalização do direito provocou o redimensionamento das instâncias judiciais para assumir uma postura burocrática e firmada na intromissão indireta na política, por outro, esse fenômeno indicou a necessidade de uma crise do sistema de justiça, que não mais consegue responder satisfatoriamente às demandas individuais e coletivas decorrentes da sociedade civil (FARIA, 2004, p. 103-125).

No regime capitalista, os agentes econômicos e políticos são atores racionais, cujo objetivo é maximizar recursos escassos, neutralizar riscos e minimizar gastos com informações, negações e execuções de contatos, de modo que a dinâmica do mercado exige decisões objetivas. O Poder Judiciário e o Ministério Público, por exemplo, foram afetados pelas lógicas da racionalização e da burocracia: são estruturas organizadas para atuar dentro de limites territoriais precisos, sob leis processuais com prazos incompatíveis com a multiplicidade de valores e horizontes decisórios exigidos, sem possibilidade de reciclar o conhecimento de seus integrantes e concebidos com a prerrogativa exclusiva de aplicar o direito positivo, livre de antinomias ou lacunas. Com isso, o monopólio do sistema de justiça é constantemente desafiado pela expansão das ordens normativas e práticas jurídicas que modificaram severamente o conceito de jurisdição, além de negar a intervenção e burocracia estatal (FARIA, 2004, p. 103-125). Essa dimensão impõe que o sistema de justiça redefina seus espaços de atuação e forje uma identidade profissional mais precisa.

Referências

BONELLI, Maria da Glória. **Profissionalismo e política no mundo do direito**. São Carlos: Editora Universitária UFSCar, 2002.

FARIA, José Eduardo. O sistema brasileiro de justiça: experiência recente e futuros desafios. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 18, n. 51, p. 103-125, 2004.

KRONMAN, Anthony. **Max Weber**. São Paulo: Elsevier, 2009.

Enviado em 31/08/2023

Avaliado em 15/10/2023

A IRRACIONALIDADE DA PRISÃO: APROXIMAÇÕES ENTRE O *FRAGMENTO DE UMA TEORIA DO CRIMINOSO* E A PRISÃO PÓS-DISCIPLINAR

Bruno Tadeu de Oliveira Santos¹²
Álvaro de Souza Maiotti¹³

Resumo

O presente artigo versa sobre a relação entre as ideias acerca das instituições de privação de liberdade enunciadas por Adorno e Horkheimer no texto *Fragmento de uma teoria do criminoso* (1985) e os aspectos teóricos gerais da perspectiva sociológica pós-disciplinar, cujo expoente é o autor Gilles Chantraine. Aliado a elementos da Teoria Crítica, o *Fragmento* revela-se um precioso escrito, sobretudo por já enunciar a prisão como espaço de conformação e adaptação ao mundo burguês, que se consolidou posteriormente no capitalismo globalizado. Considerando a natureza teórica deste estudo, os procedimentos técnicos da pesquisa bibliográfica mostraram-se os mais adequados à sua realização.

Palavras-chave: Prisão. Prisão pós-disciplinar. Teoria Crítica.

Abstract

This article deals with the relationship between the ideas about the institutions of deprivation of liberty enunciated by Adorno and Horkheimer in the text *Fragment of a theory of the criminal* and the general theoretical aspects of the post-disciplinary sociological perspective, whose exponent is the author Gilles Chantraine. Allied to elements of Critical Theory, the text by Adorno and Horkheimer proves to be a precious piece of writing, above all because it already enunciates prison as a space for conformation and adaptation to the bourgeois world, which was later consolidated in globalized capitalism. Considering the theoretical nature of this study, the technical procedures of the bibliographical research are admired as the most suitable for its accomplishment.

Keywords: Prison. Post disciplinary prison. Critical theory.

Introdução

O presente artigo versa sobre a relação entre as ideias acerca das instituições de privação de liberdade enunciadas por Adorno e Horkheimer no texto *Fragmento de uma teoria do criminoso* (1985) e os aspectos teóricos gerais da perspectiva sociológica pós-disciplinar, cujo expoente é Gilles Chantraine. Em termos mundiais, Chantraine (2006) aponta a derrocada do estado de bem-estar social e a sua substituição por um modelo econômico neoliberal a partir de 1970, no qual observam-se indicadores que revelam a implantação de políticas penais para o tratamento da desigualdade social em detrimento do investimento nas políticas sociais, o que resulta no crescimento das taxas de encarceramento.

Esse movimento implicou a redefinição e atualização da função social da prisão no mundo contemporâneo, cujos desdobramentos são: a consolidação de redes criminosas organizadas que disputam o controle das prisões com o estado; os frequentes massacres e motins; a tendência à privatização desses estabelecimentos; além dos impactos que incidem sobre determinados grupos

¹² Mestre em Educação e Saúde na Infância e Adolescência (Unifesp). Pesquisa a formação inicial de pedagogos, educação não escolar, pedagogia social e educação em instituições de privação de liberdade. Integra o Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Escola Pública, Infâncias e Formação de Educadores (GEPEPINFOR) da Unifesp. Professor de Educação Básica I, Secretaria de Educação de Diadema e Secretaria Municipal de Educação de Santo André

¹³ Discente no Mestrado Profissional em Filosofia - PROF-FILO (UFABC). Mestrando no Programa de Pós-Graduação em Educação e Saúde na Infância e Adolescência (Unifesp). Membro do Grupo HORIZONTE - Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Inovação em Educação, Tecnologias e Linguagens. Professor de Educação Básica II, Secretaria da Educação do Estado de São Paulo - Seduc/SP. Idealizador dos blogs O Saber Inútil (<https://osaberinutil.blogspot.com.br/>) e Coluna Preta (<https://colunapreta.blogspot.com.br/>).

sociais estigmatizados, alvo tácito dessa política de contenção. Aliado a elementos da Teoria Crítica, o *Fragmento* revela-se um precioso escrito, sobretudo por já enunciar a prisão como espaço de conformação e adaptação ao mundo burguês que se consolidou posteriormente no capitalismo globalizado.

Considerando a natureza teórica deste estudo, os procedimentos técnicos da pesquisa bibliográfica mostraram-se os mais adequados à sua realização.

Breves apontamentos acerca da *Dialética do esclarecimento*

No cerne da obra *Dialética do esclarecimento* (1985), Adorno e Horkheimer colocam a razão da contemporaneidade vigente em xeque, buscando a compreensão factível das tendências regressivas experimentadas pela humanidade ao longo do processo civilizatório e a justificativa etiológica da decadência do liberalismo que, ao invés de inaugurar um novo estado verdadeiramente humano, falha com a concretização das promessas de liberdade e justiça, regredindo e afundando-se na barbárie. (ADORNO; HORKHEIMER, 1985).

Atualizando a discussão e apontando para a consolidação da hegemonia do capitalismo, os escritos fornecem instrumentos teóricos para a análise da crise da modernidade, caracterizada pela lógica de dominação universal do homem e da natureza. A crítica é contundente e coloca a razão em confronto consigo mesma, uma vez que ela própria está embebida do espírito de dominação e, por vezes, oculta a radicalidade necessária para a total realização da justiça e emancipação do homem.

O termo “dialética” aproxima-se dos sentidos marxista e hegeliano. Para Hegel, as transformações ocorrem primeiramente no mundo das ideias e, posteriormente, convertem-se em materialidade – raciocínio que diverge do racionalismo de Kant, segundo o qual a razão é o instrumento de cisão entre o homem e a natureza. O termo “esclarecimento” remete ao Iluminismo e ao processo em que a humanidade se liberta do temor a uma natureza desconhecida, mítica e poderosa. Dessa maneira, a crítica ao esclarecimento proposta por Adorno e Horkheimer (1985) se ampara na desconstrução dos fundamentos de fenômenos da modernidade, dentre os quais encontram-se: o processo de racionalização; a desmitologização do mundo; a matematização e cientificização do conhecimento; o saber como instrumento de dominação; a alienação do indivíduo; o fetichismo universalizado; e o culto à técnica.

Nesse viés, o indivíduo moderno é, se não, um subproduto da sociedade industrial pequeno-burguesa, que se torna refém da técnica, da burocracia, da racionalidade, do cálculo e da disciplina, e crê fielmente que só pode haver verdade nesse cenário. A razão criticada pelos autores é a razão instrumental, calcada na técnica, que provém da racionalidade do esclarecimento e acarreta o anti-intelectualismo da modernidade. O anti-intelectualismo, por sua vez, é caracterizado pela depreciação do pensamento e pela valorização da lógica utilitarista e imediatista em detrimento da filosofia, e se baseia no rígido controle da natureza, tanto externa como interna, e no crescente domínio do fator instrumental sobre a emancipação da razão.

Para compreender o movimento de reflexão da obra, deve-se considerar o trecho em que são apresentados os *Elementos do antissemitismo*, o qual é precedido do subtítulo *Limites do esclarecimento*. O antissemitismo nazifascista é classificado como decorrente do processo de esclarecimento que, por vezes, tem suas origens confundidas com as origens da civilização ocidental. Para os autores, a predisposição à dominação desmedida da natureza provoca fenômenos como o antissemitismo na medida em que propõe a anulação daquilo que poderia transpor o ciclo natural da subjetividade potencial no sentido da autonomia. É possível situar, aqui, o saber psicanalítico como instrumento conceitual epistemológico que, por meio das noções de identificação e projeção, possibilita explorar a dimensão subjetiva do antissemitismo. Contudo, seria um engodo reduzi-lo à subjetividade individual.

Adorno e Horkheimer (1985) defendem que é possível encontrar a totalidade de um objeto pelo conhecimento analítico da especificidade deste objeto, e nisto reside o método e se assenta a crítica à psicanálise. A constituição do eu é socialmente mediada. Essa mediação é compreendida em sentido hegeliano, porque ocorre na medida em que incorporamos os valores da sociedade. Assim, o que é gerado socialmente não deveria ser tratado como exclusivamente individual, mas no âmbito da relação indivíduo-sociedade. Surgem, então, algumas questões: como tratar a sociedade? Seria a terapia a perfeita adaptação? Essas questões norteiam a reflexão crítica e, a partir da psicologia social, entendemos a cisão entre indivíduo e sociedade como uma categorização didática que revela duas faces.

Os sintomas e manifestações de sofrimento psíquico são resistências à adesão do que é a sociedade. Nesse sentido, Adorno e Horkheimer (1985) indicam elementos para a compreensão do fascismo pois, conhecendo a determinação social, entenderemos as estruturas posicionais na sociedade. Para compreender o fascismo em sua totalidade, a psicologia social necessita de uma teoria da sociedade sólida e plural.

A outra face do processo que estrutura o antissemitismo é o movimento que visa à destruição da particularidade do outro: trata-se do mecanismo de falsa projeção, pois o preconceito e o antissemitismo pouco têm a ver com o alvo – no caso, o judeu –, e muito mais com o antissemita. As vítimas, apesar de uma delimitação primeira, podem ser intercambiáveis. Logo, o antissemita é o indivíduo forjado/deformado pela razão instrumental do esclarecimento, no qual observam-se a perda do controle pulsional e do senso moral: tomado pela violência, já não consegue mais se diferenciar.

Para Adorno e Horkheimer (1985), os judeus são eleitos as vítimas perfeitas por simbolizarem uma afronta ao totalitarismo. O judeu experimenta a felicidade sem poder temporal, a remuneração sem trabalho, a pátria sem fronteira, a religião sem mito. Tais sentimentos correspondem aos desejos reprimidos pelos antissemitas, que dedicam esforço na tarefa de dominar a natureza. Antes de tudo, os judeus são invejados. Depois, são convertidos em alvo do ódio dos antissemitas que, por meio da projeção patológica, buscam se fundir ao objeto de ódio e destruí-lo.

Uma teoria (crítica) para o criminoso e para a prisão

Inserido na obra *Dialética do esclarecimento*, o texto *Fragmento de uma teoria do criminoso* está alinhado com a crítica à razão instrumental do liberalismo. Com ele, os autores abordam os aspectos do desenvolvimento da prisão, instituição profundamente enraizada na economia e na cultura da sociedade, que sobrevive na modernidade de modo regressivo –considerando que tal mecanismo poderia já não ser mais essencial. O arcaísmo pujante da prisão é a evidência de que o progresso não pode ser o fim que justifica os meios. Tal irracionalidade se confirma quando se constata que o sistema penitenciário se torna um problema endêmico e passa a ser considerado como um mal tão grande quanto o mal que ele busca conter e regenerar. Sustentáculo coercitivo da ideologia neoliberal como inverdade, ele vai ao encontro de outros elementos basilares na macroestrutura do capital que geram e reproduzem desigualdade: a prisão reorganiza e redistribui a mão-de-obra excedente, conforma e estigmatiza os indivíduos não absorvidos pela exploração do trabalho.

É importante ressaltar que, logo na primeira seção do texto, Adorno e Horkheimer (1985) colocam em questão o caráter expurgador da prisão, visto que o cárcere é descrito como retrato do mundo do trabalho burguês.

O termo penitenciária tem valor simbólico, semântico e sentido religioso: remonta ao suplício, penitência e purificação característicos do Medieval e que, ainda hoje, nos conduzem à noção de sacrifício do apenado que, em alguns contextos, pode ser elevado e justificar até a morte. Nesse

sentido, o sacrifício do desviante remete à troca mítica, movimento expresso também na troca mercantil, porém sem nunca alcançar um poder equivalente ou reparador: é sempre um sacrifício que mais pode ludibriar e seduzir – portanto, mentira manifesta. O aposento privativo monástico denominado cela empresta seu sentido penitencial à prisão, reforçando o caráter purificador e resignante do cárcere. No texto, esse sentido simbólico é apresentado como expressão do processo de reelaboração do sentido e função social da prisão.

A hegemonia do capitalismo perpetrou o aperfeiçoamento das técnicas punitivas através do sistema judiciário e a consolidação de um estado penal burocratizado, que firma as instituições de privação de liberdade como espaços de conservação da ordem econômica e da ideologia vigentes. Em uma sociedade onde a demanda por força de trabalho capacitada e disciplinada crescia contrapõe-se a visão de que a prisão única e exclusivamente almejava a punição e castigo do indivíduo desviante. Se as penas, na Idade Média, infligiam castigos ao corpo através do suplício, na Modernidade o corpo passa a ser disciplinado e instrumentalizado para a exploração.

No segundo e terceiro parágrafos, os autores aludem à ideia decadente de compreensão do criminoso como doente. Essa perspectiva teve origem no século XIX e firmou-se, sobretudo, nos estudos criminológicos clássicos de caráter biologicista, nos quais se pretendeu estabelecer uma variável determinista na identificação de perfis propensos ao declínio moral e à delinquência. A noção de doença imputada ao criminoso é o que o caracteriza como um ser menos diferenciado, dotado de um eu mais fraco, sem grande capacidade de resistir aos apelos da natureza: esse indivíduo é a expressão de antítese ao progresso. O texto menciona as semelhanças entre manicômios e prisões derivadas dessa compreensão, ambas as instituições sustentadas por premissas similares.

No excerto, Adorno e Horkheimer (1985) caracterizam o criminoso de três modos distintos. A primeira concepção refere-se aos que já se encontravam “enfermos” antes do cárcere: são indivíduos fracos e propensos ao desvio. A segunda concepção contempla o indivíduo sem sorte, aquele que desviou-se envolvendo-se em uma situação em que qualquer outra pessoa “sadia” poderia ter se envolvido e, portanto, agido da mesma maneira. A terceira concepção apresenta o pior dos tipos: os indivíduos que, por sua crueldade, são dominados por tendências regressivas, tais quais os líderes fascistas. Esses indivíduos são a expressão de como a racionalidade instrumental é capaz de fomentar a transgressão: “O fascista capaz de genocídios surgiu como a pura essência do fabricante alemão, só o poder distingue-o ainda do criminoso” (ADORNO; HORKHEIMER, 1985, p 188). Os autores ainda discutem acerca do criminoso e do castigo na sociedade em funcionamento sob a égide do fascismo, e apontam para a racionalização e instrumentalização da barbárie, da tortura e do extermínio na essência do estado total autoritário.

A prisão pós-disciplinar

A prisão descrita no *Fragmento* não é a prisão dos tempos atuais. As mudanças no âmbito da economia global relacionam-se com as modificações nas formas punitivas. A análise da prisão como aparelho punitivo é composta por duas grandes vertentes: a disciplinar e a pós-disciplinar. Na primeira vertente encontram-se autores clássicos, destacadamente Foucault (1985) e Goffman (2001). Na segunda vertente, encontram-se Garland (1999), Chantraine (2006) e Wacquant (2008). O que as distingue é que a primeira é caracterizada pela formação de um modelo onde prevalece o controle disciplinar do Estado; na segunda, o controle se dissipa do monopólio estatal e se fragmenta.

Tensionando Foucault (1985), Chantraine (2006) aponta modelos de prisões bem distintos. Se por um lado cresce nos ambientes carcerários a implementação de padrões de vigilância, disciplina e privação extrema, há um outro movimento onde a gestão do espaço passa a ser compartimentada oficial ou extraoficialmente. Esse modelo foi classificado pelo autor como prisão pós-disciplinar. Partindo da observação de estabelecimentos penitenciários no Canadá, Chantraine revela e narra alguns modelos prisionais onde os internos participam ativamente da manutenção das atividades de

funcionamento do cárcere, elegem representantes e negociam demandas com os gestores administrativos. Esse modelo dá margem para a configuração de um sistema complexo de privilégios, concessões e restrições.

Chantraine (2006) observa que essa dinâmica é fomentada pela direção no sentido de substituir certos mecanismos de coerção. Porém, mesmo nesse modelo, o imperativo da segurança e da vigilância tem a última palavra e, diante de qualquer instabilidade, a proposta que envolve a participação do interno fica em segundo plano. Em contextos de países em desenvolvimento existe o agravante de grupos organizados se articularem dentro e fora da prisão para ocupar este espaço. No contexto latino-americano, carteis e facções se estruturam em torno desse controle.

Observando a consolidação do grupo denominado Primeiro Comando da Capital (PCC) no sistema prisional paulista a partir de 1990, Graciano (2010) caracteriza a dinâmica de compartilhamento do controle dos estabelecimentos como “prisão pós-disciplinar à moda brasileira”. Apesar de as autoridades negarem a tendência, a pesquisa revelou o impacto dessa forma de gestão envolvendo os grupos organizados inclusive no acesso às atividades educativas e laborais no interior dos estabelecimentos.

Os crescentes índices das taxas de encarceramento de populações vulneráveis revelam a estrutura desse problema que envolvem a seletividade de ação do poder judiciário, o racismo institucional, a militarização da segurança pública, as políticas públicas e o chamado combate às drogas. Caracterizando essa série de situações na sociedade norte-americana, e apontando nesse processo um projeto político de criminalização da miséria, Wacquant (2001) postula que:

Contrariamente ao discurso político e midiático dominante, as prisões americanas estão repletas não de criminosos perigosos e violentos, mas de vulgares condenados pelo direito comum por negócios com drogas, furto, roubo ou simples atentados à ordem pública, em geral oriundos das parcelas precarizadas da classe trabalhadora e, sobretudo, das famílias do subproletariado de cor das cidades atingidas diretamente pela transformação conjunta do trabalho assalariado e da proteção social. De fato, em 1998, a quantidade de condenados por contenciosos não-violentos reclusos nas casas de detenção e nos estabelecimentos penais dos Estados Unidos rompeu sozinho a cifra simbólica do milhão. Nas prisões dos condados, seis penitenciários em cada dez são negros ou latinos; menos da metade tinha emprego em tempo integral no momento de ser posta atrás das grades e dois terços provinham de famílias dispostas de uma renda inferior à metade do “limite de pobreza”. (WACQUANT, 2001, p. 83).

Dentro do viés pós-disciplinar, as perspectivas teóricas de Chantraine (2006) apresentam as nuances do rearranjo do poder institucional disciplinar que vai se tomando velado e adquirindo contornos mais sutis, estabelecendo mecanismos de compensação e consolidação de sistemas de privilégios, aliados também à crescente descrença do ideal reabilitador.

Bauman (1999), Chantraine (2006), De Giorgi (2006), Deleuze (1992) e Wacquant (2001) são autores que apontam a derrocada de um modelo de controle social disciplinar em detrimento da expansão e crescimento de um aparato de controle e gestão das populações por meio da vigilância. Mesmo divergindo, o pensamento desses autores contempla, em linhas gerais, o encarceramento massivo para além do viés reabilitador, tendência essa que, no campo dos estudos criminológicos, predominou no século XX e sempre se choca com a premissa maior da prisão: a contenção do indivíduo. Nesse viés, Graciano (2010) afirma:

As condições históricas e culturais do Brasil não permitem as noções de Estado penal (WACQUANT, 2002), prisão pós-disciplinar (CHANTRAINE, 2006) e fim do ideal de reabilitação (GARLAND, 2008) sejam integralmente adotadas como categorias de análise para o contexto prisional brasileiro. No entanto, é inegável

que alguns traços desses conceitos podem ser verificados na realidade brasileira, conforme indicam as informações ao referente perfil da população carcerária e às suas condições de encarceramento, incluindo a superlotação das unidades, a garantia das assistências previstas na Lei de Execução Penal e o acesso ao trabalho. (GRACIANO, 2010, p. 81).

Dessa forma, o sistema prisional consiste num complexo sistema de relações que exige uma articulação teórica abrangente para que se possa compreendê-lo. Entretanto, prevalecem, no debate contemporâneo, os argumentos apontados pela perspectiva pós-disciplinar, pois é nítida a disputa de controle de unidades prisionais entre grupos criminosos.

O Estado penal, através do poder judiciário e dos aparatos policiais, é quem modera a aplicação e execução do juízo punitivo. Como evidenciou a análise de Wacquant (2001), há uma visível seletividade punitiva: o criminoso condenado é sempre aquele que preenche certos requisitos propostos pela política de encarceramento como estratégia de contenção da pobreza. Assim, há um fator geográfico aliado a um fator étnico-racial, já que este suposto criminoso é sempre oriundo das periferias e as pessoas negras estatisticamente compõem majoritariamente a população carcerária brasileira. Há ainda os recortes etário e de gênero: trata-se de homens, e os mais jovens. Dessa maneira, repousam sobre esses corpos estigmas que são determinantes, por exemplo, já na abordagem policial. Como afirma Bitencourt (2003): “A prisão, em vez de conter a delinquência, tem-lhe servido de estímulos, convertendo-se em um instrumento que oportuniza toda espécie de desumanidade. Não traz nenhum benefício ao apenado; ao contrário, possibilita toda a sorte de vícios e degradações”. (BITENCOURT, 2003, p. 125).

Quanto ao caráter político do perverso projeto de encarceramento como estratégia de contenção da pobreza, vemos que este é sustentado por uma cultura onde cada vez mais os parlamentares reforçam, no âmbito do sistema penal, a consolidação de leis mais duras, a redução da maioria penal, e a recusa ao debate sério sobre a questão do consumo de entorpecentes. Embora o Artigo 1º, parágrafo único da Constituição Federal de 1988 assinala que: “Todo poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente, nos termos desta Constituição”, é fato que nem sempre esses representantes se ocupam das necessidades do povo, mas de interesses econômicos e internacionais.

A partir disso, é possível concluir que a lei é sempre uma escolha política valorativa e, portanto, o ordenamento jurídico criminal é nada mais do que um apanhado de escolhas políticas, demandadas pelo convívio social ao longo da história de nossa civilização. Conforme a sociedade amplia sua complexidade, surgem novas demandas como, por exemplo, a questão dos crimes cibernéticos, categoria que classifica os delitos que emergem da nossa relação com os meios tecnológicos no campo da comunicação digital. O direito penal acompanha a complexidade da sociedade para contê-la, docilizá-la e redistribuí-la.

O crime é, antes de tudo, uma convenção. Logo, é datado historicamente. As condutas caracterizadas como delitivas, depois de instituídas, antes mesmo de serem consumadas por este ou aquele indivíduo, já estão previstas em um texto legal, seguidas de uma sentença punitiva. Assim, o crime precede àquele que o comete, o crime existe no sistema legal e no imaginário ideológico e moral da sociedade antes mesmo de ser consumado.

A decadência do ideal reabilitador e a prisionização

O ideal reabilitador e regenerador nunca foi descolado da prisão. No artigo 1º da Lei de Execução Penal Brasileira, Lei nº 7.219/1984 (LEP) constata-se que: “A execução penal tem por objetivo efetivar as disposições de sentença ou decisão criminal e proporcionar condições para a harmônica integração social do condenado e do internado”. Ainda nesse viés, o Artigo 25 institui mecanismos de auxílio às pessoas egressas do sistema prisional, no sentido de “reintegrá-la à vida em liberdade”.

Diversas são as expressões utilizadas para caracterizar essa função pretendida pela prisão. Foucault (1986), Thompson (2002), Adorno (1991), bem como textos legais federais e ainda regimentos internos das secretarias de estado responsáveis pelos estabelecimentos de privação de liberdade utilizam diferentes termos, como: reintegração, reinserção, ressocialização, reabilitação, recuperação e reeducação. Interessante notar que os termos são sempre compostos pelo prefixo latino “re” que, em seu sentido semântico, indica um movimento de reforço ou repetição de algo no sentido de restabelecer um equilíbrio.

Segundo Capeller (1985), o conceito “ressocialização” surgiu durante o século XIX, com ciências comportamentais, e caminhou ao encontro de uma abordagem positivista do direito, culminando no binômio ideologia *versus* repressão. A partir disso, é possível perceber como ocorre a despersonalização do indivíduo em função da forte reclusão imposta pelo cárcere. A ressocialização da pessoa presa perpassaria o reforço e a manutenção de sua referência com o exterior da prisão, ou seja, a família, o meio de trabalho, a territorialidade, a cultura: quanto mais distantes esses elementos, maior a dificuldade em se atingir esse suposto ideal ressocializador.

As instituições de privação de liberdade caminham do lado oposto de uma ideia de formação, emancipação e autonomia. A ruptura do convívio social por si só expressa o caráter punitivo e regressivo da prisão: a expectativa de ressocializar o indivíduo encontra uma forte resistência institucional. O conceito “prisionização”, expressa bem essa oposição ao que sugere a noção de ressocialização. O termo surge na obra *Prison Community*, de Donald Clemmer, entre as décadas de 1930 e 1940, por meio de estudos em estabelecimentos prisionais norte-americanos, numa tentativa de delinear aspectos do processo de socialização que se dava nas relações entre os encarcerados, considerando o controle, arquitetura, intensa vigilância e demais fatores peculiares a essas instituições fechadas. A prisionização foi caracterizada como o fenômeno que fornece os meios e estratégias de acomodação para a subsistência da pessoa no espaço prisional. Thompson (2002) assinala que:

[...] o indivíduo privado de liberdade sofre no cárcere influências, que ele classifica como os “fatores universais de prisionização”, expressos pela: “aceitação de um papel inferior; acumulação de fatos concernentes à organização da prisão; o desenvolvimento de novos hábitos, no comer, vestir, trabalhar, dormir; adoção do linguajar local; o reconhecimento de que nada é devido ao meio ambiente, quanto à satisfação de necessidades; eventual desejo de arrumar uma “boa ocupação. (THOMPSON, 2002, p. 24).

É importante ressaltar que essas são as adaptações naturais e normais feitas pelos indivíduos em forma de resposta às condições não naturais e anormais da vida no cárcere. Assim, ocorre com êxito na prisão o inverso do que se pretende pelo viés ressocializador: o sujeito, em nome da sobrevivência nesse ambiente com um código interno bem peculiar, assimila e reproduz os modelos ali praticados, processo esse como observa Zaffaroni (1991):

O efeito da prisão, que se denomina prisionização, sem dúvida é deteriorante e submerge a pessoa numa “cultura de cadeia”, distinta da vida do adulto em liberdade. Esta “imersão cultural” não pode ser interpretada como uma tentativa de reeducação ou algo parecido ou sequer aproxima-se do postulado da “ideologia

de tratamento”; suas formas de realização são totalmente opostas a este discurso, cujo caráter escamoteador é percebido até pelo menos avisados. (ZAFFARONI, 1991, p. 49).

Bitencourt (2013) aponta que entre as tantas privações impostas pelo cárcere, para além da privação do ir e vir, há forte repressão da afetividade e da vivência da sexualidade em toda sua potencialidade, podendo até influenciar na deterioração do vínculo familiar/conjugal.

Podemos recorrer aos elementos teóricos da prisão disciplinar cristalizados na função social da prisão em Goffman (2001), que estruturou uma série de categorias conceituais acerca de instituições com tendência de fechamento e reclusão partindo de um hospital psiquiátrico, mas que se encaixam na análise da prisão, conventos, internatos e outros. O autor classifica como “táticas de adaptação” o conjunto de assimilação do interno às regras da casa, que se desenvolvem a partir de ajustamentos primários e secundários. O ajustamento primário consiste na contribuição do indivíduo de forma cooperativa para com as exigências da instituição promovendo a estabilidade do ambiente, já os ajustamentos secundários, são explícitos pela inclinação do indivíduo em burlar as regras, ou seja, a lançar mão de atingir seus objetivos ainda que por meios que o desviem do regulamento institucional. Utilizando o ajustamento secundário, o indivíduo alcança satisfações que não conseguiria obter de outra maneira.

De acordo com Goffman (2001), as instituições totais como manicômios, asilos e prisões são caracterizadas principalmente por consistir em um estabelecimento fechado, de confinamento e privação da liberdade, onde vivem grupos de indivíduos em tempo integral, funcionando como regime de internação. No interior dessas instituições há uma atmosfera coercitiva determinante, e todas relações são marcadas por conflitos de poder e por uma violência que extravasa os limites da repressão e se consolida como uma linguagem e *modus operandi* desta instituição.

Como observa Thompson (2002, p. 15): “mais otimistas partidários do tratamento penitenciário reconhecem que até a presente data, a cadeia não logrou atingir o objetivo de transformar criminosos em não criminosos”. A pessoa privada de liberdade tem negados os seus direitos básicos de privacidade e perde na prisão o controle sobre aspectos efêmeros de sua existência. Vivem em minúsculas e apertadas celas, em extremo estado de deterioração, possuem pouco ou nenhum conhecimento sobre as pessoas com quem devem compartilhar os espaços para atividades como dormir, tomar banho e ir ao banheiro, não têm escolha sobre quando deve levantar-se ou ir para a cama, quando ou o que comer. A perda da privacidade é um elemento muito forte. Poucas pessoas são completamente inalteradas ou incólumes pela experiência da privação de liberdade. Bandeira (2005) afirma que estar no cárcere é uma experiência dolorosa: pessoas encarceradas muitas vezes sofrem consequências, a longo prazo, de terem sido submetidas à dor, privação e padrões extremamente atípicos e normas de vida.

Considerações finais

Na obra *Dialética do esclarecimento*, Adorno e Horkheimer (1985) denunciam o viés instrumental e totalitário atribuído à razão, ao impor o domínio desmedido da natureza como forma de progresso. O imperativo da racionalidade instrumental na Modernidade se espalhou nos diferentes setores da vida social, atrofiando o pensamento e embrutecendo os homens, transformando o potencial de emancipação em limitação da liberdade, deteriorando a autonomia individual e acarretando a incapacidade de identificação entre os homens. Características essas da sociedade de massas, marcada pela sofisticação da técnica, onde a padronização dos processos e relações ofuscam, esvaziam e tornam falsas as interações com o mundo social, de forma que se acentua a reprodução da miséria intelectual, cultural, social e econômica.

No bojo da Teoria Crítica, a sociedade de massas é uma estruturação social onde os indivíduos possuem modo de vida similar. Padronizados e massificados. Muitos indivíduos são mobilizados na circulação dos bens e dos serviços, no consumo, distribuição e confecção. O movimento da sociedade de massas é pautado pelo racionalismo e prevê a manutenção, organização e dominação da natureza e da vida, remetendo-nos a uma ideia de nivelamento e homogeneização. Para esse modelo de sociedade regredida, a prisão se faz extremamente necessária, servindo sempre como um aparato disciplinador.

Na perspectiva de um pensamento jurídico legalista, acreditando que a prisão enquanto instituição seja necessária, o perfil adequado para um presídio é aquele capaz de promover a ressocialização do preso, dando condições de vivência adequada dentro dos presídios, com higiene, assistência à saúde, educação, atividades laborais e de lazer, boas condições para dormida, com o número limitado de presos por cela, respeitando os direitos humanos de todos que ali estão. Porém, na prática ocorre o inverso – como demonstra a noção de prisionização.

O ponto essencial a ser destacado nesta breve reflexão, quer na sociedade disciplinada centrada no Estado, quer na sociedade de massas tal como analisada por Adorno e Horkheimer, é que o que prevalece é a sociedade administrada de forma racional. No entanto, é possível e necessário pensar um mundo sem prisões e outras formas de dirimir conflitos e contornarmos a barbárie. É necessário vislumbrar outra alternativa, que não a prisão, para tratar a questão criminal.

A análise aqui empreendida propõe a reflexão sobre a consolidação do encarceramento como política de contenção social – viés que deve ser abolido, pois revela a seletividade da justiça em punir com rigor os mais pobres –, mostrando a urgente necessidade de um debate e articulação política na contramão das questões que corroboram este projeto, como a atual política antidrogas, o racismo institucional, a militarização da segurança pública e da política, o patrimonialismo e a gritante desigualdade social.

O tema prisão sempre remete à expectativa de ressocialização e faz com que reflitamos ainda se além de preparar os presos, não deveríamos nos preparar também enquanto sociedade para acolhê-los novamente. Devemos ainda nos esforçar para voltar a ver no outro a humanidade que habita escondida, e para lidar com essa questão de forma ética e responsável. A sociedade tem a sensação de que estes indivíduos estão fora dela quando, na verdade, não estão: a prisão é parte da sociedade. Para que se conheça efetivamente as mazelas e desigualdades de um determinado povo, a primeira alternativa é conhecer os fundos de seus cárceres e o tratamento dado aos homens e mulheres que lá estão.

Lançando mão de elementos da psicanálise, nos confrontamos com a mimese presente no crime. No mito de Totem e Tabu, a volta ao ato violento primeiro é o que funda a ordem. O pai poderoso é alvo da revolta, posteriormente o seu poder é objeto de disputa. Por fim, atenuadas as tensões, estabelece-se um equilíbrio por meio de normas e delimitações, de forma que o interdito em memória do pai se torna capaz de compensar o desejo. Numa sociedade de massas, no entanto, o desafio vai além de entender o crime fático. É preciso refletir e entender os dispositivos penais que moldam a vida social e a constituição do indivíduo, não cindindo, porém, essas categorias, e tendo sempre em vista a defesa da possibilidade de se instaurar e desenvolver uma subjetividade que não seja meramente disciplinadora.

Referências

- ADORNO, T. W.; HORKHEIMER, M. *Dialética do esclarecimento*. Trad. Guido Antônio de Almeida. Rio de Janeiro: Zahar, 1985.
- ADORNO, S. A prisão sob a ótica de seus protagonistas. Itinerário de uma pesquisa. *Tempo Social*, São Paulo, v. 3, n. 1 e 2, p. 7-40, 1991. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/ts.v3i1/2.84813>. Acesso em: 28 mar. 2023.

BANDEIRA, M. M. B. Linhas de fuga - uma breve reflexão da prática do psicólogo na prisão. *Revista Diálogos*, Brasília, Conselho Federal de Psicologia, ano 2, n. 2, março/2005. Disponível em: <https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2021/03/dialogos-ano2.pdf>.

Acesso em: 29 mar. 2023.

BAUMAN, Z. *Globalização: as conseqüências humanas*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1999.

BITENCOURT, C. R. *Tratado de direito penal*. 19 ed. São Paulo: Saraiva, 2013.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm.

Acesso em: 29 mar. 2023.

BRASIL. Levantamento nacional de informações penitenciárias - Infopen. Brasília: Departamento Penitenciário Nacional-Ministério da Justiça, 2016.

BRASIL. Lei n. 7210, de 11 de julho de 1984. Institui a Lei de Execução Penal. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/17210.htm. Acesso em: 29 mar. 2023.

CAPELLER, W. O direito pelo avesso: análise do conceito de ressocialização. *TEMAS IMESC, Soc. Dir. Saúde*, São Paulo, v. 2 n. 2, p. 127-134, 1985. Disponível em: <https://imesc.sp.gov.br/wp-content/uploads/2019/03/TemasIMESC-DEZ85.pdf>. Acesso em: 29 mar. 2023.

CHANTRAINE, G. A prisão pós-disciplinar. *Revista Brasileira de Ciências Criminais*, n. 62, p. 79-106, nov. 2006.

CLEMMER, D. *The prison community*. Boston: Christopher Publishing House, 1940.

DE GIORGI, A. *A miséria governada através do sistema penal*. Rio de Janeiro: Revan, 2006.

DELEUZE, G. Post-scriptum sobre as sociedades de controle (1990). In: DELEUZE, G. *Conversações*. São Paulo: Editora 34, p. 219-226, 1992.

FOUCAULT, M. *Vigiar e punir*. Trad. Raquel Ramallete. Petrópolis: Vozes, 1986.

GARLAND, D. As contradições da "sociedade punitiva": o caso britânico. *Rev. Sociol. Polit.*, Curitiba, n. 13, p. 59-80, nov. 1999.

GARLAND, D. *A cultura do controle: crime e ordem social na sociedade contemporânea*. Rio de Janeiro: Revan, 2008.

GOFFMAN, E. *Manicômios, prisões e conventos*. Trad. Dante Moreira Leite. 7 ed. São Paulo: Editora Perspectiva, 2001.

GRACIANO, M. *A educação nas prisões: um estudo sobre a participação da sociedade civil*. 2010. 261f. Tese (Doutorado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

THOMPSON, A. *A questão penitenciária*. 5 ed. Rio de Janeiro: Forense, 2002.

WACQUANT, L. *As prisões da miséria*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001.

ZAFFARONI, E. R. *Em busca das penas perdidas: a perda da legitimidade do sistema penal*. Trad. Vania Romano Pedrosa e Amir Lopez da Conceição. Rio de Janeiro: Revan, 1991.

Enviado em 31/08/2023

Avaliado em 15/10/2023

DESAFIOS DA ATUAÇÃO DOS PROFISSIONAIS TÉCNICOS DO SERVIÇO DE PROTEÇÃO ESPECIAL DO MUNICÍPIO DE IJUÍ - RS

Caroline Abegg¹⁴

Resumo

O presente artigo apresenta os resultados de uma pesquisa qualitativa referente aos desafios da atuação dos profissionais técnicos do Serviço de Proteção Especial que faz parte do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) no Município de Ijuí – RS, realizada com o objetivo fornecer informações que possam subsidiar uma análise a cerca dos aspectos que condicionam e dificultam a prática profissional. A pesquisa revelou existe uma alta demanda de trabalho e sobrecarga dos profissionais.

Palavras-chave: Política Pública. Assistência Social. Proteção Social Especial.

Resumen

Este artículo presenta los resultados de una investigación cualitativa sobre los desafíos del desempeño de los profesionales técnicos del Servicio de Protección Especial que forma parte del Sistema Único de Asistencia Social (SUAS) en el Municipio de Ijuí – RS, realizada con el objetivo de brindar información que pueda apoyar un análisis de los aspectos que condicionan y dificultan el ejercicio profesional. La investigación reveló que existe una alta demanda de trabajo y sobrecarga de profesionales.

Palabras clave: Política Pública. Asistencia social. Protección Social Especial.

Introdução

O artigo objetiva discutir os aspectos contextuais que condicionam e dificultam a prática profissional dos técnicos nos Serviços de Proteção Social Especial a qual é dividida em dois níveis de proteção: Média Complexidade e Alta Complexidade. A Proteção Social Especial organiza a oferta de serviços, programas e projetos de caráter especializado, por meio dos quais promove estruturação operativa e técnica, com competências e atribuições definidas, com foco no atendimento às famílias e aos indivíduos em situação de risco pessoal e social por violação de direitos.

No município de Ijuí/RS a Proteção Social Especial de Média Complexidade é realizada pelo Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS), já a Proteção Social de Alta Complexidade é desempenhada pelo Serviço em Família Acolhedora os quais fazem parte do Sistema Único de Assistência Social (SUAS). Os serviços ofertados de atenção especializada têm como foco a família e a realidade vivenciada, para tanto é imprescindível que o acompanhamento seja contínuo.

O acesso aos serviços da proteção social especial se dá através de encaminhamentos da rede de proteção e demais atores sociais que trabalham na garantia de direitos. Sendo que as demandas recebidas são diversificadas devido ao amplo público atendido em situação de violação de direitos.

¹⁴ Assistente Social, coordenadora da Proteção Social Especial de Média e Alta Complexidade no Município de Ijuí e mestranda da Pós Graduação em Políticas Públicas e Desenvolvimento Regional pela UFFS.

A pesquisa foi feita através de um instrumento que foi um questionário e por meio de uma análise bibliográfica, afim de averiguar quais os principais desafios enfrentados pelos profissionais técnicos inseridos nesses serviços objetivando fornecer informações que possam subsidiar melhorias na atuação profissional e no atendimento das demandas da proteção social especial.

O trabalho realizado pelos profissionais da proteção social especial possui uma natureza complexa e contraditória, o qual envolve a perspectiva da garantia de direito dos seus usuários e as diversas situações que limitam sua atuação profissional no dia a dia. Dessa forma, percebe-se a importância de pesquisar as percepções dos profissionais inseridos nesses serviços assegurados pela Política de Assistência Social quanto aos desafios de sua atuação profissional, também conhecer as estratégias que constroem para seu enfrentamento.

Desenvolvimento

Políticas Públicas no Brasil

As políticas públicas são um conjunto de ações desenvolvidas pelo Estado a fim de garantir a população uma gama de direitos e acessos, nesse sentido as políticas públicas utilizadas pelo Estado, para prover o exercício dos direitos sociais, são, por excelência, políticas sociais (CASTRO, 2012). Foi a partir da denominada “Constituição Cidadã” – Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 (CF/88) que as políticas sociais passam a ser reconhecidas como políticas públicas. Em seu artigo 194º traz o tripé da seguridade social: previdência social, saúde e assistência social. Sendo a primeira efetivada mediante contribuição, a segunda um direito de todos e já a política de assistência social é descrita como dever do Estado e direito do cidadão que dela necessitar, independente de contribuição à seguridade social.

A política de assistência social enquanto política pública, apesar de ainda enfrentar inúmeras dificuldades vem rompendo com uma histórica prática de assistencialismo, clientelismo baseada na caridade e na benesse, geralmente caracterizada por ações pontuais, fragmentadas e de resultados insatisfatórios no enfrentamento da questão social, de acordo com Yamamoto as expressões da questão social no Brasil:

“...condensam múltiplas desigualdades mediadas por disparidades nas relações de gênero, características étnico-raciais, mobilidades espaciais, formações regionais e disputas ambientais, colocando em causa amplos segmentos da sociedade civil no acesso aos bens da civilização. Dispondo de uma dimensão estrutural - enraizada na produção social contraposta à apropriação privada do trabalho -, a questão social, atinge visceralmente a vida dos sujeitos numa luta aberta e surda pela cidadania, no embate pelo respeito aos direitos civis, sociais e políticos e aos direitos humanos. (IAMAMOTO, 2018, p.72).

O Sistema Único de Assistência Social (SUAS) é público e gratuito, participativo e de caráter descentralizado. No que tange a gestão descentralizada, a coordenação do SUAS é de responsabilidade na União, mas a execução fica a critérios dos estados e especialmente dos municípios. O caminho para que isso ocorresse se deu baseado nas transformações da sociedade e da legislação que assegura e garante direitos a população através: Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS) de 1993; Política Nacional de Assistência Social (PNAS) de 2004; e a Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social (NOB/SUAS) de 2005. Conforme Castro (2012) a política social a apresenta dois objetivos: a proteção e a promoção social. A respeito da proteção social essa trata-se:

Políticas destinadas a reduzir e mitigar as contingências, necessidades e riscos a que qualquer indivíduo está exposto em uma sociedade de mercado, tal como o de não poder prover seu sustento e da família por meio do trabalho, seja por velhice, morte, doença ou desemprego: essa categoria engloba os diferentes programas e ações da Previdência Social (aposentadorias, pensões e auxílios) geral e do setor público, Saúde, Assistência Social e Seguro-Desemprego (CASTRO, 2012, p. 1018).

Sendo que a promoção social:

Tais políticas compreendem um vasto espectro de ações que abarca desde a formação e desenvolvimento do cidadão – casos da Educação, do acesso à Cultura e das políticas de trabalho e renda que buscam a qualificação profissional e regulação do mercado de trabalho –, até a democratização do acesso a ativos – como as políticas voltadas à agricultura familiar (acesso a crédito, extensão rural, reforma agrária), à economia solidária, à habitação, à mobilidade urbana (CASTRO, 2013, p. 169).

A Política de Assistência Social expõe como um de seus objetivos a garantia da proteção social, a qual “consiste no conjunto de ações, cuidados, atenções, benefícios e auxílios ofertados pelo Sistema Único de Assistência Social (SUAS) para redução e prevenção do impacto das vicissitudes sociais e naturais ao ciclo da vida, à dignidade humana e à família como núcleo básico de sustentação afetiva, biológica e relacional” (BRASIL, 2005). Sendo que:

Na metodologia de trabalho com grupos e famílias o espaço de acolhimento é fundamental, não há acolhimento sem que o sujeito possa ser compreendido no emaranhado de suas relações sociais. [...]. Um espaço de escuta e um espaço de fala será propiciado e construído numa relação de horizontalidade na qual é imprescindível o diálogo, o respeito às singularidades e a valorização dos projetos de vida das pessoas (FERNANDES, 2006, p. 147)

O Sistema Único de Assistência Social constitui-se na gestão descentralizada e participativa das ações socioassistenciais, a qual deve fundamentar-se na perspectiva do direito e da cidadania. A partir da década de 1980, a descentralização foi a aposta de vários países para realizar essa reforma institucional nos Estados com a finalidade tanto de tornar a prestação de serviços públicos mais eficiente e direcioná-la para o atendimento real das necessidades da população (PEREIRA, 1996), pois cada região possui suas particularidades.

Região de Estudo

Os sujeitos definidos para a realização da pesquisa estão inseridos dentro do município de Ijuí no estado do Rio Grande do Sul. O Município de Ijuí, conforme estimativa do IBGE (2019) possui 83.475 habitantes. No município de Ijuí a gestão do SUAS trata-se de Gestão Plena, o que significa o município tem gestão total das ações da Assistência Social, sejam elas financiadas pelo Fundo Nacional de Assistência Social (FNAS), mediante repasse fundo a fundo, ou que cheguem diretamente aos usuários, ou, ainda, as que sejam provenientes de isenção de tributos, em razão do Certificado de Entidade Beneficente da Assistência Social.

A gestão da assistência social é estabelecida de acordo com a PNAS/2004, em níveis diferenciados, entre inicial, básica e plena, e entre elas, o respeito à diferenciação do porte dos municípios brasileiros, das condições de vida de sua população rural e urbana e da densidade das forças sociais que os compõem (BRASIL, 2005, p. 12)

Na gestão plena ampliam-se os pré-requisitos da gestão inicial e básica, são extremamente importantes a presença de um sistema municipal de monitoramento e avaliação, a capacidade de atuar na proteção social especial de alta complexidade, contar com gestor do fundo lotado no órgão responsável pela assistência social e ter uma política de recursos humanos com carreira para servidores públicos.

Proteção Social

A pesquisa foi realizada no contexto da proteção social especial, sendo que a proteção social está dividida em níveis de proteção e complexidade sendo eles: a Proteção Social Básica (PSB) e a Proteção Social Especial (PSE), subdividida em média e alta complexidade (BRASIL, 2005).

A PSB tem como objetivo atuar nas situações de vulnerabilidade social e prevenir situações de risco, através do desenvolvimento de potencialidades e do fortalecimento de vínculos familiares e comunitários. Destina-se à população que vive em situação de vulnerabilidade social decorrente da pobreza, com precário acesso aos serviços públicos, e/ou fragilização de vínculos afetivos, sendo o Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) o equipamento público onde se desenvolve este nível de proteção (BRASIL, 2004; ALCHORNE, 2012).

Já a PSE é vinculado ao Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS) é uma unidade pública que se constitui como pólo de referência, coordenador e articulador da proteção social especial e é subdividido em proteção social de média e alta complexidade caracteriza-se pela organização da oferta de:

Serviços, programas e projetos que tem por objetivo contribuir para a reconstrução de vínculos familiares e comunitários, o fortalecimento de potencialidades e aquisições e a proteção de famílias e indivíduos para o enfrentamento das situações de risco pessoal e social, por violação de direitos (BRASIL, 2011, p. 17).

Aspectos Contextuais que Condicionam e Dificultam a Prática Profissional

A pesquisa foi realizada utilizando através de questionário, conforme Minayo a pesquisa qualitativa trata de variáveis não quantificáveis e de múltiplos significados (MINAYO, 2002). Quanto a natureza classifica-se como interpretativa por que procura desvendar significados atribuídos pelas pessoas sobre as suas experiências (MERRIAM, 2002). Essa foi realizada por meio do google forms, com os todos os profissionais técnicos inseridos nos Serviços de Proteção Especial de Ijuí, a escolha se deu por tratar de técnicos que atendem pessoas e famílias que possuem vivências de violência física, psicológica, negligência, abandono, violência sexual, situação de rua, trabalho infantil, os sujeitos atendidos vivenciam situações de risco pessoal e social ou que tiveram seus direitos violados e/ou ameaçados, o que demanda desses profissionais alta carga de expertise profissional e cuidado nos atendimentos por tratar se situações de grande fragilidade.

A pesquisa abrangeu os profissionais dos serviços de média (CREAS – Centro de Referência Especializado de Assistência Social) e alta complexidade (Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora), sendo desses 04 psicólogos e 02 assistentes sociais.

As questões englobaram os temas referente as demandas profissionais, rede intersetorial, efetividade do serviço, dificuldades enfrentadas, estrutura física e recursos humanos, temas esses que serão verificados através da fala dos entrevistados, a fim de identificar os fenômenos relevantes para o tema da pesquisa. Conforme a Política Nacional de Assistência Social (MDS, 2005), a proteção social especial:

É a modalidade de atendimento assistencial destinada a famílias e indivíduos que se encontram em situação de risco pessoal e social, por ocorrência de abandono, maus tratos físicos e, ou, psíquicos, abuso sexual, uso de substâncias psicoativas, cumprimento de medidas sócio-educativas, situação de rua, situação de trabalho infantil, entre outras. (MDS, 2005, p. 37).

A proteção social especial enquanto subdivisão administrativa no órgão gestor, encontra-se constituída formalmente em média e alta complexidade, sendo que na proteção social proteção social especial de média complexidade abrange os seguintes serviços no município de Ijuí: Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos (PAEFI), Serviço e Proteção Social a Adolescentes em Cumprimento de Medida Socioeducativa de Liberdade Assistida (LA) e de Prestação de Serviços à Comunidade (PSC). Serviço de Proteção Social Especial para Pessoas com Deficiência, Idosas e suas Famílias. Já no município a proteção social especial de alta complexidade conta com o Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora. Ijuí conta ainda na modalidade de alta complexidade com a Casa de Passagem e Serviço de Acolhimento Institucional para crianças e adolescente que é terceirizado.

Por se tratar de uma diversificada gama de serviços, existe um alta demanda de procura pelo serviço com uma média mensal entre os meses de janeiro a junho de 2023 de atendimentos de 186 e 42 visitas domiciliares na proteção social especial de média. Já no Serviço de Acolhimento em Família acolhedora foram 128 atendimento realizados de janeiro a maio de 2023, sendo que atualmente conta com dez acolhidos.

Demandas essas que chegam das mais diferentes formas, via Poder Judiciário, Ministério Público, Conselho Tutelar, Disque 100 e encaminhados por outros serviços da rede, como por exemplo demandas advinda do CRAS, da educação, da saúde. Intervenções essas que tendem a ser complexas e exigem expertise profissional.

Em relação a isso percebe-se que metade dos entrevistados possuem pós- graduação lato sensu e a outra metade stricto sensu sendo que todos os entrevistados tem vínculo empregatício como estatutários. Ainda se nota que todos os entrevistados possuem mais de cinco anos de serviço público municipal, porém 33,3% está atuando na proteção social especial menos de três anos, enquanto o restante atua nessa área entre cinco e vinte anos.

Os técnicos do serviço ao serem indagados quais são as principais demandas atendidas relataram que todos eles atendem demandas relativas à exploração sexual e acolhimento institucional de crianças e adolescentes, e demandas advindas do Poder Judiciário. Percebe-se também que as questões relacionadas a idosos se faz presente em várias respostas, assim como a alienação parental. Já principais atores sociais mencionados pelos mesmos que articulam como serviço são o Ministério Público, Poder Judiciário e Conselho Tutelar. Chama a atenção a variedade de respostas referente as principais dificuldades enfrentadas, porém percebe-se que se repete a demanda excessiva de trabalho. De acordo com Yazbek ao analisar o atual contexto das políticas sociais refere que:

[...] a erosão do sistema público de proteção social, caracterizado por uma perspectiva de retração dos investimentos públicos no campo social, seu reordenamento e pela crescente subordinação das políticas sociais às políticas de ajuste da economia com suas restrições aos gastos públicos e sua perspectiva privatizadora (YAZBEK, 2012, p.303).

Sobre a implantação dos serviços ofertados a partir das normatizações é majoritária de que essa não é efetiva sendo que apenas um dos entrevistados relata essa ser parcial: “é parcialmente efetiva, pois o excesso de demanda atrapalha a qualidade do serviço e acaba falhando o trabalho da prevenção, estamos sempre apagando incêndios” (Participante 4).

Outro ponto que chamou a atenção foi que apenas um dos entrevistados não se vê trabalhando na PSE a longo prazo, porém não descarta a possibilidade de voltar a desenvolver esse tipo de atividade, sendo que os demais demonstraram vontade de permanecer e identificação com o tipo de serviço, conforme ele: “Não. Penso que o tempo automatiza por demais um serviço que merece muita atenção. A respeito dos Recursos Humanos disponíveis percebe que necessita de mais profissionais pois a demanda aumenta cada vez mais em virtude nas novas expressões da questão social, Teles (1996, p. 85) relata que:

“... a questão social é a aporia das sociedades modernas que põe em foco a disjunção, sempre renovada, entre a lógica do mercado e a dinâmica societária, entre a exigência ética dos direitos e os imperativos de eficácia da economia, entre a ordem legal que promete igualdade e a realidade das desigualdades e exclusões tramada na dinâmica das relações de poder e dominação”.

Nota-se que os próprios profissionais que trabalham no enfrentamento da questão social na proteção social especial reconhecem que acabam muitas vezes não sendo possível dar a devida atenção necessária para o rompimento e superação de tal situação. Entre as principais dificuldades e potencialidades relacionadas à implementação dos serviços citada por um dos entrevistados foi:

“Dificuldade: referem-se ao descompasso entre as normas do serviço e o que a rede nos solicita. Potencialidade: referem-se a proposta do serviço que bem trabalhada poderá implicar na prevenção de casos de violência. A potencialidade está, pois, sistematizadas nas normas e tipificação do serviço bastando nos atermos a norma.” (Participante 2)

Sobre os processos sociais e a percepção dos entrevistados respeito da relação entre a evolução histórica da sociedade e a dos serviços de proteção especial percebe-se que todos tem uma boa compreensão de que os processos sociais se movimentam à medida que a sociedade se transforma, e que não há como separar os processos político-econômico da realidade social, tudo isso faz parte teia que constitui nosso social. Percebem também que a sociedade evoluiu, que o avanço na tecnologia trouxe melhorias, mas cabe reforçar que essa substituiu a mão de obra de trabalho, ainda mais quando se trata de intervenções na questão social que necessitam de acolhimento, escuta e articulação.

A Questão Social pode ser definida como: o conjunto das expressões das desigualdades da sociedade capitalista madura, que têm uma raiz comum: a produção social é cada vez mais coletiva, o trabalho torna-se mais amplamente social, enquanto a apropriação dos seus frutos mantém-se privada, monopolizada por uma parte da sociedade. (IAMAMOTO, 1999, p. 27).

Como visto anteriormente a sobre carga de trabalho é algo que vem condicionando a prática profissional de forma efetiva, muitas vezes acaba-se por atender solicitações de outros serviços, pela falta de clareza da rede do papel de cada ator social, faltando tempo para que os técnicos se capacitem, formulem e implemente maneiras de monitorar e avaliar o serviço que é desenvolvido.

Considerações finais

O recorte realizado para a aplicação da pesquisa qualitativa se deu dentro da proteção social especial no município de Ijuí/RS a fim de se ter uma noção da visão dos próprios técnicos do serviço sobre os aspectos contextuais que condicionam e dificultam a prática profissional.

É interessante perceber também que as adversidades encaradas pelos profissionais se repetem tanto nas áreas de serviço social como psicologia, entre as principais dificuldades enfrentadas está a alta demanda de atendimentos e solicitações a qual é intensificada pela equipe enxuta desses profissionais frente as exigências das atuais expressões da questão social, as quais tem se acirrado em virtude de todos o contexto social e econômico.

Mas ao pensar de estarem sobre carregados percebe-se também que esses profissionais se identificam na área de atuação da proteção social especial, e na grande maioria se veem trabalhando nessa mesma área a longo prazo. Nota-se ainda que a estrutura física do CREAS precisa ser ampliada para poder proporcionar melhor acolhida dos usuários e dessa forma poder se criar um vínculo com os profissionais, o que é indispensável para efetivação do trabalho proposto nesse tipo de serviço.

A proposta dessa pesquisa mostra-se inconclusa, pois que toda pesquisa, independentemente de ser quantitativa ou qualitativa, precisa vislumbrar uma ação, uma proposta de trabalho, para que as pesquisas não sejam apenas pesquisas reflexivas e teóricas, mas que possam propor mudanças.

Por fim, atuação dos técnicos nos serviços de proteção social especial demandam um olhar apurado desses profissionais e articulação com uma rede extensa de atores sociais, que nem sempre tem claro seus papéis de atuação. Contudo nota-se o desejo comum de enfrentamento das sequelas deixada na sociedade pela questão social, o que exige dos profissionais um posicionamento ético e efetivo para se possa quem sabe evidenciar a possibilidade de transformação social.

Referências

- ALCHORNE, Sindely Chahim de Avellar. **Das Políticas Nacionais aos Planos Municipais: Avanço da Política Pública de Assistência Social em Metrópoles** – Estudo das cidades de Rio de Janeiro e São Paulo. 2012. Tese (doutorado em Serviço Social) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo - PUC/SP. São Paulo. 2012.
- BRASIL. Ministério de desenvolvimento social e combate à fome. **Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais**. Resolução CNAS n.º 109 de 11 de novembro de 2009.
- BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Resolução do CNAS n.º 130, de 15 de julho de 2005. **Norma Operacional Básica da Assistência Social, NOB/SUAS**. Brasília: DOU, 2005.
- BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Política Nacional de Assistência Social**. Brasília. 2005.
- CASTRO, Jorge Abrahão de. Política social e desenvolvimento no Brasil. **Economia e Sociedade**. Campinas, v. 21, Número Especial, p. 1011-1042, dez. 2012.
- FERNANDES, Idília. **Dialética da Instrumentalidade**: abordagem grupal e familiar na perspectiva da Assistência Social. In: MENDES, Jussara Maria Rosa; PRATES, Jane Cruz;

AGUINSKY, Beatriz (orgs.). Capacitação sobre PNAS e SUAS: no caminho da implantação. Porto Alegre: EdUPUCRS, 2006.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **O Serviço Social na contemporaneidade; trabalho e formação profissional**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1999.

IAMAMOTO, Marilda Villela. Serviço Social “questão social” e trabalho em tempo decapital fetiche. In: RAICHELIS, R. et al. (orgs) **A nova morfologia do trabalho no Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 2018.

MERRIAM, Sharan. **Qualitative Research in Practice**: examples for discussion and analysis. San Francisco: Jossey-Bass, 2002.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. Petrópolis: Editora Vozes, 2002.

PEREIRA, Potyara A. **A assistência social na perspectiva dos direitos**: crítica aos padrões dominantes de proteção aos pobres no Brasil. Brasília, DF: Thesaurus, 1996.1

TELES, Vera da Silva. **Questão Social**: afinal do que se trata? São Paulo em Perspectiva, vol. 10, n. 4, out-dez/1996. p. 85-95.

YAZBEK, Carmelita. **Pobreza no Brasil contemporâneo e formas para o seu enfrentamento**. Revista Serviço Social e Sociedade. São Paulo. n.110.p.288- 322. abr/jun.2012.

Enviado em 31/08/2023

Avaliado em 15/10/2023

A CONSTITUIÇÃO PSÍQUICA VINCULADA AOS ASPECTOS SUBJETIVOS DO DESENVOLVIMENTO

Giovana Smolski Driemeier¹⁵

Resumo

O estudo tem como objetivo apresentar a constituição psíquica vinculada aos aspectos subjetivos do desenvolvimento. Para tanto, foi realizado um estudo qualitativo, descritivo, a partir de levantamentos bibliográficos calcados nos aportes da teoria psicanalítica. Encontrou-se que na constituição do psiquismo humano, está enlaçada a questão psíquica do sujeito, a forma como o Outro e seu desejo e demanda se postam nessa relação. Dessa forma entende-se que existe a implicação das figuras parentais para que o bebê alcance determinadas conquistas, a aposta que estes disponibilizam e a antecipação do que pode vir a ser, subjetivam o pequeno infans.

Palavras-chave: Constituição. Psiquismo. Psicanálise.

Resumen

El estudio tiene como objetivo presentar la constitución psíquica vinculada a los aspectos subjetivos del desarrollo. Para ello, se realizó un estudio cualitativo, descriptivo, basado en levantamientos bibliográficos basados en los aportes de la teoría psicoanalítica. Se constató que en la constitución del psiquismo humano se vincula la cuestión psíquica del sujeto, la forma en que el Otro y su deseo y demanda se sitúan en esta relación. De esta forma, se entiende que existe una implicación de las figuras parentales para que el bebé alcance determinados logros, la apuesta que ponen a disposición y la anticipación de lo que puede llegar a ser, subjetivan a los pequeños infans.

Palabras clave: Constitución. Psiquismo. Psicoanálisis.

Introdução

Torezan e Aguiar (2011) apresentam a noção de sujeito e de fatores psicológicos ou subjetividade, como vinculados a dois aspectos do campo psicanalítico. O primeiro deles é retratado pela pulsionalidade, a qual ocupa o lugar fronteiro entre o psíquico e o somático. O segundo pela divisão do sistema psíquico em consciente, pré-consciente e inconsciente. Considerando isso, a subjetividade está posta entre a consciência e a inconsciência. Sendo que a primeira é doravante guiada pela segunda. Dessa forma, percebe-se que nem tudo é consciente ao sujeito e que existem formações que lhe escapam a tal controle.

Lacan (1999) inferiu que o inconsciente se estrutura como uma linguagem, pois para ele, esse lugar psíquico é constituído de significantes marcantes para o sujeito, e que vão se inscrevendo em cadeias, articulando-se uns aos outros, assim como a própria linguagem articula palavras visando a comunicação. Segundo ele, são nas primeiras experiências de vida, respaldadas pelo discurso parental, que as inscrições inconscientes passam a acontecer.

As experiências, por sua vez, para que possam se articular, precisam de um significante primordial, que metaboliza os demais, propondo então uma organização psíquica e do plano da realidade (Lustozza, 2018). Esse significante se instaura no decorrer da constituição psíquica.

¹⁵Psicóloga pela Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul, mestranda no Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento e Políticas Públicas (PPGDPP) da Universidade Federal da Fronteira Sul. Bolsista da CAPES/DS.

Esta, inicia-se antes mesmo do nascimento da criança, pois, na história dos pais, já se carregam significantes que irão marcar esse sujeito que virá a ser. Com o nascimento, a criança encontra-se em um estado de imaturidade orgânica e psíquica, por isso, precisa de um outro ser humano que lhe dedique cuidados e aposte nele, que acredite que ele poderá realizar sozinho aquilo que por ora alguém faz por ele (Arantes; Ferreira, 2014).

Considerando o exposto, o presente artigo tem como objetivo apresentar a constituição psíquica vinculada aos aspectos subjetivos do desenvolvimento. Para tanto, foi realizado um estudo qualitativo, descritivo, a partir de levantamentos bibliográficos calcados nos aportes da teoria psicanalítica. O estudo se estrutura em três partes, sendo que após essa introdução, conta com um subtítulo que trata da constituição psíquica, seguido pelo fechamento proposto pelas considerações finais.

Constituição psíquica

O bebê ao nascer não conta com aparato biológico para ser autossuficiente no mundo, por isso precisa de alguém que assuma seus cuidados, suprimindo suas necessidades. Esse alguém trata-se da função materna que é aquela que contém um discurso que referencia a existência da criança como sujeito. A mãe, função materna, toma a posição de Outro primordial, como o social encarnado em si, este que aliena o bebê com o seu desejo (Backes, 2004). É adentrado pelos significantes desse grande Outro e por isso se diz que trata-se de uma constituição calcada na linguagem. Ao nascer o bebê já está completamente imerso na linguagem, pois ora, em seu período gestacional ele já era falado, planejado e até mesmo idealizado.

Nesse período inicial, após o nascimento, o bebê encontra-se na condição de infans, isto é indivíduo quando encontra-se anteriormente a fala, ou seja, aquele indivíduo que ainda não fala. A mãe, porém, fala com ele, investe nele e o sustenta com o olhar. O bebê por sua vez, bebe as palavras da mãe (Jerusalinsky, 2002). Nesse sentido, a incorporação simbólica diz da incorporação da linguagem que a mãe lhe apresenta e insere, se reconhecendo nesse discurso, como ser ativo.

Dessa maneira, sob a ótica da linguagem, o corpo é também calcado em uma erogeneidade. Fortes (2012) diz que o caráter erógeno surge aqui e ali no corpo, de maneira pouco discriminada. Isso diz respeito a fragmentação que o corpo encontra-se no início da vida.

Enquanto a mãe supre as necessidades fisiológicas do bebê, ela supõe que o bebê demande algo dela, essa demanda, nada mais é do que a projeção do desejo da mãe (Dor, 1989). Vai então, estabelecendo diálogos nomeando as partes do corpo e as emoções, bem como eroginizando esse corpo. Nesse período inicial, o bebê é como um “receptáculo” e absorve o mundo pelo seu sistema perceptivo, que se inscrevem por meio de marcas mnêmicas, a primeira mamada, por exemplo, marcará o gozo que será sempre buscado. Esse corpo que goza é o que Lacan denominou de corpo Real, é o prazer excessivo, para sempre perdido e que escapa a simbolização (Cukiert; Prizskulnik, 2002).

Freud (1905) explica que a sexualidade infantil é uma sexualidade perverso-polimorfa, que se apresenta em zonas erógenas distintas e em partes corporais separadas. É assim que surge a noção de parcialidade pulsional.

O organismo e a linguagem têm essa estrutura intervalar, estas estruturas hiências. A boca, o ânus, o ouvido, o olho e a borda palpebral, a fossa nasal, a uretra, etc. são diferentes buracos do organismo do bebê em torno dos quais se gera uma atividade que exige cuidados. Portanto tais buracos orgânicos podem vir a se estabelecer como zonas privilegiadas, *zonas erógenas*, no laço com a mãe. (Jerusalinsky, 2002, p. 156-157)

As marcas mnêmicas das primeiras experiências de satisfação darão origem a pulsão, como a exigência da satisfação perdida. Toda vez que o bebê sentir necessidade, fome por exemplo, ele acionará a imagem mnêmica que está posta em seu sistema psíquico. Em um primeiro momento, então, existe uma certa confusão entre o que é real e o que é imaginário (Dor, 1989)

E é nessa relação com o Outro e com a sua cadeia de significantes é que as funções orgânicas poderão vir a se inscrever (Jerusalinsky, 2002). “Temos, então, que o corpo traz em sua constituição a marca da singularidade de sua história escrita desde os primeiros cuidados maternos.” (Arantes, Ferreira, 2014). Assim, enquanto a mãe cuida, ela nomeia as partes do corpo do bebê “essa é a mãozinha do bebe”, “cada o pezinho” e então formam-se representações desse corpo. Todas essas falas da mãe, direcionadas ao bebê, vão se inscrevendo em uma cadeia significativa.

Nesse sentido, primeiro o bebê tem um corpo que reage ao meio de uma forma mais ou menos desorganizada, assolado pela parcialidade pulsional. Aí o bebê é alienado ao desejo desse Outro que lhe presta cuidados. Suas imagens se confundem e o bebê não tem noção de que não tratam-se de uma instituição, existe uma confusão entre as imagens.

Então, algo se modifica nessa relação e uma identificação com a imagem se faz. Para isso, segundo Lacan (1949), o Outro precisa, com seu olhar e palavra, antecipar uma imagem unificada e oferece-la ao bebê. O bebê, por sua vez precisa se identificar e então se precipitar em relação a essa imagem. Lacan (1949, p. 97) utiliza-se da metáfora do espelho para explicar esse momento “Basta compreender o estágio do espelho *como uma identificação* [...] ou seja, a transformação produzida no sujeito quando ele assume uma imagem.” Trata-se de uma identificação primordial. Dessa forma, o bebê adquire a certeza de que a imagem refletida é a dela, isso por que os pais lhe mapearam um corpo.

O bebê, então, passa a amar essa imagem como sua, isto é, ele ama e investe toda a sua energia libidinal em si por que alguém o fez anteriormente (Freud, 1914). “O encontro com o Outro lhe proporciona uma imagem ideal de si mesma, um eu ideal” (Mucida, 2017, p. 106), este se trata de uma instancia imaginária, onde o bebê é o seu próprio ideal, ela é aquilo que o Outro espera que ela seja.

Assim, o “estádio do espelho é a conquista da identidade, a criança já sabe diferenciar si mesma do outro, realizando, assim, uma ‘pré-formação’ do ‘Eu (Je)’” (Soares, 2016, p. 2). Essa imagem formada é fluida, pois trata-se de uma roupa que não se ajusta perfeitamente ao corpo, por isso precisa de ajustes ao longo da vida (Arantes; Ferreira, 2014). Sempre há algo que escapa dessa imagem e sobra. Acerca desse momento, as principais articulações que se dão, são: Formação da estruturação do eu (je), a formação da imagem corporal, produção do transitivismo e a inauguração de um aspecto que considera-se advindo de um feixe de agressividade.

Apesar da conquista identificatória, que se faz no estágio do espelho, a criança ainda mantém uma relação fusional com a mãe. Pode-se pensar que se tem um esboço do sujeito (Dor, 1989).

A criança é o falo da mãe e busca fazer-se amada por ela, ser seu objeto de desejo. Assim, a pequena criança mante-se assujeitada ao desejo materno (Dor, 1989). Este processo foi denominado por Freud de Complexo de Édipo a criança deseja um de seus genitores e rivaliza com o outro.

É preciso uma movimentação para que essa criança venha a ter o estatuto de sujeito desejante. Para que isso ocorra é preciso que um terceiro elemento interfira no eixo imaginário e dual da relação mãe-bebê. Esse que irá interditar a visão imaginária da dualidade mãe-filho. Trata-se da metáfora do nome do pai, que corta a relação inaugurar uma cadeia de significantes, na qual o nome do pai será o organizador. Se existe um terceiro elemento, a mãe deseja e então ela é barrada.

Esse terceiro elemento irá instaurar o eixo simbólico, castrando a criança e lhe impondo a Lei. Esse período é vivido pela criança como Complexo de Castração. Ao ser castrada, privada da relação fusional com a mãe, a criança vai de encontro com a falta simbólica (Dor, 1989). Dessa forma, a mãe cai para o estatuto de objeto - o objeto a, objeto de desejo - e promove a separação do corpo e do objeto. A criança precisa, então, abrir mão de ser o falo da mãe, para ter a possibilidade de ter o falo. Recalca a relação dual com a mãe, instaurando o inconsciente, como instancia psíquica.

Nesse momento tem-se a formação do ideal do eu, como uma instancia simbólica, que diz de como deve ser tomando algo ou alguém como ideal. A criança, então, vai investir nos objetos, visando o investimento que eles farão em si, buscando freneticamente recuperar seu estatuto de eu ideal, onde era o seu próprio ideal (Freud, 1914).

Assim, o sujeito assume seu nome próprio e não precisa mais responder usando seu corpo. Aí tem-se o corpo simbólico, atravessado pelos significantes, onde se utiliza da metáfora, formando seu sintoma definidor e a da metonímia, como incessante deslizar para o desejar de novos objetos, no lugar do objeto perdido (Dor, 1989).

A partir daí, tem-se a entrada na latência. Trata-se de um período onde as questões sexuais são recalçadas e a criança passa a se dedicar a atividades de cunho cultural e intelectual, aparentemente sem nenhuma relação com o sexual, mas que buscam nela a sua energia propulsora, a isso se denomina sublimação. Flesler (2012), nos diz que trata-se de um período de predomínio simbólico, um tempo para compreender.

A latência irá perdurar até um segundo despertar, o despertar puberal, onde a pulsionalidade sexual retoma, só que dessa vez para assumir-se em um corpo adulto (Backes, 2004). Esse é um período de intensa angústia, visto que é preciso deixar as nuances infantis para trás e fazer uma reapropriação do seu próprio corpo, para isso, necessita-se novamente do drama da fundação da imagem do corpo, experienciado durante o estágio do espelho. Chega-se ao momento onde, poderá experimentar aquilo que lhe era designado “quando for grande poderá fazer/ter”. Assim, precisa modificar seus ideais e encontrar sua própria identidade, em direção aos seus próprios desejos, ancorados no deslizar incessante da cadeia metonímica de significantes.

Assim, infere-se que a subjetividade do sujeito se constitui na experiência com outro ser humano, que investe e aposta em sua existência e desenvolvimento. Esse processo, no entanto, pode se mostrar particularmente difícil, especialmente em alguns casos. Nestes, a criança pode desenvolver sintomas psíquicos, para dar conta dessa relação, que horas pode ser engolfante ou deter outros percalços (Quinet, 2011). Além disso, considerando que a nossa constituição psíquica e do inconsciente se dá as voltas da linguagem, se torna mais fácil compreender como o discurso parental influência diretamente nos sintomas de cada sujeito. O sintoma, pode ser entendido como uma manifestação discursiva do inconsciente, que surge como um apelo psíquico de resolução do conflito que o sujeito vive.

Na clínica psicanalítica, o brincar é a maneira de escutar, de trabalhar e de intervir com o sintoma do sujeito. O brinquedo e o brincar não são escolhidos ao acaso, a criança vai brincar com o que lhe faz questão, com o que já está colocado em sua série simbólica, em sua cadeia significante, então ela representa no brincar o que ela vivencia, ativa ou passivamente. A partir disso, o brincar adquire um novo significado, pois, ela permite ao infans a vivência de um prazer relacionado ao seu próprio eu, e que, conseqüentemente promove a montagem de um circuito pulsional, que movimenta o sujeito em função de seu desejo (Jerusalinsky, 2002).

Considerações finais

A partir do referencial exposto, denota-se que na constituição do psiquismo humano, está enlaçada a questão psíquica do sujeito, a forma como o Outro e seu desejo e demanda se postam nessa relação. Assim, é no exercício das funções materna e paterna que a demanda social se articula com o desejo, a temporalidade real (cronológica), simbólica (tempo da constituição psíquica do bebê frente ao Outro) e imaginária (antecipação projetiva). Frente a essas figuras e demandas, o bebê, vai se identificando com as figuras parentais, com as figuras sociais e com os significantes e sintomas que elas carregam, construindo algo para si próprio a partir disto que pega emprestado dos demais.

Dessa forma entende-se que o tempo cronológico é importante, mas não supremo em relação ao desenvolvimento do bebê, pois existe a implicação das figuras parentais para que o bebê alcance determinadas conquistas, a aposta que estes disponibilizam e a antecipação do que pode vir a ser, subjetivam o pequeno infans que se identifica com isso, proporcionando a inscrição do funcionamento pulsional do sujeito na sua cadeia significante e com isso o seu advento como sujeito do inconsciente. Após isso, o estiramento da corda pulsional do bebê, fazendo se implicar como sujeito do acontecimento.

Estudos desse tipo são importantes pois abordam os conceitos básicos da psicanálise e com isso, contribuem na difusão da mesma para o público acadêmico.

Referências

- ARANTES, J. M. C.; FERREIRA, D. M. Câncer e corpo: uma leitura a partir da psicanálise. *Analytica*, São João del-Rei, v. 3, n. 5, p. 37-7, jul-dez 2014. Disponível em: <http://www.seer.ufsj.edu.br/index.php/analytica/article/view/585/607>. Acesso em: 01 abr. 2020.
- BACKES, C. A reconstituição do espelho. In: ____ COSTA, A (e org.). **Adolescência e experiências de borda**. POA: UFRGS, 2004. Cap 2. p. 29-41.
- CUKIERT, M.; PRISZKULNIK, L. Considerações sobre eu e o corpo em Lacan. **Estudos de psicologia** (Natal), Natal, v. 7, n. 1, p. 143-149, jan. 2002. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-294X2002000100014&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 11 mai. 2020. <https://doi.org/10.1590/S1413-294X2002000100014>.
- DOR, J. **Introdução à leitura de Lacan: O inconsciente estruturado como linguagem**. Porto Alegre: Artmed, 1989.
- FLESLER, A. Os tempos do sujeito. In: ____ **A psicanálise de crianças e o lugar dos pais**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2012, Cap. 3. p. 70-79
- FORTES, I. A anatomia fantasmática: o lugar do corpo em psicanálise. **Rev. Epos**, Rio de Janeiro, v. 3, n. 2, dez. 2012. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2178-700X2012000200004&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 05 abr. 2020.
- FREUD, S. Três ensaios sobre a Teoria da Sexualidade(1905). In: ____ **Edição standard brasileira das obras completas de Sigmund Freud**. Rio de Janeiro: Imago, 2006, Cap. 2, p.118-232,v.7.
- FREUD, S. Sobre o Narcisismo: uma introdução (1914). In: ____ **Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud**. Rio de Janeiro: Imago, 2006. Cap. 2, p. 76-108. v. 14.

JERUSALINSKY, J. **Enquanto o futuro não vem**: a psicanálise na clínica interdisciplinar com bebês. Salvador: Ágalma, 2002.

LACAN, J. O estádio do espelho como formador da função do eu (1949). In: _____. **Escritos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998. Cap. 2, p. 96-103.

LACAN, J. **O seminário, livro 5**: as formações do inconsciente [1957-1958]. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999.

LUSTOZA, R. Z. A formação do conceito de Nome do pai (1938-1958). **Ágora** (Rio J.), Rio de Janeiro, v. 21, n. 3, p. 323-332, dez. 2018. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1516-14982018000300323&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 04 mar. 2021. <https://doi.org/10.1590/s1516-14982018003004>.

MUCIDA, A. **O sujeito não envelhece**: psicanálise e velhice. Belo Horizonte: Autêntica, 2017.

SOARES, P. L. S. Estádio do espelho e complexo de Édipo lacaniano. **Psicologia pt**, 28 jan. 2017. Disponível em: https://www.psicologia.pt/artigos/ver_artigo.php?estadio-do-espelho-e-complexo-de-edipo-lacaniano&codigo=A1055&area=D4A. Acesso em: 11 mai. 2020.

TOREZAN, Z. F.; AGUIAR, F. O sujeito da psicanálise: particularidades na contemporaneidade. *Rev. Mal-Estar Subj. Fortaleza*, v. 11, n. 2, p. 525-554, 2011. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1518-61482011000200004&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 25 ago. 2020.

QUINET, A. **Teoria e Clínica da Psicose**. 5 ed. Rio de Janeiro: Copyright, 2011.

Enviado em 31/082023

Avaliado em 15/10/2023

AMARTYA SEN: A TEORIA DO DESENVOLVIMENTO COMO LIBERDADE E O ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO

Giovana Smolski Driemeier¹⁶

Grace Kelly Vier¹⁷

Sandra Vidal Nogueira¹⁸

Resumo

Por muitos anos o conceito de desenvolvimento foi entendido como sinônimo de crescimento econômico. No entanto, as mudanças globais incitam o surgimento de abordagens que buscam compreender o desenvolvimento de forma mais ampla e integrada às transformações econômicas e sociais, como é o caso da teoria do desenvolvimento como liberdade de Amartya Sen. Assim, o estudo tem como objetivo apresentar a teoria do desenvolvimento a partir dos pressupostos Sen. A metodologia empregada é qualitativa do tipo revisão de literatura. Como resultados, que afirma ser necessário considerar a expansão da liberdade como sendo o principal fim e o principal meio do desenvolvimento. O principal encadeamento desta teoria é o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH).

Palavras chave: Desenvolvimento. Liberdade. Amartya Sen.

Resumen

Durante muchos años el concepto de desarrollo se entendió como sinónimo de crecimiento económico. Sin embargo, los cambios globales favorecen el surgimiento de enfoques que buscan entender el desarrollo de una manera más amplia e integrada con las transformaciones económicas y sociales, como es el caso de la teoría del desarrollo como libertad de Amartya Sen. Así, el estudio tiene como objetivo presentar la teoría del desarrollo a partir de los supuestos de Sen. La metodología utilizada es de tipo revisión cualitativa de la literatura. Como resultado, que establece que es necesario considerar la expansión de la libertad como el principal fin y el principal medio de desarrollo. La cadena principal de esta teoría es el Índice de Desarrollo Humano (IDH).

Palabras clave: Desarrollo. Libertad. Amartya Sen.

Introdução

Por muitos anos o conceito de desenvolvimento foi entendido como sinônimo de crescimento econômico, tanto que, até meados do século XX, os únicos indicadores utilizados para mensurar o nível de desenvolvimento de um local eram o Produto Interno Bruto (PIB), o Produto Nacional Bruto (PNB) e a renda *per capita*. Estes, partiam do pressuposto que quaisquer necessidades não atendidas poderiam ser eliminadas à medida que a renda aumentasse (Dalto; Pires; Aguiar, 2021).

¹⁶ Psicóloga pela Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul (UNIJUÍ). Mestranda do Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento e Políticas Públicas (PPGDPP) da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS). Bolsista Demanda Social da CAPES.

¹⁷ Arquiteta pelo Centro Universitário Avantis (UNIAVAN). Mestranda do Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento e Políticas Públicas (PPGDPP) da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS). Bolsista institucional da UFFS.

¹⁸ Pós-Doutora em Direito (URI/Santo Ângelo), Doutorado em Educação (PUCSP). Professora e Pesquisadora na Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), vinculada ao Programa de Mestrado em Desenvolvimento e Políticas Públicas, Campus de Cerro Largo, RS.

No entanto, as mudanças globais fomentadas pelo período do pós guerra, demonstraram que mesmo com o crescimento econômico de um território as desigualdades de distribuições de riquezas, tecnologias e afins, continuavam se intensificando. Nessa conjuntura, surgem abordagens que buscam compreender o desenvolvimento de forma mais ampla e integrada às transformações econômicas e sociais, sem se deixar levar pela lógica do economicismo, que classifica os países de acordo com etapas do desenvolvimento, tendo os países subdesenvolvidos que se adequar as práticas econômicas dos países considerados avançados (Freitas *et al*, 2016).

Dessa forma, novos elementos foram adicionados a discussão sobre desenvolvimento, tais como liberdade, justiça social, equidade, informação e meio ambiente.

Concomitantemente a isto, sobretudo nas décadas de 1980 e 1990, passou-se a investigar e valorizar o papel dos atores sociais no âmbito da mudança social e na alteração dos padrões institucionalizados. Assim, estes passam a receber a atenção antes dispendida exclusivamente para o Estado e para o Mercado como forças produtoras do desenvolvimento (Freitas *et al*, 2016).

É nesse contexto que os trabalhos de Amartya Sen (2000) ganham destaque. Este, afirma que vivemos em um mundo dotado de muitos avanços, mas que, simultaneamente também é cenário de privações, desigualdades sociais, destituições, e grandes opressões. Para ele, existem problemas novos inseridos e convivendo com os antigos. A sua ideia (Sen, 2000) é de que a liberdade seria a forma de superação desses problemas, sendo esta, o principal meio e o principal fim para o desenvolvimento. Esse discurso, é atrelado às oportunidades, capacidades e liberdade de ação. Em síntese, o objetivo final é a liberdade, de maneira que os indivíduos não experienciem situações de privações de capacidades e sejam livres para viver da forma como julgarem melhor (Freitas *et al*, 2016).

Considerando isso, o presente estudo tem como objetivo apresentar a teoria do desenvolvimento a partir dos pressupostos de AmartyaSen (2000). Com vista de cumprir tal propósito, empregou-se uma metodologia qualitativa do tipo revisão de literatura, sustentada teoricamente por Sen (2000).

Breve biografia de Amartya Sen

Amartya Kumar Sen nasceu em Santiniketan, cidade da Índia, no dia 03 de novembro de 1933. Membro de uma família de intelectuais e políticos, formou-se em Economia em 1953, na Universidade de Calcutá. Após estudar em diferentes países, mudou-se para o Reino Unido, onde obteve seu doutorado em Economia pela Universidade de Cambridge em 1959. Ademais, Sen estudou filosofia pelo período de quatro anos, tendo como foco a teoria da escolha social pela lógica matemática, a filosofia moral e o estudo da desigualdade e privação (Freitas *et al*, 2016).

Durante sua trajetória lecionou em instituições de ensino como a Delhi School of Economics, London School of Economics, Universidade de Oxford e Universidade de Harvard. Além disso, também foi reitor da Universidade de Cambridge, e um dos fundadores do Instituto Mundial de Pesquisa em Economia do Desenvolvimento (Universidade da ONU) (Assumpção. 2014).

Sen foi criador do Índice de Desenvolvimento Humano, juntamente com Mahbub ul Haq. Em 1998, ganhou o prêmio Nobel de Economia, devido as suas contribuições nas áreas da economia, escolha social e do bem-estar social(Freitas *et al*, 2016). E em 2011, recebeu doutorado honoris causa, pela Universidade de Coimbra.

Desenvolvimento como Liberdade

Amartya Sen(2000) parte da necessidade de redefinir o conceito de pobreza. Para ele, esse conceito ultrapassa a dimensão dos elementos econômicos e de privação de renda, e deve ser contextualizado, para que reflita a dimensão das condições objetivas e subjetivas do lugar geográfico, social e político em que sujeito vive. Considerando isso, para o autor, pobreza passa a ser entendida a partir da perspectiva da inexistência de condições de escolher como se deseja viver.

Para defender a sua ideia, Sen (2000) retoma os reais ideais do liberalismo clássico e os combina com os princípios keynesianos do Estado do Bem Estar Social. Trata-se de utilizar a estrutura de Estado proposta por Keynes, como ferramenta para garantir os princípios do liberalismo político.

A pobreza deve ser combatida ampliando-se os níveis de equidade, que significa adaptar a regra existente a uma situação específica, de forma a torna-la mais justa. Isso equivale a dizer que, em certos contextos, é preciso agir de forma desigual com os desiguais, como condição de garantir a equidade e ampliar as liberdades (Rawls, 2000).

Na obra seniana três aspectos são fundamentais: 1º) redefinição do conceito de desenvolvimento como um processo multidimensional focado nas liberdades e capacidades, sendo o indivíduo o centro dessa discussão; 2º) reaproximação da ética à economia, e; 3º) reavaliação do conceito de justiça social (Dalto; Pires; Aguiar, 2021).

Com isso, a concepção de desenvolvimento proposta pelo autor (Sen, 2000) é de que este só pode ser alcançado quando os indivíduos possuam os meios necessários para atingir os fins pretendidos, sem os obstáculos que possam por ventura restringir sua capacidade de escolha, o que permite o desfrute de modos de vida desejados por cada um de forma individual. Assim, enfatiza que as liberdades são condicionadas por determinantes que transcendem o Produto Nacional Bruto (PNB) e as rendas individuais, tais como os serviços de saúde, de educação, a participação nas discussões políticas, ou seja, engloba a dimensão social e dos direitos civis. Isso é alcançado quando o desenvolvimento promove a ampliação das capacidades humanas, entendidas como “o conjunto das coisas que as pessoas podem ser ou fazer na vida” (Freitas *et al*, 2016, p. 53). Quando se ampliam essas capacidades, as pessoas tem condições de fazer escolhas e de viver suas vidas como bem desejam.

Nesse sentido, Sen (2000, p. 10) propõe que: “o desenvolvimento consiste na eliminação de privações de liberdade que limitam as escolhas e oportunidades das pessoas de exercer ponderadamente sua condição enquanto agentes de sua própria mudança”. Isso equivale a dizer que, quando os indivíduos deixam de estar privados de suas capacidades, o desenvolvimento é estimulado. Assim sendo, a construção de capacidades melhora a condição humana, com foco na capacidade de ser e de fazer (Freitas *et al*, 2016).

Portanto, é preciso que “se removam as principais fontes de privação de liberdade: pobreza e tirania, carência de oportunidades econômicas e destituição social sistemática, negligência dos serviços públicos e intolerância ou interferência excessiva de Estados repressivos” (Sen, 2000, p.18). Nesse sentido, para aplicar as liberdades os indicadores econômicos são meios e não fins.

Destaca-se que para esse autor, existem diferentes tipos de privações de liberdade. Em dados casos, esta encontra-se atrelada aos fatores econômicos, a qual priva a pessoa da possibilidade de saciar a fome, ter acesso a medicamentos, morar em uma residência com saneamento básico adequado. Já em outros, a privação está ligada aos serviços públicos, como por exemplo, assistência social deficitária, ausência de educação e programas de saúde. Ademais, existem casos de privação de

direitos políticos, que acontecem quando a democracia é enfraquecida e a participação da comunidade é restringida (Sen, 2000).

A liberdade adquire posição de centralidade no processo de desenvolvimento, por dois motivos principais: “1) A razão avaliatória: a avaliação do progresso tem de ser feita verificando-se primordialmente se houve aumento das liberdades das pessoas. 2) A razão da eficácia: a realização do desenvolvimento depende inteiramente da livre condição de agente das pessoas.” (Sen, 2000, p.18). Pois, são dadas oportunidades de escolhas e de tomada de decisões, de acordo com as suas próprias aspirações e os da sociedade em que se encontram alocadas.

Assim, Amartya Sen (2000) destaca a importância que as liberdades instrumentais tem, para a liberdade global das pessoas viverem como queiram. Para melhor explicar sobre o tema, elenca cinco distintas categorias de liberdade que adquirem ênfase na perspectiva instrumental.

1. *Liberdades políticas*, incluem o direito civil e concernem a possibilidade dos indivíduos de escolher quem irá governar e embasado em que princípios será realizado esse governo. Inclui os direitos à democracia, à fiscalização, a liberdade de expressão e a escolha dos partidos políticos.
2. *Facilidades econômicas*, dizem respeito às oportunidades de utilização de recursos econômicos com a finalidade de produção, consumo ou troca. Além disso, diz das possibilidades de acesso a renda e/ou crédito e de fazer transações.
3. *Oportunidades sociais*, referem-se as providências estabelecidas pela sociedade nas áreas de educação, saúde e demais serviços, que impactam na liberdade do sujeito viver melhor. Sen(2000, p. 56) exemplifica que “o analfabetismo pode ser uma barreira formidável à participação em atividades econômicas que requerem produção segundo especificações ou que exijam rigoroso controle de qualidade (uma exigência sempre crescente no comércio globalizado). De modo semelhante, a participação política pode ser tolhida pela incapacidade de ler jornais ou de comunicar-se por escrito com outros indivíduos envolvidos em atividades políticas”
4. *Garantias de transparência* abordam a confiança mútua entre as pessoas, trata-se da liberdade de se relacionar com os demais amparado na garantia da verdade e de transparência. Essa categoria oferece destaque a questão da corrupção, das transações ilícitas e da irresponsabilidade financeira.
5. *Segurança protetora* é a necessidade de providência de uma rede de segurança social que impeça que parcelas populacionais sejam reduzidas a fome e até mesmo a morte. Inclui disposições institucionais fixas e medidas *ad hoc* como distribuição de alimentos em casos de fome e empregos públicos emergenciais que geram renda para os que necessitam.

Essas liberdades se interconectam entre si e provocam efeitos sejam positivos, quando contribuem de forma conjunta para a expansão das liberdades substantivas de todos e negativos quando as pessoas são privadas de suas liberdades (Pinheiro, 2012). Ademais as liberdades individuais se complementam e reforçam umas às outras, sendo este um ponto a ser levando em consideração quando trata-se de determinar políticas de desenvolvimento (Sen, 2000).

Sen (2000) afirma que o fato de o direito às transações econômicas ser um grande motor do crescimento econômico é aceito e difundido, porém, existem outras questões que precisam ser reconhecidas e plenamente compreendidas nas análises políticas

O crescimento econômico pode ajudar não só elevando rendas privadas, mas também possibilitando ao Estado financiar a seguridade social e a intervenção governamental ativa. Portanto, a contribuição do crescimento econômico tem de ser julgada não apenas pelo aumento de rendas privadas, mas também pela expansão de serviços sociais (incluindo, em muitos casos, redes de segurança social) que o crescimento econômico pode possibilitar.

Analogamente, a criação de oportunidades sociais por meio de serviços como educação pública, serviços de saúde e desenvolvimento de uma imprensa livre e ativa pode contribuir para o desenvolvimento econômico e para uma redução significativa das taxas de mortalidade. A redução das taxas de mortalidade, por sua vez, pode ajudar a reduzir as taxas de natalidade, reforçando a influência da educação básica — em especial da alfabetização e escolaridade das mulheres — sobre o comportamento das taxas de fecundidade (Sen, 2000, p. 57-58).

O autor (Sen, 2000) argumenta que o Japão é um exemplo clássico de como o crescimento econômico pode ser impulsionado pelo desenvolvimento dos recursos humanos, acarretado pela disposição de oportunidades sociais. Essa constatação abala a crença de que o desenvolvimento humano é um tipo de “luxo” que apenas países muito ricos podem oferecer à população.

Dessa forma, o desenvolvimento humano passa a ser concebido como a ampliação das capacidades e sua avaliação tem como objetivo a liberdade uma vez que a capacidade impacta na liberdade de escolher entre as várias formas de se viver (Freitas *et al*, 2016). A liberdade, por sua vez, constitui um valor dual, sendo intrínseco e instrumental, ao mesmo tempo. Intrínseco por que é tudo como objetivo primeiro do desenvolvimento, como direito e fim e instrumental por se relaciona a forma como os diferentes tipos de liberdade se aderem entre si, e contribuem para a promoção dos outros tipos de liberdades e a liberdade humana geral (Freitas *et al*, 2016).

Índice de Desenvolvimento Humano (IDH)

O principal encadeamento da obra de Sen é o desenvolvimento humano. Em 1990 Mahbubul Haq lhe propõe a matematização desse desenvolvimento por meio do Índice de Desenvolvimento Humano. Este foi apresentado, conjuntamente com o conceito de desenvolvimento humano, no primeiro Relatório de Desenvolvimento Humano do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) (Atlas socioeconômico Rio Grande do Sul, 2017).

O objetivo primordial do IDH foi o de oferecer um contraponto ao PIB, que considera apenas as dimensões econômicas para mensurar o desenvolvimento. Apesar de oferecer uma ampliação das perspectivas em torno do desenvolvimento humano, o IDH não abrange todos os aspectos, felicidade, democracia, participação, equidade, sustentabilidade constituem exemplos de aspectos não refletidos no medidor (United Nations Development Programme, 2023).

Desde 2010, novas metodologias foram sendo incrementadas ao o IDH, que atualmente é composto por três pilares: saúde, educação e renda. O primeiro deles, a saúde, oportunidade de se levar uma vida longa e saudável, é mesurada a partir da expectativa de vida. O segundo, acesso à educação é medida pela média de anos de educação dos adultos, isto é, a média do número de anos de educação recebidos durante a vida de pessoas com mais de 25 anos e pela expectativa de anos de escolaridade para as crianças na idade de iniciar a vida escolar. Por fim, a renda, entendida como a possibilidade de desfrutar de um estilo de vida digno, é apreciada pela Renda Nacional Bruta (RNB) per capita a qual se manifesta em poder de paridade de compra (PPP) constante, em dólar, tendo 2005 como ano de referência (United Nations Development Programme, 2023).

O IDH foi progressivamente se tornando uma referência mundial, em virtude de seu método simples, de fácil compreensão e global de medir o desenvolvimento. O medidor consegue condensar em um único número a complexidade de suas três dimensões e se traduziu em uma maneira de compreender, discutir e refletir o significado de desenvolvimento humano, para a sociedade (Atlas socioeconômico Rio Grande do Sul, 2017). Além disso, reúne os indicadores de saúde, renda e educação que manifestam o contexto das liberdades substanciais mínimas necessárias para os indivíduos.

Hoje em dia, é um dos índices primordiais dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio das Nações Unidas. No Brasil, por sua vez, ele tem sido empregado pelo governo federal e por administrações regionais por meio do Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH-M) (United Nations Development Programme, 2023).

O IDH-M se referencia nos dados dos Censos Demográficos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), realizados a cada 10 anos. Ele é calculado a partir da média geográfica de saúde, educação e renda. Esse índice, assim como o IDH varia entre zero e um, sendo que quanto mais próximo de um, maior é o desenvolvimento humano na localidade (Atlas socioeconômico Rio Grande do Sul, 2017).

Considerações Finais

O presente escrito procurou apresentar alguns dos principais pontos da teoria de Amartya Sen, bem como citar as principais contribuições de sua teoria no âmbito do desenvolvimento. Diante do exposto, denota-se que o autor propõe uma visão de desenvolvimento que não considera apenas a dimensão econômica, mas sim centra-se na liberdade de cada indivíduo como fator crucial para o desenvolvimento.

O crescimento econômico deve ser concebido como um meio para atingir a expansão das liberdades, sendo esta o principal fim e o principal meio para o desenvolvimento. Assim, o desenvolvimento é compreendido como estado em que as pessoas possam ser agentes e escolher dentre as formas de viver. Nesse contexto, o papel do Estado é imprescindível como assegurador de políticas públicas para o desenvolvimento das capacidades humanas.

Destaca-se que as mais relevantes implicações de seus estudos se relacionam a introdução do tema da diversidade humana, no que concerne ao debate da equidade social e do desenvolvimento e também alteração dos pontos de foco no estudo do desenvolvimento e na análise e entendimento da pobreza, passando-se a concentrar-se nos fins, além dos meios. Como resultado dessas novas compreensões produzidas pelo autor, tem-se como produto mais significativo o IDH. O qual constituiu, além de um parâmetro de riqueza, um indicador de desenvolvimento para os países. O IDH reflete os aspectos econômicos e sociais e serve para observar as categorias que necessitam de maior atenção, a qual, pode ser dispendida através da idealização e execução de políticas públicas especializadas.

Referências

- ASSUMPTÃO, Fabrício. Distribuição de renda/diminuição da desigualdade social. **O Rebate** [s. l], 2014. Disponível em: <https://jornalorebate.com.br/canais/colaboradores-do-rebate/11361-distribuicao-de-renda-diminuicao-da-desigualdade-social>. Acesso em: 21 jun. 2023.
- ATLAS SOCIOECONÔMICO RIO GRANDE DO SUL. **Índice de Desenvolvimento Humano - IDH e IDHM**. [s. l], 2017. Disponível em: <https://atlassocioeconomico.rs.gov.br/indice-de-desenvolvimento-humano-idh-e-idhm>. Acesso em: 12 maio 2023.
- DALTO, Karla Karoline Soares; PIRES, Mônica Moura; AGUIAR, Paulo César Bahia. Desenvolvimento como Liberdade no Brasil. **Sociedade & Natureza**, [s. l], v. 33, p. 1–14, 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sn/a/bS63HTR9hKK3FYhdGTD3NGb/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 5 maio 2023.
- FREITAS, Tanise Dias *et al.* Sen e o desenvolvimento como liberdade. *Em*: NIERDELE, Paulo André; WATERLOO, Guilherme Francisco (org.). **Introdução às teorias do desenvolvimento**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2016. p. 51–64.
- PINHEIRO, Maurício Mota Saboya. **As liberdades humanas como bases de desenvolvimento: uma análise conceitual da abordagem das capacidades humanas de Amartya Sen**. Brasília: IPEA, 2012.

RAWLS, John. **Uma teoria da Justiça**. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

SEN, Amartya Kumar. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

UNITED NATIONS DEVELOPMENT PROGRAMME. **O que é o IDH**. [S. l.], 2023. Disponível em:

<https://www.undp.org/pt/brazil/o-que-%C3%A9-o-idh#:~:text=Publicado%20pela%20primeira%20vez%20em,IDH%20tornou%20Dse%20refer%C3%A0ncia%20mundial>. Acesso em: 12 maio 2023.

Enviado em 31/08/2023

Avaliado em 15/10/2023

O SIGNIFICANTE NOME DO PAI

Giovana Smolski Driemeier¹⁹

Resumo

Este artigo tem como objetivo discutir o conceito de significante nome do pai na teoria psicanalítica. Com vista de cumprir tal objetivo, realizou-se uma pesquisa qualitativa do tipo descritiva, elaborada a partir de levantamentos bibliográficos. Como resultados encontrou-se que o nome do pai se trata de um significante responsável por substituir o significante do desejo materno. Neste processo, ele funda uma cadeia significante, permitindo advir o sujeito do desejo.

Palavras-chave: Significante. Desejo. Nome do pai.

Resumen

Este artículo tiene como objetivo discutir el concepto de nombre significativo del padre en la teoría psicoanalítica. Para cumplir con este objetivo, se realizó una investigación cualitativa descriptiva, basada en levantamientos bibliográficos. Como resultado, se encontró que el nombre del padre es un significante encargado de reemplazar el significante del deseo materno. En este proceso, funda una cadena significativa, permitiendo que surja el sujeto del deseo.

Palabras clave: Significativo. Deseo. Nombre del Padre.

Introdução

Lacan (1998, p. 498), ao dizer que “é toda a estrutura da linguagem que a experiência psicanalítica descobre no inconsciente”, inferiu que o inconsciente se estrutura como uma linguagem. Com isso, denota-se a introdução dos conceitos da linguística, a saber, significante, significado, signo, metáfora e metonímia.

Para desenvolver essas conceituações, Lacan usa como base Saussure (2012) que apresenta o significante como a imagem acústica do som, o significado como o conceito “esses dois elementos estão intimamente unidos e um reclama o outro” (Saussure 2012, p. 107) e por fim, concebe o signo como a combinação dos dois. Para esse autor, o significado é mais importante do que o significante, por que abarca o conceito da palavra.

Jacques Lacan, por sua vez, inverte o diagrama Saussuriano reduzindo-o ao algoritmo s/S, onde S designa o significante e s o significado (Lacan, 1998). Nesse sentido, ainda afirma que o significante e o significado são radicalmente separados, sendo que a barra que os separa é resistente a significação (Quinet, 2011).

Para o autor, a primazia do significante se justifica devido ao desinteresse do inconsciente pelo conceito do dicionário, e sim ao que aquele significante em questão remete ao sujeito. E essa representação que o significante abarca no inconsciente é formulada a partir das experiências pessoais de cada pessoa: nascimento, primeiros cuidados, família, social, entre outros (Lacan, 1998). Em lugar de referir-se diretamente a um significado, cada significante remete a outros, num processo infindável, tal como as palavras num dicionário conduzem a outras palavras, e não a coisas (Castro, 2009).

¹⁹ Psicóloga pela Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul, mestranda no Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento e Políticas Públicas (PPGDPP) da Universidade Federal da Fronteira Sul. Bolsista da CAPES/DS.

Afirma também, que são nas primeiras experiências de vida que as inscrições inconscientes passam a acontecer. Essas inscrições são significantes que no inconsciente se articulam como que anéis. E é quando o pequeno infans apropria-se da linguagem que ele se funda como sujeito.

Lacan argumenta que a significação está atrelada à cadeia significante (sequência de significantes) tomada em seu todo. Ao invés da significação par por par (um significante para um significado), Lacan defende a ideia de que a significação só se torna possível após a revelação de todos os significantes, o que se dá por meio de um deslizamento do sentido na extensão da cadeia significante. Em outras palavras, enquanto todos os significantes de uma frase não forem explicitados, o significado não pode ser estabelecido. (Vicenzi, 2009, p.31)

Esse movimento de significação de seus significantes, porém, é afirmado por Quinet (2011), como só sendo possível no momento em que o sujeito entra no simbólico, pois é ele quem constitui o universo subjetivo pelo qual é possível alguma ordenação. A estrada no simbólico ocorre quando um significante primordial, o significante nome do pai, é adicionado a cadeia. Para Lacan (1999) é com a inclusão ou não deste significante que a estruturação clínica de um sujeito acontece.

Além disso, o autor propôs leis de funcionamento do inconsciente, estas baseadas no estudo dos escritos Freudianos. Uma delas associa o desejo com a metonímia, onde o significante desliza (desloca) na cadeia de significantes. Já o sintoma, é como uma metáfora, onde tem-se a sobreposição de significantes, que se condensam. Nesse sentido, um dos significantes tem função de significado para o outro (Quinet, 2011).

Considerando isso, o presente estudo tem como objetivo apresentar a noção do significante nome do pai para a teoria psicanalítica. Com vista de cumprir tal objetivo, realizou-se uma pesquisa qualitativa do tipo descritiva, elaborada a partir de levantamentos bibliográficos. O escrito foi estruturado em quatro partes, sendo que após esta introdução, onde são abordados os aspectos introdutórios do significante, se postam dois subtítulos, onde no primeiros deles se aborda o processo de instauração do significante nome do pai, e no segundo o que é tal significante e quais as implicações na constituição subjetiva, por fim, estão as considerações finais.

A instauração do significante nome do pai

Lustoza (2018) nos apresenta que Lacan postula três grandes experiências que podem ser consideradas de problemática universal para todos os sujeitos. Tratam-se do nascimento, da morte e do sexo. Acerca deste último, o neurótico histérico se questiona se é homem ou mulher. O obsessivo, por sua vez, indaga-se sobre estar vivo ou morto e no que diz respeito ao nascimento, é um evento que faz questão em qualquer uma das estruturas. Afinal, o que é o ato de conceber outro ser humano?

Esse ato de concepção não se dá apenas no plano biológico e sim extrapola-se ao plano da palavra, pois no momento em que se tem outro ser, tem-se uma função materna e também uma função paterna. Funda-se um pai (Lustoza, 2018).

As experiências, por sua vez, para que possam se articular formando anéis, precisam de um significante primordial, que metabolize os demais, propondo então uma organização psíquica e do plano da realidade. O papel desse significante é o de ser a fonte da significação, a possibilidade de junção do significante e do significado, essa junção é dada pelo que Lacan (2010) denominou de “ponto de basta”.

Esse significante se instaura no decorrer do Complexo de Édipo, quando um terceiro elemento interrompe a relação dual da mãe com a criança. A mãe está olhando para outro elemento, o Pai, este pai é o Outro no Outro. Nesse sentido, por existir um terceiro elemento, a criança percebe que a mãe é castrada e que conseqüentemente ela também o é. Na medida que a mãe não responde mais plenamente as demandas da criança, ela vai se introduzindo na realidade e entrando na linguagem, se assim escolher (Aragao e Ramirez, 2004).

Essa escolha trata-se de permanecer sendo o falo, em plano imaginário (escolha ilusória) ou escolher deter o falo, em plano simbólico. Todo e qualquer sujeito vai se defender da castração, seja usando do recalçamento, da denegação ou da forclusão. Caso o sujeito se defenda com o recalçamento, corta-se o princípio do prazer, voltando-se para o princípio da realidade e com isso instaurando-se o S1, significante mestre ou Metáfora do nome do pai (Castro, 2009).

O significante nome do pai, propriamente dito

Lustoza (2018) declara que quando há a presença do significante nome do pai, o sujeito pode endereçar questões acerca do seu ser, pode com isso articular inquisições para um Outro suposto saber. Essas questões não serão necessariamente respondidas, porém detém da possibilidade de serem elaboradas. O psicótico, por sua vez não dispõe desse lugar.

Roudinesco e Plon (1998 p. 542) escrevem que “o pai exerce uma função essencialmente simbólica: ele nomeia, dá seu nome, e, através desse ato, encarna a lei”. Lacan diz que o Édipo é a passagem da natureza para a cultura, isto é, o desvio das pulsões e a sua canalização de maneira a poder viver em sociedade, isto é, a proibição do incesto.

Nessa perspectiva e no âmbito da teoria lacaniana do significante, a transição edípica da natureza para a cultura efetua-se da seguinte maneira: sendo a encarnação do significante, por chamar o filho por seu nome, o pai intervém junto a este como privador da mãe, dando origem ao ideal do eu* na criança. No caso da psicose, essa estruturação não se dá. Sendo então foracluído o significante do Nome-do-Pai, ele retorna no real* sob a forma de um delírio contra Deus, encarnação de todas as imagens malditas da paternidade. (Roudinesco; Plon, 1998 p. 542)

Dessa forma, a criança se tornará sujeito a partir da metáfora paterna, que usa do recalque originário desenvolvido com apoio da substituição significante. Nessa substituição em questão, um novo significante (Nome do pai, S2 tomará o lugar do significante originário do desejo da mãe (S1, falo), este, que será recalçado, em função do novo advir, será inconsciente, simbolizando a renúncia da criança ao seu objeto primário de desejo (Aragao e Ramirez, 2004). Esse novo significante trata-se do nome do pai, que carrega consigo a potência da função paterna e com isso a organização do sujeito perante uma Lei simbólica. “A entrada do significante nome-do-pai substituindo o significante falo fará com que o falo torne-se inconsciente” (Aragao e Ramirez, 2004, p. 98).

A partir daí, o Pai vai ser remetido ao falo como um puro significante. O falo, que advém como significante do desejo do Outro (Quinet, 2011). Quando a criança produz o nome do pai, ela está nomeando o objeto primeiro de seu desejo, de maneira metafórica. Essa nomeação propõe uma base ao relacionamento incestuoso, bem como ao gozo infindável.

Esse processo é, no entanto, passível de falha na estrutura simbólica, o que implica na forclusão do nome-do-pai. Esse acidente ressoa sobre a estrutura imaginária, dissolvendo-a e conduzindo-a à estrutura elementar, provocando a desestruturação imaginária. (Aragao e Ramirez, 2004, p. 100).

Temos, que desta forma, enquanto na neurose o sintoma é a volta do recalçado, denunciando que sua verdade pode ser sabida ali, na psicose o lugar do Outro é esvaziado por um excesso de gozo e é por isso que ao sujeito é necessário que se articule ao Outro do corpo, como o lugar de gozo (Lopes, 2011).

A falta do nome do pai, inscrita como significante, abre um furo no significado que tomará a significação do falo. Nesse caso, tem-se na psicose a desorganização provocada pela não cisão do nome do pai, que retorna de uma forma peculiar. Afinal, o que não entra no simbólico retorna pela via do real (Lacan, 1998).

Tem-se uma dupla falta: a de um significante, o do nome do pai, que institui simbolicamente o seu lugar e também a falta desse lugar vazio, em questão. Nesse sentido, se o sujeito encontrar o pai real, ele irá produzir na cadeia de significações, uma alteração sob a forma de delírio, usando do lugar onde não há nenhuma resposta da sua parte (Aragao e Ramirez, 2004).

É porque falta esse lugar que tudo não pode ser dito. Essa é a incompletude do Outro: o sujeito entra para a linguagem pelo fato de que é impossível dizer tudo. O sujeito da psicose também está na linguagem, mas não pode usá-la, com o neurótico, porque falta o vazio lugar ordenador. Porque o primeiro significante foi abolido todos os outros não representam mais nada (Aragao e Ramirez, 2004, p. 102).

Considerações finais

Considerando o referencial apresentado, percebe-se que a dimensão significante adquire uma posição de relevância na obra Lacaniana, isso por que, para o autor o inconsciente não se interessa pelo significado geral e comum das coisas e sim pelo que representa individualmente para cada sujeito. No entanto, para que os significantes se ordenem em cadeias e façam significações, o sujeito precisa abrir mão da sua posição de falo da mãe e entrar para o simbólico, para tanto, é preciso que o significante nome do pai seja introduzido, substituindo o significante do desejo materno. É a partir dessa introdução ou não que a estrutura clínica é definida e a posição de sujeito do desejo consolidada.

Estudos desse tipo são importantes pois apresentam conceitos da teoria psicanalítica, contribuindo para a ampliação do conhecimento sobre a mesma.

Referências

- ARAGAO E RAMIREZ, Heloísa Helena. Sobre a metáfora paterna e a forclusão do nome-do-pai: uma introdução. **Mental**, Barbacena, v. 2, n. 3, p. 89-105, nov. 2004. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1679-44272004000200008&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 04 mar. 2023.
- CASTRO, Julio Cesar Lemes de. O inconsciente como linguagem: de Freud a Lacan. **Cadernos de Semiótica Aplicada**, Vol. 7.n.1, p. 1-12, julho de 2009. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/casa/article/view/1773>. Acesso em: 01 mar. 2023.
- LACAN, Jacques. Função e campo da fala e da linguagem em psicanálise. In:____. **Escritos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1998. p. 238-324.
- LACAN, Jacques. A instância da letra no inconsciente freudiano. In:____. **Escritos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1998. p. 496-533.
- LACAN, Jacques. **O seminário**. Livro 3: As psicoses [1955-1956]. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2010.
- LACAN, Jacques. **O seminário**. Livro 5: as formações do inconsciente [1957-1958]. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999.
- LOPES, Rosa Guedes. A psicanálise é o que reintroduz o nome-do-pai na consideração científica. *Ágora* (Rio J.), Rio de Janeiro, v. 14, n. 1, p. 95-111, Jun.2011. Disponível em:

http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1516-14982011000100007&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 10 Mar. 2023.

LUSTOZA, Rosane Zétola. A formação do conceito de Nome do pai (1938-1958). **Ágora (Rio J.)**, Rio de Janeiro, v. 21, n. 3, p. 323-332, dez.2018 . Disponível em:

http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1516-14982018000300323&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 04 mar. 2023.

ROUDINESCO, Elisabeth; PLON, Michel. **Dicionário de psicanálise**. Rio de Janeiro: Zahar, 1998.

SAUSSURE, Ferdinand de. **Curso de Linguística Geral**. 28 ed. São Paulo: Cultrix, 2012.

VICENZI, Eduardo. Psicanálise e linguística estrutural: as relações entre as concepções de linguagem e de significação de Saussure e Lacan. **Ágora (Rio J.)**, Rio de Janeiro, v. 12, n. 1, p. 27-40, Jun.2009 .

Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1516-14982009000100002&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 03 Mar. 2023.

QUINET, Antonio. **Teoria e Clínica da Psicose**. 5 ed. Rio de Janeiro: Copyright, 2011.

Enviado em 31/08/2023

Avaliado em 15/10/2023

GESTÃO TERRITORIAL NA REGIÃO DO COREDE MISSÕES NO RIO GRANDE DO SUL, NA PERSPECTIVA DA GOVERNANÇA PARTICIPATIVA

Jeana Rückert Ribeiro Willms²⁰

Resumo

O estudo revisa a literatura para identificar a gestão territorial, no âmbito do Conselho Regional de Desenvolvimento (COREDE) Missões, em relação as teorias que acentuam o papel dos atores sociais, na perspectiva da governança participativa. O resultado da análise elencou como desafios para a região o estabelecimento da melhoria na implementação e no monitoramento das ações estipuladas no planejamento estratégico. Busca-se a contribuição social e acadêmica para a temática, fomentando a discussão do desenvolvimento regional através da gestão territorial sob a perspectiva da governança participativa, os contornos da democracia contemporânea, apontando desafios e alternativas para os avanços à descentralização político-administrativa.

Palavras-chave: Desenvolvimento Regional; Capital Social; Governança Territorial.

Resumen

El estudio revisa la literatura para identificar la gestión territorial, en el ámbito de las Misiones del Consejo de Desarrollo Regional (COREDE), en relación con teorías que enfatizan el papel de los actores sociales, desde la perspectiva de la gobernanza participativa. El resultado del análisis enumeró como desafíos para la región el establecimiento de mejoras en la implementación y seguimiento de las acciones estipuladas en la planificación estratégica. El objetivo es realizar un aporte social y académico al tema, incentivando la discusión del desarrollo regional a través de la gestión territorial desde la perspectiva de la gobernanza participativa, los contornos de la democracia contemporánea, señalando desafíos y alternativas para avanzar en la descentralización político-administrativa.

Palabras clave: Desarrollo Regional; Capital social; Gobernanza Territorial.

Introdução

A preocupação com o equilíbrio territorial do desenvolvimento é um desafio no processo de planejamento e implementação das políticas públicas. Existem várias vertentes que explicam o que é desenvolvimento.

Dallabrida (2011, p. 19) entende que o desenvolvimento, seja ele local, regional ou territorial, como um processo de mudança estrutural empreendido por uma sociedade organizada territorialmente que visa dinamizar a economia e melhorar a qualidade de vida de seus integrantes.

Celso Furtado (2000) entende que o processo de desenvolvimento tem pelo menos três dimensões: a primeira, leva em consideração o incremento da eficácia do sistema social de produção eleva a produtividade de força de trabalho, através da acumulação e o progresso técnico; a segunda considera a garantia da dignidade e a promoção da cidadania, isto é a satisfação das necessidades humanas; a terceira, condiz com a necessidade da existência de um projeto para o futuro, que estabeleça objetivos claros, definidos na esfera política e a partir de interesses de grupos e classes sociais.

²⁰ Jeana Rückert Ribeiro Willms, graduada em Direito pela Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões - URI. Mestranda no Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento e Políticas Públicas, da Universidade da Fronteira Sul – UFFS.

Ambos os autores afirmam a relevância dos interesses dos grupos sociais, da sociedade organizada, em busca da melhoria na qualidade de vida dos integrantes de um determinado território. Neste estudo, mesmo considerando a existência de outros conceitos acerca do desenvolvimento, optamos pela utilização dos acima citados, justamente pela abordagem da participação social na construção de um projeto de desenvolvimento.

Existem diversos aportes teóricos que buscam responder e ordenar o processo de desenvolvimento. No Estado do Rio Grande do Sul, a partir da década de 1990, seguindo modelos de outras unidades federativas, despontam os Conselhos Regionais de Desenvolvimentos – COREDES, visando a aproximação entre governo e instituições regionais, em especial as universidades, e definindo zonas regionais para o debate acerca do desenvolvimento.

No início se consolidaram de forma efetiva em 21 regiões, no ano de 1994, no Governo de Alceu Collares (1991-1994); atualmente, o estado conta com 28 COREDES, que são instâncias que reúnem representantes da sociedade civil, organizando a participação junto ao processo de planejamento governamental e promovendo debates acerca do desenvolvimento das regiões.

As definições de região dependem sempre da opção teórica adotada e do recorte proposto, neste estudo optamos por observar o modelo de COREDES, especialmente no recorte regional – COREDE Missões.

Tal estudo não é novo no cenário acadêmico, social ou científico, mas exige constante revisão de literatura e a análise sob novos aspectos ou aprofundamentos, visto que a sociedade é dinâmica e como tal os movimentos e atores sociais também o são. Dito isso, justifica-se a necessidade constante de ampliação e renovação do debate, buscando a efetivação de políticas públicas adequadas e a ampliação do arcabouço científico na área social.

Na caracterização dos aspectos metodológicos, trata-se de uma pesquisa com enfoque qualitativo, de natureza bibliográfica e caráter exploratório. A estruturação do artigo foi pensada para alcançar ao leitor um breve detalhamento sobre o COREDE Missões, após, optou-se por discorrer acerca das teorias de desenvolvimento acentuadas pelo papel dos atores sociais, especialmente aquela que leva em consideração o capital social e a da governança territorial. Por fim, apontando desafios e alternativas para os avanços necessários à gestão descentralizada político e administrativamente, foram elaboradas as considerações finais.

Conselho Regional de Desenvolvimento Corede Missões

O estado do Rio Grande do Sul instituiu legalmente, através da Lei 10.283 de 17 de outubro de 1994, os Conselhos Regionais de Desenvolvimento – COREDES, que foram regulamentados pelo Decreto nº 35.764, de 28 de dezembro de 1994. Na prática os COREDES já se existiam desde meados de 1991. São fóruns de discussão para a promoção de políticas e ações que visam o desenvolvimento regional.

Conforme dito, atualmente existem 28 COREDES, cuja delimitação territorial observou critérios de homogeneidade:

“Tais regiões foram definidas com base em critérios de homogeneidade econômica, ambiental e social e na adequação das variáveis correspondentes para identificação das polarizações, ou seja, do emprego, das viagens por tipo de transporte, da rede urbana, da saúde e da educação superior, que refletem espacialmente as dinâmicas das redes de transporte, de empreendedorismo, de polarização por universidades e de centros de pesquisa, entre outras.” (Schröder; Finamore, 2012, p. 168).

O COREDE Missões integra a Região Funcional 7²¹. É composto por vinte e cinco municípios: Bossoroca, Caibaté, Cerro Largo, Dezesseis de Novembro, Entre-Ijuís, Eugênio de Castro, Garruchos, Giruá, Guarani das Missões, Mato Queimado, Pirapó, Porto Xavier, Rolador, Roque Gonzales, Salvador das Missões, Santo Ângelo, Santo Antônio das Missões, São Luiz Gonzaga, São Miguel das Missões, São Nicolau, São Paulo das Missões, São Pedro do Butiá, Sete de Setembro, Ubiretama e Vitória das Missões.

O funcionamento ocorre por meio da discussão e deliberação em reuniões plenárias, realizadas em caráter ordinário ou extraordinário, sobre temas de interesse regional. Tem como atribuições legais, especialmente, a promoção da participação de todos os segmentos da sociedade regional no diagnóstico das necessidades, formulação de planejamento estratégico, visando o desenvolvimento das potencialidades regionais e o implemento de políticas públicas. Além de manter um espaço permanente de participação democrática, resgatando a cidadania por meio da ação política.

Para alebrandt, et all, os COREDES tem um papel fundamental na articulação entre os atores sociais e os governos para a construção de políticas públicas:

“Assim, instaurar mecanismos regionais que propiciem a participação da sociedade, alicerçados em paradigmas sociais e econômicos, promovem a integração e a inter-relação entre os atores sociais e os governos, seja municipal, estadual ou federal, criando assim formas expressivas e hegemônicas na construção das políticas públicas.” (2019, p. 05).

Além disso, os COREDES definem objetivos estratégicos para as respectivas regiões, seus indicadores, metas e ações estratégicas foram alinhados com os resultados do estudo Rumos 2015²². (SCHRÖEDER; FINAMORE, 2012).

O planejamento estratégico elaborado pelo COREDE Missões, além de fazer uma caracterização e diagnóstico regional, estabeleceu quatro eixos: fortalezas, oportunidades, fraquezas e ameaças, para a definição das prioridades. Não se almeja aqui delinear sobre os pontos específicos de tal planejamento, mas por adesão a temática, cita-se o “Projeto Estruturante Institucional 03” o qual definiu o “aumento da participação pela articulação de projetos institucionais na região”, como sendo o único a tratar do fomento a participação social, o que claramente inclui todos os atores sociais, sejam institucionais, de gestão, cidadãos, empresas, etc., na concretização das metas entabuladas.

Não foi vislumbrado ao longo desta edição do planejamento estratégico regional um enfoque na questão dos atores sociais, da participação cívica ou da implementação de novas instâncias decisórias, bem como do fortalecimento da descentralização político administrativa, para níveis regionais e locais. Contudo, o fundamento existencial do próprio COREDE traduz tudo isso, o que leva a crer que apenas não foi escrito de forma expressa no texto, mas na prática são os atores sociais e a participação da comunidade que viabilizam a existência do planejamento regional e suas nuances.

²¹ As Regiões Funcionais de Planejamento foram propostas pelo Estudo de Desenvolvimento Regional e Logística do RS – Rumos 2015, contratado em 2003 pela então Secretaria da Coordenação e Planejamento, a partir do agrupamento de COREDEs, como uma escala mais agregada que possibilita o tratamento de temas de interesse regional. A regionalização, juntamente com a dos COREDEs, passou a ser utilizada para o planejamento das ações governamentais, no Orçamento do Estado e no Plano Plurianual.

²² Estudo de Desenvolvimento Regional e Logística do RS, contratado durante o governo de Germano Rigotto – 2003-2006, através da Secretaria da Coordenação e Planejamento do Estado do Rio Grande do Sul

Além disso, o planejamento estratégico, elaborado pelos COREDES de forma geral, demonstra que as desigualdades regionais ainda estão acentuadas e que a ideia de uma sociedade com desenvolvimento hegemônico ainda precisa de avanços nas políticas públicas para ser concretizada. Verifica-se também que as ações locais e regionais têm produzido efeito, mas tem se mostrado insuficientes quando não articuladas com políticas e movimentos mais gerais ou até globais e é nesse contexto que se inserem as teorias de desenvolvimento acentuadas pelo papel dos atores sociais, visto que, em suma, aderem a ideia de articulação em rede.

Teorias de desenvolvimento acentuadas pelo papel dos atores sociais

Capital social

Foi na teoria social clássica, do século XIX, que surgiu o que o hoje chamamos de capital social. Autores como Tocqueville, Stuart Mill, Durkheim, Simmel e Kornhauser destacaram a importância da sociedade civil na estruturação social (SANTOS; RISTOW; LAGO, 2019).

Existem diversas conceituações para “capital social”, contudo neste estudo, optamos por seguir a definição de Putnam (2006), o qual afirma, em síntese, que capital social traduz a atuação em rede ou organização social, que permite a ação e a cooperação para benefício coletivo. Foi esse autor que difundiu tal conceito, através das obras: *Making Democracy Work: Civic Traditions in Modern Italy* (publicado em 1993) e *Comunidade e Democracia: a experiência da Itália moderna* (publicado em 1996).

Em seus ensinamentos, Putnam (2006) valora as redes de relacionamentos como orientadoras para o estabelecimento de um ambiente de cooperação e trabalho voluntário, visando regras de reciprocidade e um efetivo sistema de participação cívica.

Ele sustenta que o indivíduo deve pautar seus interesses de acordo com os interesses gerais da comunidade na qual está inserido, sem, contudo, entender que o indivíduo deva ser exclusivamente altruísta. Vejamos:

“Os cidadãos da comunidade cívica não têm que ser altruístas. Mas na comunidade cívica os cidadãos buscam o que Tocqueville chamava de "interesse próprio corretamente entendido", isto é, o interesse, próprio definido no contexto das necessidades públicas gerais, o interesse próprio que é "esclarecido" e não "miope", o interesse próprio que é sensível aos interesses dos outros.” (PUTNAM, 2006, p. 102).

No mesmo sentido, esclarece que a confiabilidade entre os membros de uma sociedade é fator de importância para a construção de uma comunidade cívica, o que não significa que não existam divergências, pelo contrário, o debate permeia a tomada de decisões, com tolerância aos que pensam de forma diversa:

“Em muitos aspectos, os cidadãos de uma comunidade cívica são mais do que meramente atuantes, imbuídos de espírito público e iguais. Os cidadãos virtuosos são prestativos, respeitosos e confiantes uns com os outros, mesmo quando divergem em relação a assuntos importantes. A comunidade cívica não está livre de conflitos, pois seus cidadãos têm opiniões firmes sobre as questões públicas, mas são tolerantes com seus oponentes” (PUTNAM, 2006, p. 102).

Portanto, sob esse viés, o capital social constitui-se em estratégia para o desenvolvimento, especialmente no que tange a participação cívica, o associativismo, a cooperação e articulação da sociedade civil para a tomada das decisões político administrativas. Para isso, necessário o fortalecimento de políticas públicas que promovam a participação social, considerando, sempre as peculiaridades locais ou regionais, o que está totalmente alinhado com o formato de COREDES.

Governança territorial

A descentralização político administrativa do Estado, com progressiva distribuição de poderes e responsabilidades para municipalidades e regiões, tem impacto direto no surgimento de atores sociais, articulados em redes de interdependência, não pertencentes necessariamente às esferas de governo.

A partir disso, começam a surgir debates acerca do termo governança, tem-se que o termo se origina de análises sobre o mundo das empresas. Ronald Coase, em 1937, publicou um artigo intitulado *The Nature of the Firm*, que não desencadeou grandes debates, mas foi retomado nos anos 70 por Oliver Williamson; a partir de então se utilizou o termo governança para designar “os dispositivos operacionalizados pela firma para conduzir coordenações eficazes”, ou seja, os procedimentos internos de uma empresa. Só mais tarde o termo foi importado para as organizações e relações de poder (DALLABRIDA; BECKER, 2003).

No mesmo sentido:

O termo governança aparece com bastante força a partir da década de 1970, dentro de um duplo debate: por um lado, associado ao jargão administrativo das boas formas de governar os negócios, com eficiência e transparência; e, por outro, ligado a ideia de partilhar e dividir poderes na gestão pública das regiões, coligando prefeituras, associações empresariais, sindicatos e entidades civis. (PIRES, et al, 2011, p.02).

A governança entra em cena, mas a sua abordagem relacionada ao desenvolvimento é recente, na década de 1980, que o conceito se alastrou para avaliar a capacidade do estado para integrar e liderar o conjunto da sociedade. Já na década de 1990, passou a ser focalizada tanto na capacidade do estado quanto da iniciativa privada e da sociedade civil como atores do desenvolvimento.

Segundo Dallabrida (2003), relatando a experiência dos COREDES no Estado do Rio Grande do Sul, o termo governança territorial reflete as iniciativas ou ações que demonstram a capacidade de uma sociedade organizada territorialmente para gerir os assuntos públicos com a participação dos atores sociais, econômicos e institucionais.

Pires, et al, afirma “Nesse sentido, poderíamos resumir que estruturas como os COREDES são novas fontes de gestão e de governança territorial.” (2011, p. 06). Os mesmos autores ainda trazem outros exemplos de governança territorial no Brasil, assinalando os COREDES como projeto inovador do Estado do Rio Grande do Sul e na sequência o surgimento dos demais: “Câmaras Setoriais, os Arranjos Produtivos Locais, os Circuitos Turísticos Intermunicipais, os Consórcios Intermunicipais e os Comitês de Bacias Hidrográficas” (PIRES et all, 2011 p .08).

Assim, conclui-se que da governança territorial emergem os preceitos do desenvolvimento democrático e descentralizado, com autonomia para articular os interesses do Estado, da sociedade civil e do mercado econômico para “alavancar as potencialidades e reduzir as disparidades regionais e de renda da população e que gere igualdade de oportunidades e benefícios para a maior parte dos cidadãos e das comunidades locais e regionais.” (PIRES et all, 2011, p.17)

Considerações finais

No processo de realização esse estudo objetivou analisar a gestão territorial, no âmbito do Conselho Regional de Desenvolvimento (COREDE) Missões, em relação as teorias que acentuam o papel dos atores sociais, na perspectiva da governança participativa.

Diante da abordagem e dos recortes metodológicos propostos, verificou-se que o desenvolvimento é um processo evolutivo e em constante transformação. Os atores sociais, a cultura e a forma de vivência, aliada as realidades e condições, sejam estruturais, econômicas, sociais e ambientais, são elementares para a formulação das necessidades e o estabelecimento de um projeto de futuro para a comunidade regional.

Como visto, o COREDE Missões, assim como os demais, possui por escopo unir todos esses elementos na busca de um planejamento estratégico que tenha como foco principal a melhoria na qualidade de vida das pessoas e o desenvolvimento regional em todos os aspectos citados.

O modelo ora estudado, com enfoque na perspectiva regional, possui diversos desafios, dentre os quais podemos elencar o reconhecimento de que o desenvolvimento regional e local acontece a partir da elaboração consciente de um diagnóstico detalhado sobre as reais demandas da população, amparado na valorização cidadã, ou seja, suportado pela democracia contemporânea e participativa.

Allebrandt, et all, enfatizam:

“Aponta também que a participação da sociedade nas discussões acerca do desenvolvimento é fundamental, pois marca o estado democrático da cidadania, e, discutir o desenvolvimento tendo por base o localismo, centra no sentido de que é na comunidade/sociedade, como sendo o local onde tudo parte, e o local onde tudo chega.” (2019, p. 06).

Assim também definem os autores no texto “Planejamento Territorial e Gestão do Conhecimento na Governança Pública: a Experiência do Mapa Estratégico do Corede Produção”, que, em que pese refira-se a outra região, possui estudo semelhante:

Destarte, para o êxito da implantação de uma agenda estratégica, já não basta desenvolver as capacidades do Estado e de sua administração pública; é imperativo o desenvolvimento de uma nova governança (social e democrática), o que significa o desenvolvimento de capacidades “em rede”, envolvendo o Estado e demais segmentos da sociedade civil organizada (do mercado e do terceiro setor) para: (1) a construção da agenda (assegurando maior legitimidade); (2) a implementação (assegurando maior comprometimento); e o (3) monitoramento (assegurando o efetivo controle social). (Schröder; Finamore, 2012, p. 177).

Com base nestes ensinamentos, o que se conclui é que o COREDE Missões representa uma região até certo ponto bastante integrada, que já possui uma articulação regional, capaz de definir seu diagnóstico situacional, estabelecendo com clareza suas fraquezas e potencialidades, bem como capaz de construir uma agenda indicando as metas e as prioridades eleitas para a região.

Neste momento, o maior desafio está na melhoria da implementação e no monitoramento das ações, visando a consecução das agendas propostas. Ou seja, o que tem se discutido é que a região consegue se compreender enquanto unidade integrada para o desenvolvimento, contudo, ainda não se vislumbram ações efetivas na concretização dos anseios eleitos pela comunidade regional.

Nesse ponto que as teorias de desenvolvimento atreladas aos atores sociais podem ser ainda mais úteis a região, na medida em que estimulam o desenvolvimento de potencialidades humanas, capazes de desencadear uma rede de articulação entre o COREDE Missões e os gestores estaduais e federais. No mesmo sentido, a construção de lideranças que estendam a rede de articulação também dentro da cadeia produtiva regional, visto que, foi possível compreender, através deste estudo, que não existe desenvolvimento se ele não abarcar todas as áreas, sejam sociais, econômicas, ambientais, o que inclui a questão do saneamento, entre outras.

No mesmo sentido PIRES, et al, concluem:

“Portanto, este artigo procurou mostrar que a governança territorial pode se colocar tanto na condição de instrumental teórico de análise de conceitos e modelos de regulação quanto como ferramenta prática para as ações coletivas e formulação de políticas públicas de desenvolvimento local/regional. Regiões que conseguirem mobilizar suas populações, seu capital social e captar os fluxos econômicos locais e globais, certamente terão mais sucesso e dinamismo competitivo, fazendo crescer e desenvolver seu território” (2011, p. 17).

Por todo o exposto, além da adoção da participação social, torna-se fundamental o ingresso do Estado como articulador e apoiar das iniciativas locais e regionais, especialmente no que tange ao financiamento e incentivo técnico-científico, capaz de dar suporte a execução das metas programadas. O fortalecimento de uma política pública voltada para a gestão territorial alicerçada na participação social regional é imprescindível.

Pode se ao final sugerir estudos futuros para nova abordagem ou aprofundamento, visto que, conforme dito, este ensaio consubstancia-se em uma pesquisa exploratória, talvez embrionária, além disso, a sociedade está em constante mutação, com alternância dos atores sociais envolvidos, especialmente os que aderem a categoria política, o que demonstra a necessidade de continuidade dos estudos propostos.

Referências

ALLEBRANDT, Luis Allebrandt; RIBAS, Taciana Angélica Moraes; KRÜGER, Roseli Fistarol; PREDIGER, Reneo Pedro. **Desenvolvimento Regional na Região do COREDE Missões (Rio Grande Do Sul), na Perspectiva dos Agentes Públicos e Atores Sociais**. Desenvolvimento Regional: Processos, Políticas e Transformações Territoriais. Santa Cruz do Sul, 2019. Disponível em: <https://online.unisc.br/acadnet/anais/index.php/sidr/article/view/19388>. Acesso em: 27/06/2023.

ARENHART, Livio Osvaldo *et al.* **Metodologia e epistemologia**: um olhar reflexivo e analítico sobre procedimentos de pesquisa. Cruz Alta: Ilustração, 2021.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988, disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em 09/04/2023.

DALLABRIDA, Valdir Roque; Becker, Dinizar Ferminiano. **Governança Territorial um primeiro passo na construção de uma proposta teórico-metodológica**. Editora Unijuí, 2003. Ano 1, n. 2, p. 73-97. Disponível em: <https://www.revistas.unijui.edu.br/index.php/desenvolvimentoemquestao/article/view/80> Acesso em: 07/07/2023.

DALLABRIDA, Valdir Roque; Becker, Dinizar Ferminiano. Dinâmica territorial do desenvolvimento. In BECKER, D. F.; WITTMANN, M. L. **Desenvolvimento Regional: abordagens interdisciplinares**. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2003. Acesso em <https://periodicos.uff.br/geographia/article/view/13679>. Acesso em 01/07/2023.

DALLABRIDA, Valdir Roque. Governança territorial e desenvolvimento: introdução ao tema. DALLABRIDA, Valdir Roque (Org.). **Governança territorial e desenvolvimento**. Rio de Janeiro: Garamond Universitária, 2011. p. 15-38. Disponível em: [file:///C:/Users/Usu%C3%A1rio/Downloads/80-Texto%20do%20artigo-269-1-10-20111013%20\(3\).pdf](file:///C:/Users/Usu%C3%A1rio/Downloads/80-Texto%20do%20artigo-269-1-10-20111013%20(3).pdf). Acesso em 01/07/2023.

FURTADO, Celso. **Introdução ao Desenvolvimento: Enfoque histórico-estrutural**. São Paulo: Paz e Terra. 3ª ed. 2000. Disponível em: <https://edisciplinas.usp.br/mod/resource/view.php?id=2418334&forceview=1> Acesso em: 10/07/2023.

PIRES, Elson L.S.; FUIN, Lucas Labigalini; MANCINI, Rodrigo Furgieri; NETO, Danilo Piccoli. A GOVERNANÇA TERRITORIAL NO BRASIL: Conceitos e Modalidades. Anais do I Circuito de Debates Acadêmicos. IPEA. Code 2011. Disponível em <chrome-extension://efaidnbmnnnibpcajpcglclefindmkaj/https://www.ipea.gov.br/code2011/chamada2011/pdf/area7/area7-artigo10.pdf>. Acesso em 06/07/2023.

PUTNAM, R. D. **Comunidade e democracia: a experiência da Itália Moderna**. 5ª ed. Rio de Janeiro: Editora FGV. 2006.

RIO GRANDE DO SUL. **Decreto nº 35.764, de 28 de dezembro de 1994**. Regulamenta a Lei nº 10.283, de 17 de outubro de 1994, que criou os Conselhos Regionais de Desenvolvimento - CRDs. Porto Alegre: Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul, 1994.

RIO GRANDE DO SUL. **Lei 10.283 de 17 de outubro de 1994**. Dispõe sobre a criação, estruturação e funcionamento dos Conselhos Regionais de Desenvolvimento e dá outras providências. Porto Alegre: Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul, 1994.

SANTOS, Micheli dos; RISTOW, Letiane Peccin; LAGO, Ivann Carlos. Capital social e cultura política e sua relação com o desenvolvimento local ROLTA, E.etal. Conhecimento em rede: desenvolvimento, cooperação e integração regional em território de fronteira. Rede CIDIR: 10anos. Chapecó, SC: UFFS, 2019. p.126-140. Disponível em: <https://www.uffs.edu.br/campi/cerro-largo/repositorio-ccl/anais-viii-simposio-iberoamericano-de-cooperacao-para-o-desenvolvimento-e-a-integracao-regional/capital-social-e-cultura-politica-e-sua-relacao-com-o-desenvolvimento-local>. Acesso em: 10/07/2023.

SCHRÖEDER, Eduardo Belisário; FINAMORE, Christine da Silva. **Planejamento Territorial e Gestão do Conhecimento na Governança Pública: a Experiência do Mapa Estratégico do Corede Produção**. REDES, v. 17, n. 1, p. 164 – 181, Santa Cruz do Sul, 2012. Disponível em: <https://online.unisc.br/seer/index.php/redes/article/view/2665> Acesso em 04/07/2023.

Enviado em 31/08/2023

Avaliado em 15/10/2023

RELATO DE EXPERIÊNCIA NA PROMOÇÃO DA INOVAÇÃO E DO EMPREENDEDORISMO: O CASO DO PROJETO *ENTREPRENEUR ONLINE*²³

Louise de Lira Roedel Botelho²⁴

Paula Vogt²⁵

Jaíne Cristiane Wentroba²⁶

Marcelo Macedo²⁷

Resumo

Este trabalho é um relato de experiência com o objetivo de apresentar os resultados da implantação da curricularização no curso de Administração da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS) no campus Cerro Largo/RS e a formação de uma cultura empreendedora inovadora nos alunos. Assim, apresenta-se o projeto de extensão *Entrepreneur Online*, o qual promove ensino e aprendizagem utilizando a lógica do ensino remoto. Ele visa debater temas voltados ao empreendedorismo inovador, trazendo estudos de caso e boas práticas gerenciais em *habitats* de inovação. Este projeto possibilitou aos alunos novos olhares sobre o tema do empreendedorismo inovador.

Palavras-chave: Diretrizes curriculares; Curricularização; Empreendedorismo inovador; Administração; Extensão.

Abstract

This work is an experience report with the objective of presenting the results of the implementation of the curriculum in the Administration course of the Federal University of FronteiraSul (UFFS) on the Cerro Largo/RS campus and the formation of an entrepreneurial culture in the students. Thus, the Entrepreneur Online extension project is presented, which promotes teaching and learning using the logic of remote teaching. It aims to discuss topics related to innovative entrepreneurship, bringing case studies and good management practices in innovation habitats. This project provided students with new perspectives on the subject of innovative entrepreneurship.

Keywords: Curricular guidelines; Curriculum; Innovative entrepreneurship; Administration; Extension.

Introdução

O cenário do ensino superior no Brasil apresenta mudanças nos últimos anos, pois as universidades passaram a investir cada vez mais no incentivo à formação empreendedora de seus alunos, sendo fundamental para a inovação e o desenvolvimento tecnológico do país. Desta forma, as universidades e muitos cursos de graduação passam a se destacar na preocupação com a formação acadêmica da educação ao preparar o aluno para o mercado de trabalho (SEBRAE, 2017).

²³Uma versão parcial (resumo) deste trabalho foi apresentada no 12ª Semana Internacional de Engenharia e Economia FAHOR e publicado nos anais do mesmo.

²⁴ Pós-Doutora em Engenharia e Gestão do Conhecimento pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Prof.^a Titular do Mestrado em Desenvolvimento e Políticas Públicas, Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), campus Cerro Largo/RS. Prof.^a Colaboradora do Programa Pós-Graduação em Engenharia e Gestão do Conhecimento (UFSC).

²⁵ Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Políticas Públicas (PPGDPP) da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), Campus Cerro Largo/RS. Graduada em Administração pela mesma instituição.

²⁶ Mestre em Desenvolvimento e Políticas Públicas (PPGDPP) pela Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), Campus Cerro Largo/RS. Graduada em Ciências Biológicas pela mesma instituição.

²⁷ Doutor em Engenharia e Gestão do Conhecimento pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Prof.^a Titular do Programa de Pós-Graduação em Engenharia e Gestão do Conhecimento (UFSC).

Um dos pontos de destaque que envolvem os cursos de graduação e que tornou-se uma constante no âmbito nacional foi a inserção do empreendedorismo em disciplinas e também nos Projetos Políticos Pedagógicos (PPCs). Um dos cursos de graduação que primeiro destacou a relevância da inserção desta temática na formação profissional dos alunos e egressos foram os cursos de Administração, repercutindo no Brasil o que já vinha sendo feito em outros lugares do mundo, a exemplo dos Estados Unidos.

Ter o empreendedorismo como grade curricular no curso de administração é um desafio para as universidades, no entanto os cursos de administração inseridos nas instituições são de suma importância na preparação dos jovens com características para o empreendedorismo ou que pretendem ser futuros empreendedores (SILVA *et al.*, 2021).

Tem-se uma crença em dizer que o empreendedor já nasce com o espírito de empreender e de inovar. Porém para Dornelas (2016), o empreendedorismo pode ser ensinado e entendido por qualquer pessoa e que o sucesso pode decorrer de vários fatores para se ter um perfil empreendedor. Autores dos estudos organizacionais argumentam que para que as universidades se desenvolvam é necessário potencializar e inspirar o empreendedorismo, a fim de gerar desenvolvimento econômico e social na comunidade, e exercer seu potencial inovador e criativo.

Com a Resolução nº 5, de 14 de outubro de 2021, houveram alterações e sugestões para os cursos de Administração pautadas nas novas Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs). Nelas estabeleceu-se a recomendação de incentivar atividades que desenvolvam a cultura empreendedora, sendo de fundamental a presença de incubadoras nas universidades, bem como projetos de extensão, projetos interdisciplinares e transdisciplinares, participação em empresas juniores, visitas técnicas, trabalhos em equipe, desenvolvimento de protótipos, e outras atividades que desenvolvam o empreendedorismo e inovação.

Com isso, as universidades devem proporcionar aos alunos uma formação que possibilite o desenvolvimento de suas capacidades, habilidades e competências a fim de prepará-los para o desempenho de suas profissões, trazendo e inserido experiências e vivências para os alunos, sejam elas atreladas às disciplinas ministradas, projetos interdisciplinares ou projetos de extensão.

Nesse sentido, o presente trabalho é um relato de experiência realizado na Universidade Federal da Fronteira Sul - *Campus* Cerro Largo, no curso de Administração. Neste relato busca-se apresentar os resultados da implantação da curricularização no curso de Administração desta universidade, além de tratar sobre a relevância da formação de uma cultura empreendedora inovadora nos alunos, atendendo de desta forma a Resolução nº 5, de 14 de outubro de 2021.

Assim, tendo como base o fomento à cultura empreendedora, será apresentado o projeto de extensão *Entrepreneur Online*, o qual promove ensino e aprendizagem utilizando a lógica do ensino remoto, e buscando debater temas voltados ao empreendedorismo inovador. O foco deste projeto está na ideia de trazer para a academia estudos de caso e de boas práticas gerenciais em *habitats* de inovação. Sendo assim, o presente texto, aponta os resultados alcançados pelo projeto extensionista.

A importância do empreendedorismo para os alunos de graduação

Há uma discussão de que o empreendedorismo é como um mecanismo para o crescimento econômico e para possíveis soluções para os problemas sociais, e daquelas pessoas que buscam empreender e transformar seus sonhos em realidade (PUERARI, 2017). Mas o que seria o empreendedorismo? O nome "empreendedorismo vem da palavra '*entrepreneur*' que significa aquele que assume riscos e começa algo novo, tendo sua origem em 1725" (VIEGAS, 2020, p. 13).

Desta forma, o empreendedorismo nasce do processo e criação de algo novo, com valor para a sociedade e que gera oportunidades para o desenvolvimento de um país, a educação empreendedora vem para agregar e surge como importante mecanismo para enfrentar os desafios da modernidade, onde as discussões sobre este tema estão sendo cada vez mais debatidos nas agendas de políticos e acadêmicos (NUNES; MELLO, 2018).

As instituições de ensino têm um papel fundamental na formação de novos empreendedores, onde tendem a aprimorar, moldar e despertar o espírito empreendedor, para que o acadêmico possa de melhor forma ter um negócio de sucesso (TELLES; BRIGHENTI, 2017). A implantação do empreendedorismo no currículo da graduação do curso de Administração mostra a importância na formação dos alunos, adotando a inovação e novas tecnologias nas metodologias de aprendizado, pois o objetivo é fortalecer as aptidões básicas para o empreendedor, preparando os alunos de graduação para exercerem funções dentro ou fora de organizações (OLIVEIRA, 2018).

Portanto, é essencial a utilização de metodologias inovadoras que trabalham a resolução de problemas com abordagens participativas, onde os alunos são estimulados a resolver problemas assim como a desenvolver sua criatividade, inserindo o aluno em atividades acadêmicas, pesquisas de extensão e projetos afins (MACHADO, 2017). Além de palestras, que têm a oportunidade de mostrar aos alunos o que de novo está acontecendo, as experiências e os conhecimentos de outras pessoas (CUNHA, 2009).

A importância de se ter um embasamento sobre o empreendedorismo desde a graduação, mostra como a realidade é, e o que o aluno vai enfrentar ao empreender, por isso a importância da educação empreendedora, o aluno se torna protagonista da sua evolução e do seu desenvolvimento humano (DORNELAS, 2016).

É por meio do componente curricular tratado sobre empreendedorismo que os alunos são estimulados a ter persistência, comprometimento e autoconfiança, além de ser considerada a melhor forma de elevar a qualidade do ensino universitário. Para Vegano e Francisco (2017), quando os alunos da graduação são incentivados ao empreendedorismo, podem cultivar ambientes ricos em diversidade de experiências, mas parte do professor ajuda o aluno a desenvolver o espírito empreendedor, proativo e sua autonomia.

O papel da extensão na graduação

A Política Nacional de Extensão Universitária teve como nortear o Plano Nacional de Extensão Universitária, publicado em 1999, cujo um dos objetivos é contribuir para que a Extensão Universitária seja parte da resolução dos principais problemas sociais, além de possibilitar novas formas de produção, inovação e disponibilização de conhecimentos, os quais possibilitarão a transformação da educação no país (FORPROEX, 2012). A partir daí começou a discussão e a preocupação de como avançar com planos políticos pedagógicos para a construção de uma universidade voltada para as necessidades da maioria da população brasileira.

A extensão na graduação, apareceu no Plano Nacional de Educação (PNE) em 2001-2010, em sua meta 23, instituindo a implantação do “Programa de Desenvolvimento da Extensão Universitária em todas as Instituições Federais de Ensino Superior no quadriênio 2001-2004 e assegurar que, no mínimo, 10% do total de créditos exigidos para a graduação no ensino superior no País será reservado para a atuação dos alunos em ações extensionistas”. E a mesma Política continua sendo obrigatória no Plano Nacional de Educação de 2014-2024, em sua meta 12, com a seguinte preceito: “assegurar, no mínimo, 10% (dez por cento) do total de créditos curriculares exigidos para a graduação em programas e projetos de extensão universitária, orientando sua ação, prioritariamente, para áreas de grande pertinência social” (BRASIL, 2015).

Atividades de extensão e extracurriculares, que ocorrem dentro e fora da sala de aula podem enriquecer a formação empreendedora, proporcionando ao estudante o conhecimento da realidade profissional e despertando a consciência e o compromisso social, entre outros benefícios, sendo que o tripé das universidades brasileiras hoje é o ensino, pesquisa e extensão, influenciados pela inovação e empreendedorismo (CORRÊA, 2021).

Quando os alunos da graduação fazem parte de projetos de extensão na universidade, eles conseguem colocar em prática o conhecimento adquirido durante seu envolvimento no processo e desenvolver competências técnicas explorando temas e conceitos vinculados à sua área de formação (UNIFOA, 2019). A extensão possibilita a formação profissional e especialmente em função da transformação mútua que ele trará para a sociedade, oportunizando um espaço de dialógica e reflexões, conferindo ao aluno autonomia para agir, planejar, realizar tarefas e avaliar projetos, palestras ou qualquer envolvimento que esteja participando dentro da universidade, a busca por conhecimentos interdisciplinares é capaz de transformar a realidade de um aluno de graduação (RESENDE, *et al.*, 2019).

Para Lins *et al.* (2016) o processo de implantação da extensão no curso de Administração, tem o objetivo de o aluno adquirir princípios e experiências de crescimento pessoal e proporcionar condições e possibilidades de identificar e refletir sobre o papel que ele está tendo no meio social.

Metodologia

Este trabalho é um estudo descritivo, de natureza qualitativa, na modalidade de relato de experiência, no qual foi apresentado as ações de extensão promovidas pelo Projeto “*Entrepreneur Online*”, vinculado à disciplina de Teorias da Administração II, do curso de Administração da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), campus Cerro Largo. A disciplina possui carga horária de 75h, divididas em 60h de ensino e 15h de extensão, sendo um dos seus objetivos conhecer os processos de gestão dentro das teorias trabalhadas no componente curricular. Nesse sentido, o projeto *Entrepreneur Online* surgiu com o intuito de implementar a curricularização da extensão na universidade, e possui o objetivo de promover ensino e aprendizagem utilizando a lógica do ensino remoto, onde busca-se debater temas voltados ao empreendedorismo inovador, trazendo estudos de caso e boas práticas gerenciais em *habitats* de inovação, disseminando assim a cultura empreendedora e inovadora na gestão empresarial e universitária.

Todas as atividades extensionistas relacionadas no projeto foram realizadas no formato *online*, como forma de possibilitar um maior alcance, tanto por parte dos alunos quanto pela comunidade em geral, facilitando a troca de conhecimentos e possibilitando a discussão necessária sobre as temáticas.

Análise dos resultados

O projeto *Entrepreneur Online*, objeto de estudo deste trabalho, é um projeto de extensão institucionalizado na Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), campus Cerro Largo, e faz parte do Programa de extensão “INOVARÉ Gestão Empresarial e Universitária”. Esse projeto é uma atividade de curricularização da extensão na disciplina de Teorias da Administração II, no curso de Administração da UFFS, o qual promove ensino e aprendizagem utilizando a lógica do ensino remoto e visa debater temas voltados ao empreendedorismo inovador, trazendo estudos de caso e boas práticas gerenciais em *habitats* de inovação.

Após a sua institucionalização já foram realizadas duas séries de *webinários*, cada série composta por três *webinários*, com carga horária de 2h cada, mais atividades extensionistas, totalizando 15h, e sobre diversas temáticas. A primeira série de *webinários*, realizada no ano de 2021, focou no tema “inovação”, sendo que o primeiro *webinário* desta série teve o objetivo de discutir o uso da tecnologia na pandemia da covid-19; o segundo apresentou casos de inovação e empreendedorismo dentro das universidades; e o terceiro teve o objetivo de discutir sobre as redes colaborativas.

A segunda série de *webinários*, realizada no ano de 2022, teve como temática “experiências empreendedoras de ensino e pesquisa”, trazendo em seus três *webinários* experiências de grande importância para a discussão. O primeiro deles teve como objetivo apresentar a missão Lisboa e Dubai, retratando assuntos pertinentes sobre cultura, tecnologia e inovação; o segundo trouxe a experiência da educação empreendedora e o desenvolvimento de negócios; e o terceiro teve o intuito de apresentar o conceito de território educativo e a sua centralidade no desenvolvimento das cidades.

Já a terceira série de *webinários*, realizada no ano de 2023, teve como temática “Tendências na Gestão Contemporânea”. O primeiro *webinário* desta série demonstrou formas de investir com mínimo de risco na bolsa de valores; o segundo, apresentou a desconsideração da personalidade jurídica como um benefício para o empresário honesto; e o terceiro teve o objetivo de destacar sobre *marketing*, abordando sobre um novo consumidor, da expectativa à experiência digital.

Um resumo dessas informações é apresentado no Quadro 1, como forma de evidenciar e esclarecer a proposta do projeto.

Quadro 1: Resumo da organização dos *webinários*

Série	Temática da série	Webinário	Tema do webinário
1ª série	Inovação	Webinário 1	O uso da tecnologia na pandemia
		Webinário 2	Inovação e empreendedorismo na universidade
		Webinário 3	Redes colaborativas
2ª série	Experiências empreendedoras de ensino e pesquisa	Webinário 1	Missão Lisboa e Dubai: Cultura, Tecnologia e Inovação
		Webinário 2	Educação Empreendedora e Desenvolvimento de negócios
		Webinário 3	O conceito de território educativo e sua centralidade no desenvolvimento das cidades
3ª série	Tendências na Gestão Contemporânea	Webinário 1	Bolsa de Valores: como começar a investir com o mínimo de risco
		Webinário 2	Desconsideração da personalidade jurídica: um benefício para o empresário honesto
		Webinário 3	O novo consumidor: da expectativa à experiência digital

Fonte: Elaborado pelos autores, 2023.

Todas as temáticas abordadas durante os *webinários* surgem da integração dos alunos da disciplina de Teorias da Administração II com a extensão. Os alunos são responsáveis pela organização interna dos *webinários* junto à coordenadora e professora em sala de aula, sendo instigados a pensar possíveis assuntos pertinentes, relacionar potenciais palestrantes que discutam sobre o tema, criar os materiais de convite e divulgação para os *webinários*, auxiliar na divulgação dos eventos, além de participarem dos *webinários* como ouvintes, interagindo com os palestrantes e sanando eventuais dúvidas. Dessa forma, os alunos tiveram uma experiência única, podendo participar de todo o processo extensionista e adquirindo novos conhecimentos práticos. Além disso, os *webinários* foram ofertados para a comunidade em geral, ampliando a possibilidade de discussões e novos saberes provenientes de diferentes atores.

As três séries de *webinários* contaram com mais de 1.700 visualizações, sendo que as pessoas presentes tiveram a oportunidade de avaliar o evento através de um formulário online disponibilizado ao final do *webinário*. A maior parte dos participantes avaliou os *webinários* de forma positiva, destacando que os *webinários* cumpriram com a expectativa e possibilitaram a obtenção de novos aprendizados e conhecimentos. A maioria dos participantes também demonstraram-se muito satisfeitos com a realização do evento como um todo.

Salienta-se que o projeto *Entrepreneur Online* ainda está em andamento e já conta com a organização da 4ª série de *webinários*. Esta organização também está sendo realizada pela coordenação do projeto em conjunto com os alunos da disciplina de Teorias da Administração II, os quais serão novamente responsáveis pela organização interna do evento.

Conclusão

Este artigo apresentou o relato de experiência na integração da disciplina de Teorias da Administração II com o projeto extensionista *Entrepreneur Online*, para os alunos do curso de Administração da UFFS, campus Cerro Largo. Acredita-se que essa integração entre ensino e extensão possibilitou aos alunos a construção de novos conhecimentos, trazendo uma discussão sobre a realidade prática das organizações em contraponto às teorias aprendidas em sala de aula. Verificou-se com isso o aumento do interesse dos acadêmicos na área do empreendedorismo inovador, pois, para os mesmos, as atividades extensionistas contribuíram para um maior entendimento sobre a realidade do mercado empresarial e de trabalho.

Salienta-se que o projeto tratado neste estudo iniciou no ano de 2021, realizando *webinários* com palestrantes de renome em suas áreas de atuação. Assim, os alunos da disciplina de Teoria da Administração II, participam como organizadores internos dos *webinários*, ouvintes e interagindo com os palestrantes. Além dos alunos, os *webinários* foram abertos à comunidade e veiculados por plataformas digitais. Este projeto possibilitou aos alunos novos olhares sobre o tema do empreendedorismo inovador.

Por fim, considera-se que é possível e relevante abordar tais temáticas no currículo do curso de graduação em Administração por meio de atividades extensionistas integradas, contribuindo dessa forma para a formação de competências essenciais para os futuros egressos.

Referências

- BRASIL. **Plano Nacional de Educação PNE 2014-2024**: Linha de Base. – Brasília, DF: INEP, p. 404, 2015.
- CUNHA, Robson Moreira et al. As vantagens do aprendizado do empreendedorismo: um estudo desde o ensino de base até o superior. **Revista Pensamento Contemporâneo em Administração**. Rio de Janeiro, v.3, n. 3, 2009.

- CORRÊA, Juliana de Souza. **Quais os benefícios das universidades empreendedoras?** 2021. Disponível em: <https://via.ufsc.br/quais-os-beneficios-das-universidades-empreendedoras/>. Acesso em: 23 ago. 2022.
- DORNELAS José Carlos Assis. **Empreendedorismo: transformando ideias em negócios**. 6. ed. – Rio de Janeiro: Atlas, 2016.
- FORPROEX. Fórum Nacional de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras. **Política Nacional de Extensão**. Manaus: FORPROEX. 2012.
- MACHADO, Ana Cláudia Azevedo et al. O ensino do Empreendedorismo em cursos de graduação: Panoramas das Práticas dos cursos de ciências sociais aplicadas. **Revista Alcance**, [S.], v. 24, n. 4, p. 1-18, 2017.
- NUNES, Luciano de Los Santos; MELLO, Mario Fernando. A importância da educação empreendedora para a cultura e formação de novos empreendedores. **Saber Humano**, [S.], v. 8, n. 13, p. 152-173, dez. 2018.
- OLIVEIRA, Luciane De. Aprendendo a Empreender: Paralelo do perfil Empreendedor entre anos do 3º ano do Ensino Médio. In: I Simpósio Latino-Americano de Estudos de Desenvolvimento Regional, Ijuí. **Anais [...]**. Ijuí: Unijuí, 2018.
- PUERARI, Silvan Carlos et al. A abordagem do empreendedorismo nos cursos de Graduação das regiões Planalto e Norte do estado do Rio Grande do Sul. **Perspectiva**, Erechim (RS), v. 41, n. 154, p. 53-64, 2017.
- RESENDE, Carolina Costa; TEIXEIRA, Anna Gabriela; SOUZA, Marina Moreira de. Extensão universitária. **Revista Científica Faculdade Unimed**, [S.L.], v. 1, n. 1, p. 57-72, 2019.
- REZENDE, Raquel. **Cultura empreendedora deve começar nas salas de aula**. 2014. Disponível em: <https://empreendedor.com.br/noticia/cultura-empreendedora-deve-comecar-nas-salas-de-aula/>. Acesso em: 19 ago. 2022.
- SILVA, Carla Patrícia de Sousa et al. Educação Empreendedora no Ensino Superior: Uma análise sob a perspectiva dos estudantes de administração. **Revista Pensamento Contemporâneo em Administração**, [S.], v. 15, n. 4, p. 82-100, 2021.
- SEBRAE. **O empreendedorismo nas universidades brasileiras**. 2017. Disponível em: <https://www.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/artigos/o-empreendedorismo-nas-universidades-brasileiras,6ad3352450608510VgnVCM1000004c00210aRCRD>. Acesso em: 15 ago. 2022.
- TELLES, Vanessa; BRIGHENTI, Josiane. Empreendedorismo: Um estudo no curso de Administração de duas IES do Oeste de Santa Catarina. **Revista Tecnológica**, [S.], v. 6, n. 1, p. 119-134, jan. 2017.
- UFES. **O que é a extensão universitária**. 2013. Disponível em: <https://proex.ufes.br/o-que-e-extensao-universitaria>. Acesso em: 23 ago. 2022.
- UNIFOA. **Entenda como a extensão universitária pode ajudar na sua formação**. 2019. Disponível em: <https://blog.unifoa.edu.br/entenda-como-a-extensao-universitaria-pode-ajudar-na-sua-formacao/>. Acesso em: 23 ago. 2022.
- VIEGAS, Ana Ruthe Mota. **O estudo do empreendedorismo nas universidades: uma ferramenta para o desenvolvimento dos futuros profissionais**. 2020. 51 f. Monografia (Especialização) - Curso de Curso de Ciências Contábeis, Centro Universitário Unidade de Ensino Superior Dom Bosco – Undb, São Luís (MA), 2020.
- VEGANO, Yuri; FRANCISCO, Tiago Henrique Almino. A formação empreendedora na Administração: Uma visão de Docentes sobre os principais comportamentos empreendedores em um projeto pedagógico. In: **XVII Colóquio Internacional de Gestão Universitária**. 2017. Mar Del Plata (AR). **Anais [...]**. p.1-13.
- Enviado em 31/08/2023
Avaliado em 15/10/2023

NECROPOLÍTICA BRASILEIRA E AS RELAÇÕES COM O FEMINICÍDIO: ATÉ QUANDO O DESCARTE OCORRERÁ?

Louise de Lira Roedel Botelho²⁸

Fabiano Kapelinski²⁹

Paola Vogt³⁰

Resumo

O objetivo deste trabalho é compreender e discutir as relações entre a necropolítica e o feminicídio no Brasil. Como arcabouço metodológico utilizou-se o paradigma interpretativista, abordagem qualitativa e método descritivo. Os principais pontos abordados foram: patriarcado, as relações de poder e a necropolítica de gênero do Brasil; o Feminicídio no Brasil e as políticas públicas de prevenção ao sistema de violência. Na necropolítica de gênero pode-se visualizar a estrutura e o *modus operandi* de uma sociedade patriarcal e conservadora, persistindo em um grave problema sociocultural existente no Brasil e que resiste ao longo de décadas.

Palavras-chave: Políticas Públicas. Sociedade Conservadora. Mulher. Sociocultural.

Abstract

The objective of this work is to understand and discuss the relationship between necropolitics and femicide in Brazil. As a methodological framework, the interpretivist paradigm, qualitative approach and descriptive method were used. The main points addressed were: patriarchy, power relations and gender necropolitics in Brazil; Femicide in Brazil and public policies to prevent the system of violence. In gender necropolitics, one can visualize the structure and *modus operandi* of a patriarchal and conservative society, persisting in a serious sociocultural problem that exists in Brazil and that resists for decades.

Keywords: Public policy. Conservative Society. Woman. Sociocultural.

Introdução

O aumento dos casos de feminicídio no Brasil é um importante debate a ser feito, não só no âmbito da academia, mas também na política e sociedade. Seus impactos são exponenciais e trazem mazelas das relações socioeconômicas em que o Brasil se encontra.

Com base nas estatísticas das Secretarias Estaduais da Segurança Pública, o trabalho publicado: “Um vírus e duas guerras”, apresentou o monitoramento da violência doméstica e do feminicídio contra a mulher durante a pandemia da COVID-19 no Brasil. Desta forma, tal trabalho buscou conhecer, entre os meses de março a dezembro de 2020, as taxas de feminicídio por estado brasileiro. Como resultado do estudo tem-se que 14 estados apontaram aumento no número de feminicídios. Desta forma, esses 14 estados juntos tiveram um aumento de 20% em comparação com o mesmo período de 2019.

²⁸ Pós-Doutora em Engenharia e Gestão do Conhecimento pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Prof.^a Titular do Mestrado em Desenvolvimento e Políticas Públicas, Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), campus Cerro Largo/RS. Prof.^a Colaboradora do Programa Pós-Graduação em Engenharia e Gestão do Conhecimento (UFSC).

²⁹ Mestre em Desenvolvimento e Políticas Públicas pela Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), *Campus* Cerro Largo/RS. Graduado em Administração pela mesma instituição.

³⁰ Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Políticas Públicas (PPGDPP) da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), Campus Cerro Largo/RS. Graduada em Administração pela mesma instituição.

O monitoramento identificou que nos quadrimestres de 2020 houveram aumentos desse índice de violência contra a mulher em relação a 2019. Segundo tal estudo, o primeiro foi o mais impactante com o aumento dos casos. Nos outros meses, não houve alteração entre os dois anos. Embora, no Brasil, a cada sete horas uma mulher é morta vítima de feminicídio (AMAZÔNIA REAL, 2022).

Com base nessas discussões, as relações de poder existem em todos os contextos, mas até que ponto podemos verificar que as mulheres e seus corpos podem ser vistos como elementos descartáveis em uma sociedade conservadora, patriarcal e tradicional? O Brasil tem avançado em que pontos na discussão sobre a Necropolítica de gênero? Existiria esse avanço? O que as políticas públicas têm debatido sobre isso, e até que ponto as mesmas têm se mostrado efetivas? Até que ponto os estereótipos de gênero influenciam o destino feminino, uma vez que tais estereótipos podem conceber o controle e a gestão de suas vidas?

A verdade é que todas essas questões precisam ser debatidas, não só na academia, mas elas devem envolver um debate maior e mais profundo, onde a sociedade passe a perceber que a vida e o destino feminino não se restringem aos belos prazeres da dominação masculina. A mulher não cabe mais apenas no espaço privado, onde sua tarefa estava em manter a conjuntura familiar funcionando. À mulher lhe cabe a vida e tudo que nela está contido, todos os desafios, superações e escolhas. E as políticas públicas deveriam acompanhar essas necessidades femininas, uma vez que as mulheres no Brasil compõem mais que metade da força de trabalho.

Diante disso, o objetivo deste trabalho é compreender e discutir as relações entre a necropolítica e o feminicídio no Brasil. Quanto aos pressupostos ontológicos, o presente trabalho está alicerçado no posicionamento humanista (TRIVIÑOS, 1987).

Além disso, foi utilizado como arcabouço metodológico, uma pesquisa descritiva, com abordagem qualitativa e paradigma interpretativista de Burrell e Morgan (1979), o qual considera a realidade como um produto das experiências subjetivas e intersubjetivas dos indivíduos. Como forma de resposta às questões propostas no presente texto, o estudo está dividido em duas seções. A primeira seção apresenta o estabelecimento da compreensão sobre os conceitos que envolvem o tema central do trabalho, ou seja, o patriarcado, as relações de poder e a Necropolítica de gênero do Brasil. Já a segunda seção, uma vez estabelecido o marco teórico da investigação, apresenta uma discussão analítica sobre o Feminicídio no Brasil, as políticas públicas de prevenção ao sistema de violência e a cultura do descarte.

O patriarcado, as relações de poder e a Necropolítica de gênero do Brasil

Compreender a necropolítica de gênero no Brasil, deve-se ater às diferentes vertentes das relações de gênero evidenciadas na literatura, as quais apresentam uma variedade de direções. O próprio conceito central deste trabalho enfoca a necessidade de se olhar o gênero como uma construção que se forma a partir das influências de épocas, uma vez que seu conceito inicial tratava das características biológicas de cada sexo, atribuindo a esse fato as desigualdades entre eles (CAPELLE *et al.*, 2004).

Estudos proferidos como os de Calás e Smircich (1999), trazem à tona relevantes abordagens sobre o tema do gênero, para essas autoras a discussão de gênero reflete-se no alicerce das questões que envolvem os estudos feministas. Neste sentido, as autoras apresentam em sua teoria feminista uma classificação que envolve sete abordagens, cujas características podem ser observadas no Quadro 1.

Quadro 1 - Abordagens sobre o tema do gênero

Abordagem Feminista	Síntese das Características
Abordagem Liberal	Tem sua gênese na teoria política dos séculos XVIII e XIX. Preocupava-se em demonstrar o papel da mulher e sua relevância como ser humano, assim como os homens. Foi uma quebra de paradigmas para o entendimento coletivo sobre a mulher, pois buscou desconstruir padrões socioculturais da época.
Abordagem Radical	Seu início baseou-se nos movimentos feministas dos anos sessenta, foco na luta pelos direitos humanos. Foi centrada nas mulheres, suas lutas para superação da subordinação e opressão.
Abordagem Psicanalítica	Origina-se nas teorias freudianas e teorias psicanalíticas. Considera que a base para as desigualdades de gênero está enraizada nas experiências na infância.
Abordagem Marxista	Sustentada pela crítica marxista da sociedade capitalista.
Abordagem Socialista	Sua origem se dá a partir das inter-relações entre biologia humana, sociedade e trabalho. O gênero surge das relações/interseções de sexo, raça, ideologia e experiências de opressão sob o advento do patriarcado e do capitalismo.
Abordagem Pós-Modernista /Pós-estruturalistas	Possuem uma visão pluralista do gênero, onde este funde-se aos engajamentos políticos.
Abordagem Terceiro-Mundista ou Pós-Colonial	Seu mote está nas questões de gênero apontadas pelas feministas do Primeiro Mundo.

Adaptado de Calás e Smircich (1999) e Tong (1998).

Cada abordagem apresentada por ora, oferece diferentes espectros para compreender o problema central deste trabalho. Desta forma, salienta-se que a presente pesquisa se enquadra na abordagem socialista, pois busca-se considerar a condição histórica do patriarcado e como esta reflete no papel das mulheres nas relações e espaços coletivos de trabalho, e na própria sociedade além das características biológicas para a criação de políticas públicas específicas para elas, a fim de estabelecer a igualdade de gêneros e a proteção das mulheres contra a violência. Sob o prisma da teoria feminista socialista, o patriarcado denota-se como o poder e a dominação dos homens sobre as mulheres (CASTRO; LAVINAS, 1992, p. 238). Para as feministas socialistas, existe no âmago da sociedade uma opressão às mulheres. Tal opressão, se manifesta em razões do capitalismo. Castro e Lavinas (1992) contrapõem tal argumento considerando que estudos feministas variam em utilizar o termo patriarcado, é justamente pela possibilidade de o conceito ser utilizado de forma abrangente, além do viés do capitalismo, mais também, abarcando a organização social, onde o patriarcado vem sendo proposto também na dominação e exploração das mulheres.

Para Lobo (1992), muitos estudos feministas abordam o conceito de patriarcado, voltando-se para a lógica da divisão sexual do trabalho, para esta autora, o termo patriarcado deveria ser substituído por patriarcalismo, pois a ordem patriarcal seria uma estrutura determinante da divisão sexual do trabalho, levando-se em conta as diferenças históricas dessa divisão.

O patriarcalismo estaria, assim, na base da divisão sexual do trabalho, dando início aos fundamentos materiais da sociedade. A verdade é que patriarcado ou patriarcalismo, ambos levam a uma esfera comum, a de que as mulheres possuem uma longa caminhada em busca de seu reconhecimento e conquistas na sociedade. Assim, o patriarcado está constantemente imbricado nas relações de poder na sociedade e na divisão sexual do trabalho. Essa conjuntura socialmente construída leva ao delinear de uma estrutura de necropolítica de gênero mundial, mas que também impacta o cenário do Brasil.

Feminicídio no Brasil, políticas públicas de prevenção ao sistema de violência e a cultura do descarte

O cenário do enfrentamento das mortes femininas, principalmente no contexto familiar e doméstico, faz com que se passe a pensar em um novo paradigma genealógico e por vezes antropológico e histórico. Tal paradigma mostra-se perceptível nas relações subjetivas de “necropoder”³¹ e de “biopoder”³² na sociedade brasileira. Essas relações costuram nosso entendimento cultural e parece que terminam por constituir o caminho de algumas mulheres na sociedade.

De acordo com Wermutt e Nielsson (2020) o fato de poder compreender a necropolítica de gênero³³, está alicerçada em poder considerar a violência de gênero³⁴ como catalisador social em uma problemática endêmica. Para os autores, tal problemática está pautada em um produto socialmente estruturado com base na desigualdade de gênero, ou seja, consequência da necropolítica está na geração dos estereótipos de gênero.

Os estereótipos de gênero são as representações generalizadas e socialmente valorizadas acerca do que os homens e as mulheres devem ser (traços de gênero) e fazer (papéis de gênero). Esses papéis e traços estão ligados e normalmente hierarquizados, ou seja, os ditos traços “femininos” – a mulher é mais carinhosa e frágil – são menos valorizados socialmente que os “masculinos” – o homem é forte e racional (CITE, 2003, p. 301).

Nesta conjuntura, Botelho (2008, p. 43) considera que os papéis sociais são comportamentos e atitudes influenciados pelos estereótipos. Desta forma, tanto os comportamentos, quanto as atitudes resultam da própria socialização dos indivíduos. Para a autora, os papéis de gênero são traduzidos e atrelados de forma específica e desigual a homens e a mulheres. De certa forma, às mulheres (na sociedade) cabem os cuidados da casa e dos filhos (atuação no espaço privado) e aos homens (idem) o sustento e o capital (atuação no espaço público/social). Assim, a violência de gênero pode ser entendida

³¹ O necropoder é utilizado para explicar as diferentes maneiras pelas quais no mundo atual são criados os “mundos de morte”, ou seja, formas novas e únicas da existência social, nas quais vastas populações são submetidas a condições de vida que lhes conferem o status de “mortos-vivos” (MBEMBE, 2016).

³² Para Michel Foucault (1999) o conceito de biopoder é visto como técnica de governo que tem como objetivo “fazer viver, deixar morrer”. Foucault (1999) evidencia também um importante deslocamento na passagem do século XVIII para o século XIX no que se refere ao modo como o poder soberano será exercido: ele deixa de ser um poder alicerçado na ideia de supressão (poder negativo) e passa a ser exercido enquanto um poder que “gerencia a vida” (poder positivo), na medida em que passa a se ocupar do saneamento do “corpo” da população de modo a depurá-lo de todas as “infecções” internas.

³³ Para Barreda (2012), “o gênero pode ser definido como uma construção social e histórica de caráter relacional, configurada a partir das significações e da simbolização cultural de diferenças anatômicas entre homens e mulheres”.

³⁴ A Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher - Convenção de Belém do Pará confere a violência de gênero como uma ofensa à dignidade humana e manifestação das relações de poder historicamente desiguais entre mulheres e homens.

[...] como uma manifestação extrema da discriminação e uma arma letal para manter a subordinação das mulheres e pode englobar, em uma interpretação ampla, uma gama de acontecimentos, que vão além daquelas formas de violência doméstica tradicionalmente consideradas (LORRANYSOBRINHO, 2021, s/p).

Em relação a entrada da mulher no mercado de trabalho e no mundo dos negócios, as mulheres têm ocupado espaços nos mais diversos ambientes e profissões. Nos últimos dois anos, a pandemia afetou o mercado de trabalho empreendedor, exigindo inovação, mudanças de rota e reorganização de planos. As mulheres sentiram esse impacto e muitas enxergam no empreendedorismo um caminho de autonomia e uma possibilidade de renda. Segundo dados do *Global Entrepreneurship Monitor 2020* (GEM), 55,5% das novas empresas criadas nesse período foram abertas por mulheres – um aumento expressivo na taxa de empresas nascentes. Em 2020, com a pandemia da Covid-19, o cenário feminino do empreendedorismo levou a um choque. Com o isolamento social, as famílias tiveram que se adaptar e tal adaptação repercutiu no lado profissional feminino.

Este fato foi confirmado pela pesquisa do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE) e também pela Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) em 2021. O PNAD apontou que após recuar para um total de 8,6 milhões, no segundo trimestre de 2020, o número de mulheres à frente de um negócio no país fechou no ano de 2021 em 10,1 milhões, mesmo resultado registrado em 2019, antes da pandemia.

Um ponto importante quando se trata de empreendedorismo feminino é a participação das mulheres nos domicílios. Dados do Sebrae (2019) indicam que a proporção de mulheres empreendedoras “chefes de domicílio” nos últimos dois anos no Brasil, passou de 38% para 45%. Os estudos sobre empreendedorismo feminino no Brasil conduzidos pelo Sebrae (2019) apontam algumas características interessantes, como por exemplo: a) as empresas abertas por necessidade de uma nova renda são maiores entre as mulheres do que entre os homens: 44% contra 32%; b) a idade média das mulheres que são donas do próprio negócio é inferior à idade dos homens: 43,8 anos contra 45,3 anos; c) as mulheres empreendedoras possuem escolaridade 16% superior à escolaridade dos empreendedores homens; d) 25% das mulheres empreendedoras exercem suas atividades econômicas no próprio domicílio e no caso específico das mulheres que são Microempreendedoras Individuais (MEI), essa proporção sobe para 55%; e) 86,5% dos empreendimentos conduzidos por mulheres apresentam porte menor, com nenhum funcionário contratado; f) quase metade dos Microempreendedores Individuais (MEI) existentes no país é formado por mulheres (48%); g) as mulheres que são MEI costumam se envolver mais em atividades relacionadas à beleza, moda e alimentação.

Já no âmbito da política, a Constituição Federal (CF) de 1988 passa a garantir direitos iguais para homens e mulheres, assim as mulheres passaram a se inserirem, embora a passos lentos e muitas vezes cautelosos, na vida política. Com a promulgação de algumas leis nas últimas décadas no Brasil, haja vista a Lei nº 9.504/97, a qual traz em seu conteúdo o estabelecimento de regras para as eleições, e a Lei nº 12.034/09, conhecida como Minirreforma Eleitoral de 2009. Tal Minirreforma estabelece a presença de um texto que relata que se faz necessário a criação e manutenção de programas de promoção e difusão da participação política das mulheres conforme percentual que será fixado pelo órgão nacional de direção partidária, observado o mínimo de 5% (cinco por cento) do total. Todos estes instrumentos legislativos que consideram a participação das mulheres na política (em estado mínimo), mais precisamente nas candidaturas que regem a presença das mesmas em seus partidos políticos e tratados no Brasil a partir da CF de 1988 são conhecidas como Lei de Cotas.

A crítica que se encontra na eficácia destas Leis é justamente a forma como o estabelecimento de cotas para as mulheres implica ou não em suas eleições, uma vez que, as cotas podem até ter estimulado as mulheres a se candidatar, mas parecem não interferir na tarefa de elegê-las (VAZ, 2008; BOTELHO; SCHERER, 2020). Com base no apresentado, visualiza-se que a presença feminina no Brasil nos espaços públicos é marcada por avanços e retrocessos. É inegável que as mulheres passaram nas últimas décadas por transformações em suas vidas profissionais, tornando-se chefes de famílias, empreendedoras, ou até mesmo, políticas, por exemplo.

Considerações finais

A discussão proposta no presente texto, reverbera em uma análise, sobre um grave problema sociocultural existente no Brasil e que resiste ao longo de décadas, gerações e séculos. A proposta nesta pesquisa propõe considerar que os feminicídios não são eventos isolados, mas partem de uma complexa e substantiva lógica de controle social das mulheres, em particular das mais vulneráveis, em um clima de autoritarismo e conservadorismo crescentes. Nesse contexto, o corpo feminino é reduzido a uma função territorial, uma função atrelada ao patriarcado que culmina na reprodução de antigos olhares sobre as mulheres como uma parte do patrimônio, ou seja, seus corpos não lhes pertencem, sua vida da mesma forma. Faz-se necessário discutir e aprofundar tal debate, pois verifica-se que mesmo as mulheres angariando conquistas nos campos do mercado de trabalho, no empreendedorismo e até mesmo na política, ainda existe uma longa caminhada para que seus corpos lhe pertençam.

A necropolítica de gênero é um dos elementos de destaque, pois é nela que se pode visualizar a estrutura e o modus operandi de uma sociedade patriarcal e conservadora. Um sítio em que, existe conforme as palavras de Wermutt e Nielsson, (2020, p. 344): “perpetuação de uma pedagogia da crueldade, normaliza a violência e a crueldade, promovendo a destruição dos laços de empatia comunitária”. Ou seja, a necropolítica de gênero se constitui em um cenário apoteótico político de produção e reprodução contínua da cultura da descartabilidade de mulheres. Avançar nesta discussão, significa, entre outras palavras considerar a mulher como um ser igualitário, em um Estado em que os crimes de mortes de mulheres em função de condições desiguais de gênero, não poderão se fazerem presentes, portanto, o quadro normativo de proteção e reconhecimento dos direitos das mulheres, deve se manter em destaque na construção de Políticas Públicas de gênero. Assim, descobre-se que as hierarquias sexuais quase sempre estão a serviço de um projeto de dominação (WERMUTT; NIELSSON, 2020, p. 344).

Para finalizar, tem-se um importante pensamento de Blay (2003, p. 96), na qual considera que “para enfrentar esta cultura machista e patriarcal, são necessárias políticas públicas transversais que atuem modificando a discriminação e a incompreensão de que os Direitos das Mulheres na verdade, são Direitos Humanos”.

Referências

- AMAZONIA REAL. **Um vírus e duas guerras**. Disponível em: https://amazoniareal.com.br/na-pandemia-tres-mulheres-foram-vitimas-de-femicidios-por-dia/?gclid=CjwKCAjwvNaYBhA3EiwACgndgu7v-UyCaWD76Zpc09i1iBK0PjNK2iViWm_beqACg3TZvNcLExWVDhoCrHkQAvD_BwE. Acesso em: 05 jun. 2023.
- BARREDA, L. Género y travestismo em el debate. In: OPIELA, Carolina Von. **Derecho a la identidad de género**: Ley 26.743. Buenos Aires: La Ley, 2012. p. 101.
- BLAY, E. **Violência contra a mulher e políticas públicas**. Mulher, mulheres Estud. 2003. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0103-40142003000300006>. Acesso em 13 jun. 2023.
- BOTELHO, L. L. R. **Ascensão Profissional Feminina em Organizações Baseadas em Conhecimento**. Universidade Federal de Santa Catarina. 2008. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Engenharia e Gestão do Conhecimento) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2008.
- BOTELHO, L. L. R.; SCHERER, L. **Prefeitas gaúchas: desafios e aprendizados na subrepresentação da mulher no poder executivo do Rio Grande do Sul**. Ananindeua, PA: Itacaiúnas, 2020.
- BRASIL, **Constituição (1988)**. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília: Senado Federal, 1988.

- BRASIL. **Secretaria de Políticas para Mulheres**. Plano Nacional de Enfrentamento à Violência Contra Mulheres. 2011. Disponível em encurtador.com.br/ghJUX. Acesso em 05 set. 2022.
- BURRELL, G., MORGAN, G. **Sociologicalparadigmsandorganizationalanalysis**. Heinemann: London, 1979.
- CALÁS, M. B.; SMIRCICH, L. **Do ponto de vista da mulher: abordagens em estudos organizacionais**. In: CLEGG, S. R.; HARDY, C. Handbook de estudos organizacionais. São Paulo: Atlas, 1999.
- CAPELLE, M. C. A; et al. **A mulher gerente: um estudo de caso numa companhia mineradora em Belo Horizonte/MG**. Management in Iberoamerican Countries: Current Trends and Future prospects. FGV-EAESP, São Paulo, SP, Brazil. Dez, 7-10, 2004.
- CASTRO, M. G.; LAVINAS, L. **Do feminino ao gênero: a construção de um objeto**. In: COSTA, Albertina de Oliveira; BRUSCHINI, Cristina. Uma questão de gênero. Rio de Janeiro: Rosa dos tempos, 1992.
- CITE. **Manual de Formação de Formadores/as em Igualdade de Oportunidades entre Mulheres e Homens**. Comissão para a Igualdade no Trabalho e no Emprego Presidência do Conselho de Ministros e Ministério da Segurança Social e do Trabalho: Lisboa, 2003
- FOUCAULT, M. **Em defesa da sociedade**: curso no Collège de France (1975-1976). Trad. Maria Ermantina Galvão. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999.
- GEM- **Global Entrepreneurship Monitor**. Empreendedorismo no Brasil - Relatório Executivo. IBQP/SEBRAE/FGV, 2018.
- IBGE. **Perfil de municípios 2002**. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2005. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/>. Acesso em: 03 mai. 2023.
- JUSTEN, A. F. **Políticas públicas para as mulheres: compreensão a partir das narrativas de mulheres atendidas nos municípios de Santa Rosa e Santo Ângelo (RS)**. 2018. 191 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Desenvolvimento e Políticas Públicas, Universidade Federal da Fronteira Sul, Cerro Largo, 2018.
- LOBO, E. S. **O trabalho como linguagem: o gênero do trabalho**. In: COSTA, Albertina de Oliveira; BRUSCHINI, Cristina. Uma questão de gênero. Rio de Janeiro: Rosa dos tempos, 1992.
- LORRANY SOBRINHO, P. **As Subestruturas De Opressão Do Neoliberalismo**. 2021. Disponível em: <https://naomekahlo.com/as-subestruturas-de-opressao-do-neoliberalismo/>. Acesso em: 09 jun. 2023.
- MBEMBE, A. Necropolítica. **Arte e Ensaios**. 2016. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/ae/article/view/8993/7169>. Acesso em: 10 jun. 2023.
- MORGAN, G. **Images of organization**. Newbury Park: Sage, 1980.
- MORGANTE, M. M; NADER, M. B. O patriarcado nos estudos feministas: um debate teórico. In: Encontro Nacional de História da Anpuh-Rio: Saberes e Práticas Científicas, 16, 2014, Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro: Anpuh-Rio, 2014. p. 1-10.
- NIELSSON, J. A. Necropolítica De Gênero, O Femicídio E A Morte Sistemática De Mulheres Na América Latina: Uma Análise A Partir Do Sistema Interamericano De Direitos Humanos. **Revista Culturas Jurídicas**, Vol. 7, Núm. 18, set./dez., 2020.
- PNAD Contínua - **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua**. 2021. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/9171-pesquisa-nacional-por-amostra-de-domicilios-continua-mensal.html?=&t=destaques>. Acesso em: 05 jun. 2023.
- SEBRAE. **Por que é fundamental estimular o empreendedorismo feminino?** 2019. Disponível em: <https://11nq.com/I69Yn>. Acesso em: 05 jun. 2023.
- TONG, R. P. **Feminist Thought**. Boulder: Westview Press. 1998.
- TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais**: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 1987.
- VAZ, G. **A participação da mulher na política brasileira: a lei de cotas**. Monografia apresentada para o curso de Especialização em Processo Legislativo. Câmara dos Deputados, 2008.
- WERMUTH, M; NIELSSON, J. Necrobiopolítica de gênero no Brasil contemporâneo: o feminicídio em tempos de fascismo social. **Revista Brasileira de Políticas Públicas**. Brasília, vol. 10, nº 2. 2020.
- Enviado em 31/08/2023
Avaliado em 15/10/2023

A CONSTRUÇÃO DE *SMART CITIES* E O PAPEL DOS ECOSISTEMAS DE INOVAÇÃO³⁵

Paola Vogt³⁶
Louise de Lira Roedel Botelho³⁷

Resumo

Este trabalho busca analisar de que forma os ecossistemas de inovação fomentam a construção de cidades inteligentes. Utilizou-se uma pesquisa com abordagem qualitativa, com pesquisa bibliográfica, através de dados secundários. Como resultados têm-se que os ecossistemas de inovação, no contexto das cidades inteligentes, são considerados fomentadores importantes de toda a inovação que necessita ser gerada dentro das cidades para a resolução dos problemas que afetam os cidadãos. Portanto, para que as cidades inteligentes gerem benefícios para a sociedade, é necessário que os gestores públicos percebam a importância de investir em iniciativas que servirão de base para a inovação.

Palavras-chave: *Smartcity*; Atores sociais; Hélice sêxtupla; Qualidade de vida.

Abstract

This work analyzes the search for how innovation ecosystems foster the construction of smart cities. A research with a qualitative approach was used, with bibliographical research, through secondary data. As a result, innovation ecosystems, in the context of smart cities, are considered important drivers of all the innovation that needs to be generated within cities to solve the problems that citizens have. Therefore, for smart cities to generate benefits for society, it is necessary for public managers to realize the importance of investing in initiatives that will serve as a basis for innovation.

Keywords: Smart city; Social actors; Sixfold helix; Quality of life.

Introdução

Nos últimos anos o número da população que vive em áreas urbanas vem sofrendo um forte crescimento, e junto a isso surgem alguns problemas relacionados principalmente à mobilidade, ao consumo de água e energia, sustentabilidade, gestão de resíduos, meio ambiente, acesso à saúde e segurança, os quais afetam diretamente no desenvolvimento sustentável e na qualidade de vida de todas essas pessoas. Através da concepção de novas tecnologias emergem as ideias inovadoras e as possíveis soluções “inteligentes” para esses desafios da atualidade, e é nesse sentido que surge o conceito de “*smartcities*”, ou, cidades inteligentes.

A cidade inteligente é considerada aquela que promove uma melhor qualidade de vida para os cidadãos por meio da tecnologia. Segundo a Associação para Promoção da Excelência do *Software* Brasileiro - SOFTEX (2021) as cidades inteligentes são o resultado de uma interação entre diferentes atores sociais, que permite utilizar recursos tecnológicos e humanos para solucionar demandas geradas pela concentração populacional nas cidades, proporcionando bem-estar e melhores condições de vida para os cidadãos.

³⁵ O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001. Uma versão parcial deste trabalho foi apresentada no II Simpósio de Pós-Graduação do Sul do Brasil (SIMPÓS-SUL) e publicado nos anais do mesmo.

³⁶ Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Políticas Públicas (PPGDPP) da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), Campus Cerro Largo/RS. Graduada em Administração pela mesma instituição.

³⁷ Pós-Doutora em Engenharia e Gestão do Conhecimento pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Prof.^a Titular do Mestrado em Desenvolvimento e Políticas Públicas, Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), campus Cerro Largo/RS. Prof.^a Colaboradora do Programa Pós-Graduação em Engenharia e Gestão do Conhecimento (UFSC).

Nesse contexto, as soluções tecnológicas necessárias são viabilizadas pela tecnologia, pelo empreendedorismo e pela inovação, pois essas ferramentas são capazes de promover maior integração, fluidez, inclusão e economia de recursos ambientais e econômicos (SOFTEX, 2021).

Nesse sentido, para que as cidades inteligentes prosperem torna-se necessário o fomento à inovação, sendo que para os autores Oliveira e Carvalho (2017), os países que vêm ampliando seus esforços em projetos de cidades inteligentes destinam uma parte dos seus investimentos para a criação de ecossistemas de inovação que permitem integrar os atores que compõem a tríplice hélice³⁸. Dessa forma, “criam incentivos governamentais para que as empresas possam abraçar a grande quantidade de conhecimento e ideias produzidas dentro das universidades, trabalhando em novas soluções de problemas em diversas áreas” (OLIVEIRA; CARVALHO, 2017, p. 1).

Diante disso, o objetivo geral deste estudo é analisar de que forma os ecossistemas de inovação fomentam a construção de cidades inteligentes. Em termos metodológicos trata-se de uma pesquisa com abordagem qualitativa, sendo que o procedimento de coleta de dados foi a pesquisa bibliográfica, através de materiais já publicados na base de dados “Portal de Periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES)³⁹”.

Neste contexto, este estudo pretende fornecer conhecimentos no tocante a questões que implicam no futuro dos ambientes urbanos, buscando proporcionar melhores entendimentos quanto aos conceitos de cidade inteligente e ecossistema de inovação, destacando a importância e como os ecossistemas de inovação podem contribuir com a construção de cidades inteligentes. Essa discussão torna-se relevante diante da temática ainda ser considerada recente na literatura.

Cidades Inteligentes (*SmartCities*)

As cidades surgiram a partir da necessidade humana de adquirir segurança, comodidade de viver em grupo, uma gestão de recursos mais facilitada, distâncias de mobilidade mais reduzida, melhores condições de vida para a sociedade, entre outros (ZUBIZARRETA; SERAVALLI; ARRIZABALAGA, 2015). Com o passar do tempo as cidades foram se reinventando e novos conceitos foram surgindo. É nesse contexto que emergem novos projetos para as cidades, sejam eles: cidades sustentáveis, cidades criativas, cidades resilientes, cidades educadoras ou cidades inteligentes (*smartcities*).

O termo “*smartcity*”, em português, cidade inteligente, foco deste trabalho, surgiu no final dos anos 90 em um movimento que defendia novas políticas de planejamento urbano. Na virada para o século 21, a expressão passou a ser usada por empresas de tecnologia para definir a aplicação de sistemas de informação à integração de infraestrutura e serviços urbanos (DEPINÉ, 2016). Komninos (2006) ressalta que a principal característica que distingue as cidades inteligentes das demais, está relacionada com o seu maior desempenho no campo da inovação, pois a inovação e a resolução de novos problemas são características específicas da inteligência.

³⁸ “Definimos a Hélice Tríplice como um modelo de inovação em que a universidade/academia, a indústria e o governo, como esferas institucionais primárias, interagem para promover o desenvolvimento por meio da inovação e do empreendedorismo” (ETZKOWITZ; ZHOU, 2017, p. 24).

³⁹ A escolha por essa base de dados se deu pelo fato de ser um dos maiores acervos científicos virtuais do País, reunindo material científico de alta qualidade e disponibilizando gratuitamente à comunidade acadêmica (CAPES, 2022).

As cidades inteligentes vêm se espalhando pelo mundo em um ritmo acelerado, com o intuito de aumentar a competitividade das comunidades locais através da inovação, ao mesmo tempo que promove melhores condições, em termos de bem-estar, para os cidadãos por meio da tecnologia (APPIO; LIMA; PAROUTIS, 2019). A conexão entre capital humano, capital social e infraestrutura de tecnologia da informação e comunicação (TIC) é considerada a base do desenvolvimento sustentável e da qualidade de vida dos cidadãos de uma cidade inteligente (DEPINÉ, 2016). Para European Commission (2022, não paginado, tradução nossa), uma cidade inteligente é

[...] um lugar onde as redes e serviços tradicionais se tornam mais eficientes com o uso de soluções digitais em benefício de seus habitantes e negócios. Uma cidade inteligente vai além do uso de tecnologias digitais para melhor uso de recursos e menos emissões. Significa redes de transporte urbano mais inteligentes, instalações atualizadas de abastecimento de água e eliminação de resíduos e formas mais eficientes de iluminar e aquecer edifícios. Também significa uma administração municipal mais interativa e responsiva, espaços públicos mais seguros e atendendo às necessidades de uma população em envelhecimento.

Percebe-se que, definir uma cidade inteligente pode ser uma tarefa difícil, já que existem diversos critérios para avaliar as cidades e os conceitos trazem uma multiplicidade de características (G1, 2018). Nesse sentido, não basta ter uma economia forte sem uma distribuição minimamente justa da riqueza; nem gerar emprego e renda se a saúde da população é ameaçada pela poluição; e muito menos dar acesso à tecnologia sem resolver os problemas de mobilidade (G1, 2018).

Com o intuito de auxiliar nesse entendimento sobre as cidades inteligentes, o IESE *Business School*, da Espanha, criou o *Cities in Motion Index* (CIMI). O CIMI pretende ajudar o público e os governos a compreender o desempenho de nove dimensões fundamentais de uma cidade: capital humano, coesão social, economia, governança, meio ambiente, mobilidade e transporte, planejamento urbano, projeção internacional e tecnologia (IESE BUSINESS SCHOOL, 2020, tradução nossa). De acordo com o Índice CIMI, as nove dimensões são explicadas a seguir (IESE BUSINESS SCHOOL, 2020, p. 13 a 23, tradução nossa):

Capital humano: O principal objetivo de qualquer cidade deve ser melhorar seu capital humano. Uma cidade com governança inteligente deve ser capaz de atrair e reter talentos, criar planos para melhorar a educação e promover a criatividade e a pesquisa. **Coesão social:** é uma dimensão sociológica das cidades que pode ser definida como o grau de consenso entre os membros de um grupo social ou como a percepção de pertencimento a uma situação ou projeto comum. Esta é uma medida da intensidade da interação social dentro do grupo. **Economia:** Esta dimensão inclui todos os aspectos que promovem o desenvolvimento econômico de um território: planos de desenvolvimento econômico local, planos de transição e planos industriais estratégicos; geração de clusters; inovação; e iniciativas empresariais. **Governança:** esta dimensão engloba todas as ações que visam melhorar a eficiência da administração, incluindo o desenho de novos modelos organizacionais e de gestão. Nesta área, grande abrem-se oportunidades para a iniciativa privada, que pode trazer maior eficiência. **O ambiente:** O desenvolvimento sustentável de uma cidade pode ser definido como “o desenvolvimento que atende às necessidades do presente sem comprometer a capacidade das gerações futuras de atender às suas próprias necessidades”⁴⁰. Nesse sentido, fatores como a melhoria da sustentabilidade ambiental por meio de planos antipoluição, apoio a construções verdes e energias alternativas, gestão eficiente de água e resíduos e a existência de políticas que ajudem a combater os efeitos das mudanças climáticas são essenciais para garantir a sustentabilidade das cidades no longo prazo. **Mobilidade e transporte:** As cidades do futuro devem enfrentar dois grandes desafios no campo da mobilidade e transporte: facilitar o

⁴⁰Definição usada em 1987 pela Comissão de Ambiente e Desenvolvimento da ONU.

movimento (muitas vezes em grandes territórios), bem como o acesso a serviços públicos. Mobilidade e transporte afetam a qualidade de vida dos habitantes de uma cidade e podem ser vitais para a sustentabilidade da cidade ao longo do tempo. **Planejamento urbano:** está intimamente relacionado à sustentabilidade. Para melhorar a habitabilidade de qualquer território, é preciso levar em conta os planos diretores locais e o desenho de áreas verdes e espaços de uso público, além de optar pelo crescimento inteligente. Os novos métodos de planejamento urbano devem se concentrar na criação de cidades compactas e bem conectadas com serviços públicos acessíveis. **Projeção internacional:** As cidades que querem progredir devem garantir um lugar privilegiado no mundo. Nesse sentido, manter o alcance global passa pela melhoria da marca da cidade e seu reconhecimento internacional por meio de planos estratégicos de turismo, atração de investimento estrangeiro e representação no exterior. **Tecnologia:** Embora não seja o único aspecto importante para as cidades, as TICs fazem parte da espinha dorsal de qualquer sociedade que queira alcançar o status de “inteligente”. O desenvolvimento tecnológico permite que as cidades sejam sustentáveis ao longo do tempo e mantenham ou ampliem as vantagens competitivas do seu sistema de produção e a qualidade do emprego.

Todas as nove dimensões estão vinculadas a um propósito estratégico cujo intuito é “implementar uma nova forma de desenvolvimento econômico e social que envolve a criação de uma cidade global, a promoção do espírito empreendedor, inovação e justiça social, entre outros aspectos” (IESE BUSINESS SCHOOL, 2020, p. 12, tradução nossa).

As cidades inteligentes criam oportunidades de negócios e possibilidades de relacionamento e colaboração entre setor público e privado, e diante da concepção de que todas as partes interessadas pela cidade podem contribuir para torná-la inteligente, faz-se necessário desenvolver uma rede ecossistêmica que seja capaz de envolver todas as partes: membros do público, organizações, instituições, governos, universidades, empresas, especialistas, centros de pesquisa e organizações sem fins lucrativos (IESE BUSINESS SCHOOL, 2020, tradução nossa).

O papel dos ecossistemas de inovação

Antes mesmo de discutir sobre os ecossistemas de inovações, torna-se relevante destacar que alguns autores comparam o conceito de ecossistema de inovação com o conceito de ecossistema biológico, sendo que os ecossistemas biológicos são considerados conjuntos complexos de relacionamentos entre os recursos vivos, os quais possuem um objetivo em comum, manter um estado de equilíbrio sustentável (JACKSON, 2011, tradução nossa). Já os ecossistemas de inovação “modelam a dinâmica econômica e não energética dos relacionamentos complexos que são formados entre atores ou entidades, cujo objetivo principal é permitir desenvolvimento tecnológico e inovação” (JACKSON, 2011, p. 2, tradução nossa). Ainda segundo o autor, nesse contexto os atores incluiriam os recursos materiais (equipamentos, instalações, etc.) e o capital humano (estudantes, professores, pesquisadores, etc.) que compõem as instituições que fazem parte do ecossistema.

Para Russel *et al.* (2011, p. 5, tradução nossa) o termo ecossistema de inovação refere-se aos

[...] sistemas interorganizacionais, políticos, econômicos, ambientais e tecnológicos de inovação por meio dos quais um ambiente propício ao crescimento dos negócios é catalisado, sustentado e apoiado. Um ecossistema de inovação pode ser considerado uma rede de relações pela qual a informação e o talento fluem através de sistemas de cocriação sustentada de valor.

Komninou, Pallot e Schaffers (2013, p. 121, tradução nossa) focados em como as cidades da Europa estão desenvolvendo estratégias para se tornarem “cidades inteligentes”, principalmente com o uso inovador de infraestruturas de rede e aplicações baseadas na *internet*, definiram que os ecossistemas de inovação

[...] são caracterizados por uma combinação de iniciativas “*bottomup*” e “*top down*”, liderando a rede de colaboração entre partes interessadas, a qual finalmente estará se estendendo para as comunidades reais de inovação. Cada vez mais os cidadãos, as empresas avançadas e os governos locais agem como catalisadores proativos de inovação, transformando cidades em agentes de mudança.

Os ecossistemas de inovação são capazes de promover o desenvolvimento socioeconômico e são caracterizados, por Spinosa, Schlemm e Reis (2015, p. 391, tradução nossa), como:

- Locais para empresas e inovações que se baseiam no conhecimento e empreendedorismo, objetivando desenvolver inovações contínuas;
- Espaços em que ocorre o aprendizado coletivo, o compartilhamento de conhecimentos e as práticas de produção e sinergia entre os diversos agentes de inovação;
- Inicialmente baseada, mas não restrita a parques tecnológicos, científicos ou tecnópolis;
- Organizações especializadas que buscam a promoção da cultura da inovação e a competitividade das empresas e instituições de pesquisa; o estímulo e gerenciamento do fluxo de conhecimento e tecnologia entre universidades, institutos de pesquisa e desenvolvimento, empresas e seus mercados; a promoção da criação e consolidação de empresas por meio da incubação e processo de *spin-off*; a geração de sinergia entre os diversos atores; o envolvimento e esforço integrado entre governo, academia, corporações e empresas não-governamentais.

Dessa forma, em um sentido mais geral, os ecossistemas de inovação podem ser entendidos como “ativos de competitividade na economia baseada no conhecimento, total ou parcialmente integrados aos espaços urbanos, capazes de promover o desenvolvimento regional e socioeconômico” (SPINOSA; SCHLEMM; REIS, 2015, p. 391, tradução nossa). Além disso, “a busca por inovações é um dos aspectos estratégicos para o desenvolvimento tecnológico e econômico, fortalecendo o crescimento e a competitividade em diferentes mercados” (TRZECIAK *et al.*, 2018, p. 26) e nesse cenário os ecossistemas de inovação são vistos como mecanismos capazes de promover desenvolvimento e fomentar novos negócios a partir do investimento em empreendedorismo e inovação, respondendo rapidamente às mudanças existentes (TRZECIAK *et al.*, 2018).

Nesse contexto, em relação aos atores que compõem os ecossistemas de inovação, existe um modelo já reconhecido mundialmente e que é utilizado como inspiração para as políticas de inovação, chamado *tríplice hélice*. Este modelo, como já mencionado anteriormente, foi criado por Etzkowitz e Leydesdorff (2000), os quais destacam três atores sociais: governo, universidades e empresas. O governo possui o papel de criar o incentivo para a inovação, políticas públicas e leis, e representa o poder público no ecossistema; as universidades são responsáveis pela realização de pesquisas que poderão ser utilizadas para produzir inovação; e as empresas possuem o papel de inserir a inovação no mercado (PARAOL, 2020).

Entretanto, diante da evolução e da complexidade que ocorre em termos de inovação, a *tríplice hélice* passou a ser insuficiente para contemplar todo o ecossistema de inovação a longo prazo e, dessa forma, mais hélices foram sendo inseridas no modelo, complementando-o (PARAOL, 2020). Principalmente diante da realidade e do caráter inovador encontrado no Brasil, Labiak Junior (2012) propôs a *hélice sêxtupla*, a qual refere-se ao arranjo institucional constituído por seis atores regionais, sendo eles: públicos (prefeituras, secretarias municipais e estaduais); científicos e tecnológicos (universidades, faculdades, institutos federais); empresariais; institucionais (SEBRAE, federações, agências de desenvolvimento); *habitat* de inovação (parques tecnológicos, incubadoras, aceleradoras)

e de fomento (público ou privado) que, por meio da interação e cooperação desses atores, busquem atingir um objetivo comum do desenvolvimento regional baseado na inovação.

A partir do envolvimento e da cooperação entre esses atores, que estão inseridos nos ecossistemas de inovação, torna-se possível produzir conhecimento e realizar a transformação em produtos e serviços com valor agregado, procurando manter um constante equilíbrio e incentivos para desenvolver novos e melhores negócios (TRZECIAK *et al.*, 2018, p. 14).

Nesse contexto, para fomentar a construção de cidades inteligentes o trabalho em conjunto dos atores que compõem a hélice sêxtupla é considerado fundamental. Jackson (2011) relata que, diante da inovação ser considerada uma fonte relevante de geração de conhecimento, de valor agregado e de riqueza de uma economia, geradora de estratégias específicas para a criação destes inter-relacionamentos tão importantes para as cidades inteligentes, é que a criação dos ecossistemas de inovação ganhou relevância. Os ecossistemas de inovação visam impulsionar o desenvolvimento econômico e social para recuperar a economia, principalmente em períodos mais difíceis, como crises ou períodos de menor dinamismo (JACKSON, 2011).

Em diversas partes do mundo, os ecossistemas de inovação tentam ser criados e mantidos em prol da transformação territorial. O território é o ponto de encontro entre os atores locais de desenvolvimento, onde a cooperação entre as empresas está organizada e a divisão social do trabalho é estabelecida (TRZECIAK *et al.*, 2018, p. 14).

Dessa forma, a construção e o sucesso de uma cidade inteligente dependem, principalmente, do fomento à inovação e do trabalho em conjunto dos diversos atores que compõem um ecossistema de inovação. Assim, a dinâmica presente nesses ecossistemas torna-os capazes de fomentar o desenvolvimento de soluções tecnológicas e inovadoras necessárias para atender as demandas comuns das cidades, na tentativa de transformá-las em cidades inteligentes, melhorando as condições de vida dos cidadãos e a eficiência das áreas urbanas.

Conclusão

O presente trabalho buscou apresentar os conceitos de cidades inteligentes e ecossistemas de inovação, com o intuito de analisar de que forma os ecossistemas de inovação fomentam a construção de cidades inteligentes. Dessa forma, constatou-se que as cidades, principalmente as que possuem uma quantidade populacional elevada, estão sofrendo diversos problemas que afetam a qualidade de vida da população como, por exemplo, congestionamento de veículos, insuficiência de serviços básicos de água, energia e saneamento, poluição e degradação ambiental, violência, desigualdades sociais e econômicas, alto nível de criminalidade, pouca infraestrutura de escolas e universidades, entre vários outros. Nesse sentido, surge o interesse por transformar cidades em *smartcities*, pois as cidades inteligentes visam a criação de soluções inovadoras, por meio da tecnologia e da inovação, para resolver esses problemas que afetam a qualidade de vida da população.

Os ecossistemas de inovação, nesse contexto, são considerados fomentadores importantes de toda essa inovação que necessita ser gerada dentro das cidades para a resolução desses problemas que afetam os cidadãos. Os diferentes atores desses ecossistemas devem trabalhar em conjunto na busca de soluções e ideias inteligentes que possam auxiliar na melhoria das condições de vida dentro das cidades, além da aplicação e compartilhamento do conhecimento gerado, que podem contribuir para o desenvolvimento econômico e social da região de modo sustentável.

Além disso, os próprios cidadãos devem fazer parte deste ecossistema de inovação e participar do desenvolvimento das cidades de forma ativa, sendo capazes de identificar as necessidades, desenvolver competências, adquirir conhecimentos e aplicá-los, junto aos demais atores. Portanto, para que as cidades inteligentes gerem benefícios para os seus cidadãos, é necessário que, antes da criação de soluções pontuais, os gestores públicos percebam a importância de investir em iniciativas que servirão de base para a inovação.

Referências

- APPIO, Francesco Paolo; LIMA, Marcos; PAROUTIS, Sotirios. **Understanding Smart Cities: Innovation ecosystems, technological advancements, and societal challenges**. v. 142, p. 1-14, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.techfore.2018.12.018>. Acesso em: 28 jun. 2022.
- CAPES - Portal de Periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. **Quem somos**. Disponível em: <https://acesse.one/SfLPB>. Acesso em: 02 jul. 2022.
- DEPINÉ, Ágatha Cristine. **Fatores de atração e retenção da classe criativa: o potencial de Florianópolis como cidade humana inteligente**. 120 f. Dissertação (Mestrado em Engenharia e Gestão do Conhecimento) - Universidade Federal de Santa Catarina, Santa Catarina, 2016.
- ETZKOWITZ, Henry; LEYDESDORFF, Loet. The dynamics of innovation: from national systems and 'Mode 2' to a triple-helix of university-industry-government relations. **Research Policy**, v. 29, n. 22, p.100-123. 2000.
- ETZKOWITZ, Henry; ZHOU, Chunyan. Hélice Tríplice: inovação e empreendedorismo universidade-indústria-governo. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 31, n. 90, p. 23-48, maio 2017.
- EUROPEAN COMMISSION. **What is Smart City**. 2022. Disponível em: <https://encr.pw/WTsG2>. Acesso em: 25 jun. 2022.
- G1. **Saiba quais são os 9 critérios que definem uma cidade inteligente**. 2018. Disponível em: [encurtador.com.br/dizB3](https://www.g1.com.br/dizB3). Acesso em: 04 jul. 2022.
- IESE BUSINESS SCHOOL. **IESE Cities in Motion Index**. Navarra, 2020.
- JACKSON, Deborah J. What is an innovation ecosystem? **National Science Foundation**, 15 March 2011. Disponível em: [encurtador.com.br/BRSY8](https://www.iese.edu/encurtador.com.br/BRSY8). Acesso em: 26 jun. 2022.
- KOMNINOS, Nicos. The architecture of intelligent cities: integrating human, collective, and artificial intelligence to enhance knowledge and innovation. **Intelligent Environments** 06, p. 13-20, 2006.
- KOMNINOS, Nicos; PALLOT, Marc; SCHAFFERS, Hans. Special Issue on Smart Cities and the Future Internet in Europe. **Journal Of The Knowledge Economy**, [S.L.], v. 4, n. 2, p. 119-134, 2 fev. 2012.
- LABIAK JUNIOR, Silvestre. **Método de análise dos fluxos de conhecimento em sistemas regionais de inovação**. 2012. Tese (Doutorado). Programa de Pós-Graduação em Engenharia e Gestão do Conhecimento da Universidade Federal de Santa Catarina. 234 fls. 2012.
- OLIVEIRA, Heloysa Helena Nunes de; CARVALHO, Zulmara Virgínia de. Ecossistemas de Inovação para Implantação de SmartCities: Estudo De Caso nos Estados Unidos, China e Suécia. **Revista Geintec**. Aracaju/SE. Vol.7, n.4, p.4074-4088. Disponível em: [encurtador.com.br/qwEM6](https://www.iese.edu/encurtador.com.br/qwEM6). Acesso em: 24 jun 2022.
- PARAOL, Guilherme. **Conheça os atores do ecossistema de inovação**. 2020. Disponível em: [encurtador.com.br/bkrY7](https://www.iese.edu/encurtador.com.br/bkrY7). Acesso em: 28 jun. 2022.
- RUSSELL, Martha. G. et al. Transforming innovation ecosystems through shared vision and network orchestration. In: **Triple Helix IX International Conference**. Stanford, CA, USA. 2011.
- SOFTEX. Smartcities: da importância do fomento a ecossistemas de inovação às transformações na qualidade de vida dos cidadãos. In: CENTRO DE ESTUDOS E DEBATES ESTRATÉGICOS. **Cidades inteligentes: uma abordagem humana e sustentável**. 1. ed. Brasília: Edições Câmara, 2021. p. 273-283.
- SPINOSA, Luiz Márcio; SCHLEMM, Marcos Muller; REIS, Rosana Silveira. Brazilian innovation ecosystems in perspective: some challenges for stakeholders. **REBRAE**, v. 8, n. 3, p. 386-400, 2015.
- TRZECIAK, DorzeliSalete et al. Ecossistema de Inovação: análise conceitual e características. In: DEPINÉ, Ágatha; TEIXEIRA, Clarissa Stefani (org.). **Habitats de Inovação: conceito e prática**. Porto Alegre: Perse, 2018. p. 13-31. Disponível em: <https://11nq.com/ol4Zl>. Acesso em: 06 jul. 2022.
- ZUBIZARRETA, Iker; SERRALLI, Alessandro; ARRIZABALAGA, Saioa. Smart City Concept: what it is and what it should be. **Journal of Urban Planning and Development**, v.142, n. 1, p. 04015005-1 - 04015005- 8, 2015.

Enviado em 31/08/2023

Avaliado em 15/10/2023

PERTENCIMENTO ÉTNICO-RACIAL NO ESPORTE

Tauana Aparecida de Oliveira⁴¹
Jefferson Olivatto da Silva⁴²
Marcia Denise de Lima Dias⁴³
Jaqueline Garcia Cavalheiro Almeida⁴⁴

Resumo

Considerando que as relações étnico-raciais estão presentes em todos os cenários sociais e estão amplamente sendo discutidas, principalmente na academia, este artigo buscou verificar quais estudos foram realizados, entre teses e dissertações nos últimos dez anos (2013-2023). Para isso, verificamos a Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD) e o Catálogo de Teses e Dissertações da Capes. Para as buscas utilizamos as palavras “Pertencimento étnico-racial no esporte”, não encontramos nada nessa busca específica, entretanto, observamos as pesquisas com a temática de relações étnico-raciais atreladas ao esporte.

Palavras-chave: Relações étnico-raciais; esporte; pertencimento.

Abstract:

Considering that ethnic-racial relations are present in all social scenarios and are widely discussed, mainly in academia, this article sought to verify which studies were carried out, including theses and dissertations, in the last ten years (2013-2023). To do this, we checked the Brazilian Digital Library of Theses and Dissertations (BDTD) and the Capes Catalog of Theses and Dissertations. For the searches we used the words “Ethnic-racial belonging in sport”, we did not find anything in this specific search, however, we observed research on the theme of ethnic-racial relations linked to sport.

Key-words: Ethnic-racial relations; sport; belonging.

Considerações iniciais

Sabe-se que a sociedade brasileira foi construída a partir de ações desiguais no que diz respeito à etnia, pois foi um país colonizado por europeus, cujos quais eram escravistas de pessoas negras, africanas (em diáspora forçada) e afro-brasileira, por centenas de anos. As consequências dessa historicidade são um país marcado por desigualdades sociais que demonstram a marginalização da população negra em seus diversos setores sociais do Brasil e a construção de uma sociedade racista em suas estruturas.

Um dos recortes das relações étnico-raciais que vem ganhando espaço no meio acadêmico, são as análises sobre o pertencimento étnico-racial, levando em consideração as dificuldades que pessoas negras encontram para se sentir pertencentes aos espaços de dinâmicas sociais a que estão inseridos.

⁴¹ Mestre em Educação – UNICENTRO – Universidade Estadual do Centro-Oeste

⁴² Doutorado em Ciências Sociais – UNESP/Marília. Pós-Doutorado em História (UFPR) sobre Saúde na África e o comportamento social e Pós-doutorado em Educação (UFPR) sobre processos educativos universitários e aprendizagem comunitária negra. Docente da Universidade Estadual de Londrina, atuando na Graduação, Dept. Psicologia Social e Institucional, no Programa de Pós-Graduação em Psicologia e no Programa de Pós-Graduação em Educação da UNICENTRO.

⁴³ Mestre em Educação – UNICENTRO.

⁴⁴ Mestre em Educação - UNICENTRO

Um dos setores sociais de magnitude a que se vale observar nestes fenômenos sociais é o âmbito esportivo. Observa-se nas lacunas dos estudos nos esportes, a escassez de estudos sobre a questão racial atreladas ao esporte, bem como, análises sobre a temática do pertencimento étnico-racial no esporte.

Neste sentido, este artigo buscou identificar quais as teses e dissertações desenvolvidas nos últimos dez anos (2013-2023) com a temática do pertencimento étnico-racial no esporte. Para isso, utilizou-se das plataformas: Banco Digital de Teses e Dissertações (BDTD) e Catálogo de Teses e Dissertações Capes. As palavras de busca utilizadas foram: pertencimento étnico-racial no esporte, consideradas apenas os trabalhos que envolvessem tanto a temática racial quanto a temática esporte atreladas.

Pertencimento étnico-racial no esporte: estudos desenvolvidos

Segundo Mezzadriet al (2021), o esporte como fenômeno global tem impacto em diferentes setores da sociedade, desde a apropriação cultural através das práticas esportivas até o contexto da profissionalização das organizações, principalmente na construção de identidade, da política e no desenvolvimento econômico do país. Neste sentido, considerando o esporte como ferramenta de transformação social, bem como, possibilidade de construção de identidade, compreender como se dão esses fenômenos podem ser de suma importância para elucidar lacunas no que diz respeito às relações étnico-raciais no esporte.

Sendo assim, buscou-se verificar quais estudos foram realizados nos últimos dez anos, entre teses e dissertações, em relação ao pertencimento étnico racial atrelado ao esporte. As plataformas utilizadas para pesquisa foram o BDTD e o banco de teses e dissertações Capes, as palavras-chave utilizadas na pesquisa, foram primeiramente “pertencimento étnico racial no esporte” e nada foi encontrado. Desta forma, buscamos entender quais estudos têm sido desenvolvidos com temáticas correlatas.

No ano de 2013, encontramos uma dissertação: “Nas palmas da capoeira: resistência cultural pela chapada dos negros em Arraias/TO (1984 a 2012)”, desenvolvida por Silvia Andrade Tavares de Moura da Universidade Pontifícia Católica de Goiás. O objetivo da autora foi (re) construir historicamente parte da trajetória do grupo de capoeira existente na cidade de Arraias-Tocantins à luz de conceitos que fundamentam essa modalidade esportiva e cultural, especialmente quanto ao que se refere à memória, identidade e educação para as relações étnico raciais. Concluiu que apesar dos obstáculos impostos pela escravização de pessoas negras no Brasil, os africanos e seus descendentes encontraram meios para se organizarem e manifestarem suas práticas culturais influenciando profundamente a sociedade da cidade estudada.

No ano de 2014, encontramos uma dissertação: “Cia de dança afro Euwá-dandaras: um estudo sobre a (re)significação identitária e étnica em jovens negras da cidade de Santa Maria/RS” desenvolvida por Eveline Pena da Silva da Universidade Federal de Santa Maria. Esta pesquisa teve como objetivo central mostrar como a participação de jovens negras no grupo, voltado para a exaltação e valorização da cultura afro-brasileira, através da manifestação artístico cultural, a dança afro, influenciando no processo de (re)significação identitária e étnica desses jovens. percebeu-se que esse processo é bastante dinâmico e, no universo em questão, mediado por uma série de fatores, como as relações de amizade e/ou parentesco presentes no grupo, e a forte influência da religião de matriz africana e do carnaval, visto que o espaço de sociabilidade muito presente na vida das bailarinas e de suas famílias.

No ano de 2015 não encontramos nenhuma pesquisa correlata ao tema em questão. Em 2016, foram encontradas duas dissertações: “Corpo e ancestralidade em danças negras brasileiras contemporâneas: processos de pertencimento no ponto de cultura Galpão da Cena – Itapipoca – CE” desenvolvida por José Ricardo Alves Mesquita da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira; “Racismo “nas quatro linhas”: os negros e as ligas de futebol de Pelotas (1901-1930)” desenvolvida por Christian Ferreira Mackedanz da Universidade Federal de Pelotas.

Na primeira pesquisa citada, o autor buscou apresentar as relações entre corpo e ancestralidade africana sob as bases da dança negras brasileiras contemporâneas vivenciadas no Ponto de Cultura Galpão da Cena e suas implicações no processo de pertencimento afro experimentado entre dançarinos e dançarinas no cotidiano desse espaço-arte. Concluiu-se que as danças negras brasileiras podem ser formas de acesso aos canais de pertencimento de nossas matrizes africanas. Portanto, num corpo que se move na experiência de uma ancestralidade negro-africana é estabelecer outras matrizes referenciais de convivência consigo, com a terra e com os seres que habitam nela.

Na segunda pesquisa citada o autor buscou analisar de que forma o racismo se manifestou no futebol pelotense, no período de 1901 a 1930. Levando em consideração a historicidade do futebol que chegou no país para a prática da elite e somente depois se rendeu à prática da modalidade por pessoas negras, bem como, a discriminação de raça e classe sofrida pelos possíveis jogadores negros da época. Foram identificados momentos em que determinados grupos entraram em conflito, basicamente por questões financeiras ou étnicas.

Outra descoberta interessante diz respeito à trajetória do S. C. Rio Branco, clube que parece ter sido fundado com um caráter elitizado, mas foi se popularizando ao longo dos anos, de modo análogo, guardadas as devidas proporções, ao que aconteceu com o Flamengo, no Rio de Janeiro, e com o Internacional, em Porto Alegre.

Em 2017 não foram encontradas pesquisas com a temática da pesquisa. No ano de 2018, foram encontradas uma dissertação e uma tese: “Produzindo corpos e pertencimentos étnicos em um grupo de dança em Ilheus-BA” desenvolvida por Juciara Perminio de Queiroz Souza da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia; ““Sou feita de sol, chuva e barro”: o futebol das mulheres praticado na cidade de São Paulo” desenvolvida por Mariane da Silva Pisani da Universidade de São Paulo. A primeira pesquisa citada buscou investigar as relações étnicas a partir das interações vivenciadas por adolescentes de grupo de dança em um projeto social. a autora comenta que as inscrições produzidas e produtoras do/no corpo atualizam “sentimentos de pertença”, reelaboram subjetividades, especialmente entre grupos que, historicamente, tem ficado à margem da sociedade, através de processos excludentes, de ordem econômica, social e cultural. Ela conclui que a produção de corpos na dança está para além do visível, no contexto da pesquisa produzir corpos implica em produzir etnicidade.

Neste sentido, podemos compreender que a dança, bem como, esportes e demais manifestações que envolvem o âmbito da Educação Física podem ser fundamentais na construção do pertencimento étnico racial. A segunda pesquisa citada, uma tese, buscou compreender como os marcadores sociais da diferença, descritos nela enquanto as categorias analíticas de gênero, raça, sexualidade e classe - permeiam a prática futebolística de mulheres na cidade de São Paulo. A tese descreve os locais e a rotina dos times e a presença de um circuito de futebol de mulheres na cidade. De acordo com a autora, foi possível notar como algumas das redes de apoio ajudam-nas a lidar com o cotidiano por vezes violentos, simbólica ou fisicamente.

Em 2019, foi encontrada uma dissertação: “Os clubes da elite do campeonato brasileiro e o técnico negro: representatividade, uma questão de justiça” desenvolvida por Luiz Felipe Roque da Silva da Universidade Salgado de Oliveira. Esta pesquisa teve como direcionamento o estudo das relações étnico-raciais no esporte, o seu foco principal foi a identificação do indivíduo negro ocupando o cargo de técnico de futebol profissional nos clubes de elite do campeonato brasileiro de futebol masculino série A entre 2008 e 2017. Buscou promover reflexões sobre a utilização das ações afirmativas, já utilizadas em outros campos da sociedade, além do campo esportivo.

Conclui-se que os técnicos negros ocuparam apenas 3,41% do total de oportunidades, enquanto os não-negros tiveram a oportunidade de ocupar essa posição em 96,58% dos casos. Os relatos mostraram que existe o entendimento sobre o peso do fator étnico-racial nas contratações feitas pelos clubes. Dois dentre os três participantes da pesquisa reconhecem que barreiras étnico-raciais causam entrave no seu desenvolvimento profissional, inclusive fazendo menção ao racismo explícito e ao velado.

No ano de 2020 não foram encontradas pesquisas com a temática em questão. Em 2021, foi encontrada uma tese: “Nem mulheres, nem negrxs, nem queer of colour (QOC) na liderança do futebol brasileiro! um estudo da interseccionalidade no esporte” desenvolvida por Ineildes Calheiros dos Santos da Universidade Federal da Bahia. Essa pesquisa baseou-se na hipótese de que não há mulheres, pessoas negras e sujeitxs (caracterizadas como) queer/s (LGBTQI) nas funções de mando, liderança, poder, no futebol brasileiro, consistindo esse problema em resistência para tais inclusões e fortalecendo, assim, a desigualdade de gênero, racial e a heterossexualidade como norma neste setor. Como forma de mostrar esses aspectos, observando as influências, motivações e persistências, esse trabalho, de abordagem qualitativa e descritiva, utilizou a interseccionalidade e interdisciplinaridade.

Os resultados da pesquisa demonstraram a força do racismo que, ao contrário de se erradicar, volta com força, bem como o sexismo, ambos naturalizados. Apesar de mudanças nas relações entre os sexos no que concerne a alguns espaços no esporte, a resistência à igualdade se mantém nas funções de poder, porém, velada e escamoteada sob o manto do discurso da democracia. Ademais, aparecem com força a influência do discurso de ódio que se atualiza, o androcentrismo e a manutenção da colonialidade de poder. Em suma, um olhar interseccional sobre o esporte brasileiro mostrou que não há mulheres, nem negrxs, nem queer of colour no poder no campo do futebol, enfatizando a múltipla opressão na categoria racial negra.

Nos anos de 2022 e 2023, não foram encontradas teses ou dissertações com a temática apontada como objeto deste estudo.

Considerações finais

Compreendendo o âmbito esportivo como importante esfera social, bem como, relevante ferramenta educacional, de oportunidade profissional ou até mesmo de relações sociais e saúde, faz-se fundamental aprofundar debates sobre suas facetas e fenômenos sociais pelas ações de seus indivíduos. As estruturas sociais são formadas por indivíduos, sendo assim, as relações étnicas entre os indivíduos precisam ser compreendidas para garantir o direito de todos ao acesso ao esporte.

Percebe-se que as relações étnico-raciais tem ganhado espaço de debate na academia no âmbito esportivo, já que, encontramos oito pesquisas relevantes com a temática das relações étnico-raciais atreladas ao esporte, entretanto, faz-se necessário que mais pesquisas sejam desenvolvidas buscando compreender e aprofundar as instâncias e estruturas do esporte, para que as relações dentro dessa esfera possam contribuir para um ambiente onde todos se sintam pertencentes. Todas as pesquisas apontaram a importância dos esportes na valorização étnica através de suas aprendizagens, demonstrando como o esporte e as atividades físicas podem ser relevantes na construção de uma sociedade antirracista.

Referências bibliográficas

- BIBLIOTECA Digital Brasileira de Teses e Dissertações. 2023. Disponível em: <https://bdtd.ibict.br/vufind/>. Acesso em: 14 jul. 2023.
- CATÁLOGO de Teses e Dissertações Capes. 2023. Disponível em: <https://catalogodeteses.capes.gov.br/catalogo-teses/#!/>. Acesso em: 14 jul. 2023.
- MACKEDANZ, Christian Ferreira. **Racismo "nas quatro linhas": os negros e as ligas de futebol de pelotas (1901-1930)**. 2016. 140 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de História, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2016.
- MESQUITA, José Rinaldo Alves. **Corpo e ancestralidade em danças negras brasileiras contemporâneas: processos de pertencimento afro no ponto de cultura galpão da cena-itapipocace**. 2016. 197 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Sociobiodiversidade e Tecnologias Sustentáveis, Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, Redenção, 2016.
- MEZZADRI, F. M.; SONODA-NUNES, R. J.; SANTOS, T. O. **A relação entre esporte, gestão e governança in: Gestão e governança do esporte brasileiro**. 1ª Edição. Editora Berzon. Francisco Beltrão, 2021.
- MOURA, Sílvia Adriane Tavares. **Nas palmas da capoeira: resistência cultural pela chapada dos negros em Arraias/TO (1984 a 2012)**. 2013. 171 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de História, Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Goiânia, 2013.
- PISANI, Mariani da Silva. **"Sou feita de chuva, sol e barro": o futebol de mulheres praticado na cidade de São Paulo**. 2018. 245 f. Tese (Doutorado) - Curso de Antropologia Social da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018.
- SANTOS, Ineildes Calheiros dos. **Nem mulheres, nem negrxs, nem queer of colour (QOC) na liderança do futebol brasileiro!: a interseccionalidade no esporte**. 2021. 215 f. Tese (Doutorado) - Curso de Difusão do Conhecimento, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2021
- SILVA, Eveline Pena da. **Cia de dança afro Euwá-dandaras: um estudo sobre a (re)significação identitária e étnica em jovens negras na cidade de santa maria/rs**. 2014. 126 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Ciências Sociais, Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2014.
- SILVA, Luiz Felipe Roque da. **Os clubes da elite do campeonato brasileiro e o técnico negro:: representatividade, uma questão de justiça**. 2019. 90 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Ciências da Atividade Física, Universidade Salgado de Oliveira, Niterói, 2019.
- SOUZA, Juciara Perminio de Queiroz. **Produzindo corpos e pertencimentos étnicos em um grupo de dança em Ilheus-BA**. 2018. 118 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Relações Étnicas e Contemporaneidade, Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Jequié, 2018.
- Enviado em 31/08/2023
Avaliado em 15/10/2023